



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

JULIO DE MELLO E SILVA

**COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS SERVIDORES
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TEC-
NOLOGIA DO PARANÁ DIANTE DA LEI DE ACESSO À IN-
FORMAÇÃO – LEI Nº12.527/2011**

Londrina
2021

JULIO DE MELLO E SILVA

**COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS SERVIDORES
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TEC-
NOLOGIA DO PARANÁ DIANTE DA LEI DE ACESSO À IN-
FORMAÇÃO – LEI Nº12.527/2011**

Trabalho de Dissertação apresentado ao Depar-
tamento de Ciência da Informação da Universi-
dade Estadual de Londrina, como requisito par-
cial à obtenção do título de Mestre em Ciência
da Informação.

Orientadora: Prof. Dra. Luciane de Fátima Beck-
man Cavalcante

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

S586c Silva, Julio de Mello e.
Comportamento informacional dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná diante da Lei de acesso à informação – Lei Nº12.527/2011 / Julio de Mello e Silva. - Londrina, 2021.
243 f. : il.

Orientador: Luciane de Fátima Beckman Cavalcante.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Educação Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Comportamento informacional - Tese. 2. Busca informacional - Tese. 3. Necessidade informacional - Tese. 4. Uso informacional - Tese. I. Cavalcante, Luciane de Fátima Beckman . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Educação Comunicação e Artes. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação. III. Título.

CDU 02

JULIO DE MELLO E SILVA

**COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS SERVIDORES
DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TEC-
NOLOGIA DO PARANÁ DIANTE DA LEI DE ACESSO À IN-
FORMAÇÃO – LEI Nº12.527/2011**

Trabalho de Dissertação apresentado ao Depar-
tamento de Ciência da Informação da Universi-
dade Estadual de Londrina, como requisito par-
cial à obtenção do título de Mestre em Ciência
da Informação.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Dra. Luciane de Fátima
Beckman Cavalcante
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dra. Adriana Rosecler Alcará Engelmann
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dra. Diana Vilas Boas Souto
Universidade Estadual de Londrina - UEL

‘Londrina, 26 de junho de 2021.

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Centro de Educação, Comunicação e Artes.
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 28 dias do mês de junho do ano de 2021, às 9h30, reuniu-se a Banca Examinadora homologada pelo Programa de Pós-Graduação, composta por Luciane de Fátima Beckman Cavalcante, Adriana Rosecler Alcará Engelmann e Diana. Vilas Boas Souto Aleixo., todos na condição de membro remoto. A reunião teve por objetivo julgar o trabalho da(o) estudante JULIO DE MELLO E SILVA, sob o título: O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL DIANTE DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI Nº 12257/2011). Os trabalhos foram abertos pelo(a) Prof.(a). Luciane de F. B. Cavalcante. A seguir foi dada a palavra (a) ao estudante para apresentação do trabalho. Cada examinador arguiu a(o) estudante, com tempos iguais de arguição e resposta. Terminadas as arguições, procedeu-se o julgamento do trabalho, sendo que as professoras Adriana Rosecler Alcará Engelmann e Diana Vilas Boas Souto Aleixo. Boas Souto Aleixo. (membros remotos) enviaram simultaneamente o formulário de avaliação o qual foi impresso e anexado à presente ata. A Banca Examinadora concluiu pela **APROVAÇÃO** (*aprovação ou reprovação*) do trabalho. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos demais membros da Banca Examinadora.

O(a) estudante deverá reformular seu trabalho no prazo de dias: () SIM () NÃO

Se houver alteração no título do trabalho, informar o novo título abaixo:

OBS.: Este documento não deve conter rasuras ou corretivo e deve ser preenchido de forma legível)

Londrina, 28 de junho de 2021.

PRESIDENTE

Dr^a Luciane de Fátima Beckman Cavalcante
TITULARES

UEL



Dr^a. Adriana Rosecler Alcará Engelmann

UEL



Dr^a. Diana. Vilas Boas Souto Aleixo.

UEL



Dedico este trabalho à Deus.

AGRADECIMENTO

A presente dissertação de mestrado não poderia chegar a bom porto sem o precioso apoio de várias pessoas.

Em primeiro lugar, não posso deixar de agradecer a minha querida orientadora, Professora Doutora Luciane de Fátima Beckman Cavalcante, por toda a paciência, empenho e sentido prático com que sempre me orientou neste. Muito obrigado por me ter corrigido quando necessário sem nunca me desmotivar.

Desejo igualmente agradecer aos colegas do Mestrado em Ciência da Informação, especialmente a Deise Costacurta de Freitas e a Poliana Fragatti Cristovam, pelo apoio e amizade durante todo este percurso

Agradeço também as minhas colegas de trabalho do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Campus Londrina, Simone Roecker e Talita Canônico e Silva, pela amizade, conversas, dicas e troca de experiências que contribuíram demasiadamente para a construção desta pesquisa e para meu crescimento pessoal como futuro pesquisador.

Por último, quero agradecer a minha querida e estimada professora do curso de Arquivologia da Universidade Estadual de Londrina, Dra. Izângela Maria Sansoni Tonello de Oliveira, que sempre me apoiou e me incentivou a continuar na vida acadêmica, mesmo diante de inúmeras dificuldades que perduraram durante minha jornada na Universidade.

“Eu tentei 99 vezes, e falhei. Mas na centésima tentativa eu consegui. Nunca desista de seus objetivos, mesmo que esses pareçam impossíveis. A próxima tentativa pode ser a vitoriosa.”

Albert Einstein.

Silva, Julio de Mello e. **Comportamento Informacional dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná Diante da Lei de Acesso à Informação – Lei Nº12.527/2011**. 2020 – 67 f. Trabalho de Dissertação apresentado ao Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação. Londrina, 2020.

RESUMO

Como informações e servidores públicos permeiam todas as tarefas e processos organizacionais dentro da Administração Pública, é possível orientar a pesquisa sobre o comportamento informacional em termos de compreensão e identificação das maneiras pelas quais estes servidores usam as informações, considerando a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.257/2011). É importante entender como eles desenvolvem certos comportamentos relacionados à informação. Isso significa que um método deve ser usado para analisar o ator organizacional, porque o comportamento da informação acionado por ele pode ser derivado do processo existente na psicologia do indivíduo. A presente pesquisa visa analisar o comportamento informacional dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná referente às informações disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal. Os procedimentos metodológicos foram apoiados pelo método de Laurence Bardin, denominado 'Análise de Conteúdo', mais especificamente aplicando a técnica 'Análise Categorical'. Foram elaborados e utilizados como instrumento de coleta de dados, o questionário estruturado. Os resultados obtidos propiciaram identificar as necessidades informacionais dos servidores Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, como utilizam as informações obtidas através do Portal da Transparência do Governo Federal, a identificação das barreiras informacionais ao uso do portal pelos servidores e por fim, descrever a satisfação das necessidades informacionais quando da utilização das informações disponibilizadas.

Palavras-chave: comportamento informacional; busca informacional; necessidade informacional; uso informacional.

SILVA, Julio de Mello e. **The Informational Behavior of the Federal Executive Servant under the Access to Information Law - Law nº. 12.527/ 011.** 2020 - 67 p. Dissertation work presented to the Information Science Department of the State University of Londrina, as a partial requirement to obtain the title of Master in Information Science. Londrina, 2020.

ABSTRACT

As information and public servants permeate all organizational tasks and processes within Public Administration, it is possible to guide research on informational behavior in terms of understanding and identifying the ways in which these servers use information, considering the Law on Access to Information (Law No. 12,257 / 2011). It is important to understand how they develop certain information-related behaviors. This means that a method must be used to analyze the organizational actor, because the behavior of the information triggered by it can be derived from the existing process in the individual's psychology. This research aims to analyze the informational behavior of the employees of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraná regarding the information made available on the Federal Government's Transparency Portal. The methodological procedures were supported by the Laurence Bardin method, called 'Content Analysis', more specifically applying the Categorical Analysis technique '. The structured questionnaire was elaborated and used as a data collection instrument. The results obtained made it possible to identify the information needs of the servers Federal Institute of Education, Science and Technology of Paraná, how they use the information obtained through the Transparency Portal of the Federal Government, the identification of informational barriers to the use of the portal by the servers and finally, describe the satisfaction of informational needs when using the information provided.

Key words: informational behavior; informational search; harmless need; informational use.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	– Sítio do Portal da Transparência do Governo Federal	50
Figura 02	– Organograma Geral do IFPR	57
Figura 03	– Organograma da Reitoria do IFPR.....	59
Figura 04	– Organograma da Pró-Reitoria de Administração (Proad).....	60
Figura 05	– Organograma da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe)	61
Figura 06	– Organograma da Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan).....	62
Figura 07	– Organograma da Pró-Reitoria de Ensino (Proens)	63
Figura 08	– Organograma da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proeppi)	64
Figura 09	– Organograma Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Dtic)	65
Figura 10	– Organograma da Diretoria de Infraestrutura (DI)	66
Figura 11	– Organograma da Diretoria de Educação a Distância (Dead)	67
Figura 12	– Organograma da Diretoria-Geral do Campus Capital (Curitiba).....	68
Figura 13	– Organograma da Diretoria-Geral dos <i>Campi</i>	69
Figura 14	– Organograma da Diretoria dos <i>Campi</i> Avançado.....	70
Figura 15	– Média de idade dos Servidores Públicos	74

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 –Evolução dos Estudos de Usuários.....	23
Quadro 02 –Conceitos específicos sobre estudos de Usuários.....	24
Quadro 03 –Fundamentos Básicos da Abordagem Tradicional.....	26
Quadro 04 –Modelo proposto por Leckie, Pettigrew e Sylvian da composição sobre a busca informacional.	30
Quadro 05 –Categorias de uso informacional propostas por Choo (2006).	33
Quadro 06 –Barreiras Informacionais	35
Quadro 07 –Demonstrativo dos tratados internacionais que garantem o direito de acesso à informação	42
Quadro 08 –Demonstrativo da Sequência de Adoção de Leis de Acesso à Informação no Mundo	43
Quadro 09 –Terminologia adotada na Lei de Acesso à Informação	46
Quadro 10 –Procedimentos metodológicos	53
Quadro 11 –Fases da Análise de Conteúdo	55
Quadro 12 –Categorias de Análise de Dados.....	55
Quadro 13 –Categoria: Caracterização dos Entrevistados	72
Quadro 14 –Categoria: Uso do Portal da Transparência	76
Quadro 15 –Assuntos mais acessados no Portal da Transparência.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALA	American Library Association
CI	Ciência da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
DEAD	Diretoria de Educação a Distância
DI	Diretoria de Infraestrutura
DTIC	Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação
ET-UFPR	Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná
IFPR	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
LAI	Lei de Acesso à Informação
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MEC	Ministério da Educação
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROENS	Pró-Reitoria de Ensino
PROEPPI	Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação E Inovação
PROGEPE	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
TIC	Tecnologia da informação e comunicação
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
NBR	Norma Brasileira

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	12
1.1.	PROBLEMA	15
1.2.	JUSTIFICATIVA	17
1.3.	OBJETIVOS	18
1.3.1	Objetivo Geral	18
1.3.2	Objetivos Específico	18
2.	INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E COMPORTAMENTO INFORMACIONAL	19
2.1.	ABORDAGENS SOBRE COMPORTAMENTO INFORMACIONAL	26
2.2.	NECESSIDADE, BUSCA E USO INFORMACIONAL	28
2.3.	BARREIRAS INFORMACIONAIS	34
3.	POLÍTICAS E LEIS DE ACESSO Á INFORMAÇÃO	39
3.1	PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL	48
4.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	53
4.1	CARACTERIZAÇÃO	53
4.2	UNIVERSO DO UNIVERSO DE PESQUISA	56
4.3	PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	70
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	72
5.1	CATEGORIA: CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS	72
5.2	CATEGORIA: USO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA	75
5.3	CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL	78
5.3.1	Subcategoria: Necessidade Informacional	79
5.3.2	Subcategoria: Busca Informacional	81
5.3.3	Subcategoria: Uso Informacional	82
5.3.4	Subcategoria: Barreiras Informacionais	83
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	87

REFERÊNCIAS	90
APÊNDICES	99
APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	100
APÊNDICE B – Formulário de Pesquisa.....	102
APÊNDICE C – Esquematização das questões discursivas	109

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea vive, hoje, em um mundo impulsionado pela informação e, portanto, também impulsionado pelo conhecimento; essa combinação é responsável pelo uso das principais atividades produtivas da sociedade. Com o advento dos computadores e da tecnologia da informação e da comunicação (TIC), com o rápido uso dos recursos tecnológicos, as pessoas tendem a utilizar esses métodos tecnológicos para se comunicar e, conseqüentemente, ampliar seu acesso à informação.

As informações desempenham um papel fundamental na sociedade contemporânea, porque se forem usadas corretamente, elas se tornarão um elemento de mudança, permitindo que as pessoas criem novos saberes e progridam em todas as áreas do conhecimento e na vida cotidiana. Miranda (2007, p.137) colabora com essa afirmação, enfatizando

[...] a informação tornou-se a mais poderosa força de transformação do homem, encontrando-se presente no cotidiano do indivíduo através das relações sociais, econômicas e culturais e, adquirindo, nesse sentido, um caráter decisivo para o alcance da cidadania, das metas e objetivos propostos pelo próprio homem, que cria um vínculo de dependência com a informação para sua melhor adaptação ao meio em que vive.

Portanto, a informação é a principal matéria-prima para muitas profissões, incluindo os servidores públicos; ela é a base do progresso científico, tecnológico e profissional. Em alguns casos, é usada como uma ferramenta de tomada de decisão, inclusive no ambiente de gestão pública.

De acordo com Miranda (2007), se as informações forem usadas com sabedoria, elas podem se tornar um mecanismo para formar uma consciência pessoal crítica e permitir que se obtenha conhecimento e sucesso profissional; caso contrário, pode levar ao fracasso e, por consequência, à estagnação.

Nessa perspectiva, buscar a informação é uma atividade necessária e relativamente complexa que requer uma série de habilidades por parte de todos que dela necessitem; em especial, os servidores públicos, que além de utilizarem as informações, são também personagens na produção das mesmas.

Considerando a implementação da Lei de Acesso à Informação, as fontes de informação e suas formas organizacionais alcançaram forte crescimento e modernização; portanto, é necessário realizar pesquisas detalhadas para explicar como os usuários se comportam ao alcançar e fazer uso das informações disponibilizadas no intuito de obter crescimento cognitivo.

Segundo a pesquisa de Mueller (2005), é muito importante estudar o comportamento de busca de diferentes grupos, pois os pesquisadores de cada campo do conhecimento têm seu próprio comportamento informacional. Portanto, como apontou Calva Gonzales (2004), os resultados obtidos na pesquisa por necessidade, busca e uso informacional podem ser utilizados para melhorar continuamente a unidade de informação.

Segundo Bartalo e Marcondes (2009), quando um indivíduo determina suas necessidades de informação, ele geralmente busca informações, seja profissional, pessoal, social, de lazer, ou quando tem um problema a resolver.

Neste sentido, constata-se que o comportamento informacional diz respeito ao comportamento humano associado a fontes e canais de informação (WILSON, 1997). O autor ressalta que o comportamento informacional engloba a busca ativa e passiva de informação, bem como o uso da informação (WILSON, 2000):

(...) atos físicos e mentais envolvidos na incorporação da informação encontrada na base de conhecimento da pessoa. Pode envolver, portanto, atos físicos como assinalar seções em um texto... bem como atos mentais que envolvem, por exemplo, comparar a informação nova com o conhecimento existente (WILSON, 2000, p. 50).

Ao abordar questões relativas às necessidades informacionais, ao comportamento de busca e ao uso dessas informações, de um grupo específico de servidores públicos, esta pesquisa insere-se na temática da Ciência da Informação, conforme a definição de Saracevic (1996, p. 201), segundo o qual a

Ciência da Informação é um campo dedicado às questões científicas e à prática profissional, ambas voltadas para os problemas da efetiva comunicação do conhecimento e de seus registros entre os seres humanos, no contexto social, institucional ou individual do uso e das necessidades de informação.

Para que os servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e

Tecnologia do Paraná (IFPR) obtenham sucesso na busca e uso de informação, é importante que suas habilidades de pesquisa e manuseio das informações públicas estejam bem desenvolvidas. Para isso, será necessário identificar se os servidores do IFPR acompanham esse desenvolvimento tecnológico e se aprimoraram suas habilidades para o desenrolar de suas atividades laborais, mapeando, assim, seu comportamento informacional, ou seja, a maneira pela qual o indivíduo se comporta na busca da informação.

Nesse sentido, essa temática é relevante para a área da Ciência da Informação, mais especificamente para o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina, uma vez que amplia o leque de tema para desenvolvimento de pesquisas.

Em geral, esta pesquisa permite determinar a relação entre o comportamento informacional e o processo de busca de informações e objetivos específicos no processo de realização de pesquisas científicas (PIRES, 2012, p. 288 - 289).

Face ao exposto, infere-se que esta pesquisa visa alisar o comportamento informacional dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná referente às informações disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

Os estudos que englobam a área da transparência pública apresentam eminente relevância na sociedade, onde, segundo a Lei de Acesso à Informação (12.257/2011), a cultura do acesso envolve tanto o atendimento das demandas que são formuladas pela população (transparência passiva do órgão público), quanto o dever de o Estado disponibilizar informações de interesse social (transparência ativa), consoante explanada por Martins (2011).

Primeiro, existe a obrigação de publicar e divulgar informações básicas sobre o que diferentes instituições públicas estão fazendo. Segundo o governo é obrigado a receber solicitações de informações do público e responder a elas, disponibilizar os dados solicitados e permitir que o público acesse os documentos originais indicados ou receba cópias deles.

O direito à informação está expresso na Carta Magna de 1988, e regulamentada em normativas posteriores, principalmente na Lei nº 12.257/2011.

Pelo exposto, a estrutura desta pesquisa será composta por seis capítulos, a

saber:

- **Primeiro capítulo:** dedicado à introdução e aos contextos mais gerais.
- **Segundo capítulo:** apresenta contextos sobre necessidades, uso, busca e comportamento informacional.
- **Terceiro capítulo:** explanação do aspecto histórico das leis de acesso à informação, com um vislumbre em dimensão global, e, posteriormente, focando na lei de acesso à informação brasileira e ao portal da transparência, que é o mecanismo pelo qual as informações públicas são compartilhadas com a sociedade.
- **Quarto capítulo:** dedicado à metodologia, no qual serão apresentados procedimentos, abordagens, universo da pesquisa e os contextos referentes à coleta de dados.
- **Quinto capítulo:** dedicado à análise dos dados obtidos
- **Sexto capítulo:** Traz as considerações finais sobre a pesquisa apresentada.

1.1 PROBLEMA

Desenvolver o comportamento informacional é um trabalho que pode exigir que os indivíduos melhorem a maneira como lidam com as informações. As decisões geralmente dependem da relevância das informações que podem ser distribuídas de diferentes fontes. Processar e absorver essas informações é uma tarefa que, geralmente, requer o desenvolvimento de necessidades, pesquisa e uso de informações.

Normalmente, o maior desafio para o funcionário público, como profissional, é lidar com grande quantidade de informações produzidas e gerenciadas pelas instituições públicas, incluindo políticas, regras e métodos e formas de controle que, geralmente, estão espalhadas entre diferentes fontes de informação.

Esses profissionais vivenciam problemas conhecidos e suas soluções são armazenadas em sistemas de informação (Portal da Transparência), através dos quais as informações podem ser compartilhadas. Neste contexto é necessário buscar novos conhecimentos e novas informações para encontrar a melhor maneira de resolver esses problemas. Quando esses servidores desempenham suas funções,

eles buscam diferentes informações e as usam de maneiras diferentes.

No que se refere à transparência, a Lei de Acesso à Informação (LAI) visa assegurar que a informação pública possa se tornar um instrumento de amplo conhecimento e de utilização pela sociedade, promovendo uma cultura de transparência, devendo ser executada em conformidade com os princípios básicos da administração pública. Assim pressupõe as seguintes diretrizes em seu artigo 3º:

Observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção; divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações; utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação; fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública; desenvolvimento de controle social da administração pública (BRASIL, 2011).

A LAI determina que certas informações devem ser publicizadas pelo Estado - transparência ativa, que nesta pesquisa será analisada através do Portal e Transparência do Governo Federal.

A pesquisa fundamenta-se na hipótese de que compreender o comportamento informacional desse grupo de servidores públicos, a forma como buscam a informação, que fontes são as mais consultadas e que uso fazem da informação encontrada podendo contribuir para aprimoramento dos processos decisórios envolvidos no exercício diário desses profissionais e para a melhoria dos processos de busca e uso da informação.

As atividades diárias desempenhadas por esses profissionais criam uma demanda por informações.

Neste sentido, questiona-se se essas atividades são o resultado do papel social que os sujeitos desempenham na vida, pesquisando como gerar essas necessidades, como pesquisar, que fatores cognitivos, emocionais e situacionais afetarão o comportamento informacional e como usar as informações encontradas, de forma a ajudar a desenvolver um comportamento informacional que se adapte às necessidades do profissional.

1.2 JUSTIFICATIVA

Para Dias (2006, p. 5), compreender o comportamento dos usuários de informações e suas necessidades informacionais é fundamental para planejar, desenvolver e fornecer serviços que realmente atendam às necessidades de usuários, consumidores e produtores de informações.

A motivação para a realização desta pesquisa vem de uma necessidade intrínseca em compreender em que medida a Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18/11/2011 - LAI) pode servir de instrumento para transformação do comportamento informacional de servidores públicos, uma vez que a normativa geralmente é abordada com outros focos, em outras áreas de estudos.

Além disso, sendo eu também parte deste grupo de servidores públicos ocupantes de cargos de gestão, é uma oportunidade de espelhar os meus conhecimentos e meu próprio comportamento informacional em relação aos demais colegas.

Assim, almeja-se que este trabalho seja de grande valia para ampliar o horizonte de pesquisas a serem desenvolvidas na área da Ciência da Informação, uma vez que o tema é atual e extremamente relevante para ampliar o horizonte de pesquisas relacionadas ao comportamento informacional.

Outro fato a se destacar é seu papel para contribuir para um crescimento pessoal de servidores públicos como personagens na produção e no compartilhamento de informações, uma vez que traz subsídios teóricos e empíricos para a reflexão sobre os rumos da política de transparência pública; e, principalmente, para a sociedade, pois a LAI tem o potencial de fortalecer a capacidade de o cidadão interferir no processo decisório estatal, contribuindo para o robustecimento de sua autonomia crítica e o desenvolvimento de novas necessidades informacionais.

Considerando o exposto, para estabelecer o alicerce teórico desta pesquisa, fez-se o levantamento bibliográfico das temáticas: informação, conhecimento e comportamento informacional, englobando: necessidades, busca e o uso informacional, barreiras informacionais e, por fim, a caracterização da lei de acesso à informação, mais precisamente da lei brasileira, - Lei nº 12527/2011, e também do Portal da Transparência do Poder Executivo Federal, visto como mecanismo de

acesso às informações de caráter público.

A pesquisa sobre comportamento informacional realizada neste trabalho pode não apenas determinar o perfil deste servidor, mas também entender como ele encontra e implementa as informações em seu cotidiano, utilizando como mecanismo o Portal de Transparência do Governo Federal, e, por fim, também identificar barreiras informacionais que afetam seu comportamento, tais quais: emocionais, efetivos e situacionais.

Para Casado (1994) o papel da pesquisa em comportamento informacional é entender os hábitos e as necessidades de informação dos usuários; avaliar os recursos das unidades de informação; medir a eficácia das unidades de informação e ajustar o espaço; entender a estrutura e dinâmica da equipe de pesquisa; e atender as necessidades da comunidade científica exigem.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Analisar o comportamento informacional dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná referente às informações disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

1.3.2 Objetivo Específico

Com intuito de inferir o objetivo geral, propõe-se os objetivos específicos abaixo apresentados:

- a) Identificar as necessidades informacionais dos servidores Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná.
- b) Investigar o uso das informações obtidas pelos servidores no Portal da Transparência do Governo Federal.
- c) Identificar as barreiras informacionais ao uso do portal pelos servidores.
- d) Descrever a satisfação das necessidades informacionais quando da utilização das informações disponibilizadas.

2 INFORMAÇÃO, CONHECIMENTO E COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

Com o objetivo de introduzir os alicerces teóricos a respeito do tema abordado, faz-se necessário discorrer brevemente sobre como informação e o conhecimento inserem-se no contexto do comportamento informacional. Fialho e Andrade (2007) definem o comportamento humano como pesquisas sobre a interação entre pessoas com as várias formas de dados, informações, conhecimento e sabedoria, e sua interação em diferentes ambientes.

Nesta linha de pensamento, o campo do comportamento humano da informação refere-se a conceitos como ambiente de informação das pessoas, necessidades de informação, comportamento de busca de informações, modelos de acesso à informação, recuperação e disseminação de informações e processamento e uso humano de informações.

Para Machado (2019), a pesquisa eficiente auxilia os indivíduos a usar as informações selecionadas para resolver problemas, executar tarefas ou tomar decisões, ou seja, o uso da informação é a conversão da mesma em conhecimento, e a maneira de lidar com ela, molda-se por si seu comportamento, como o informacional, foco deste estudo, que, em síntese, é a maneira de lidar com a informação, desde o reconhecimento de uma necessidade até o seu efetivo uso.

Assim, vemos que Informação e conhecimento são ao mesmo tempo seu próprio relacionamento causal. Na interação dinâmica, a herança pode ser completamente revertida, mas não haverá contradições, porque se é um relacionamento causal relacionado a coisas diferentes em momentos diferentes: se é causa só quando o outro é efeito e se é efeito apenas quando o outro for causa, podendo, assim, criar uma expansão benéfica para ambas as partes.

Informação é um termo multidisciplinar e não é fácil estabelecer um conceito comum. Barreto (1996) enfatiza que a informação ajusta o mundo. Como ondas ou partículas, ela participa da evolução e revolução da história humana. Com base nas informações encontradas pelas pessoas, elas podem se mobilizar em uma direção, formar opiniões e prestar mais atenção a certas coisas.

Com o passar do tempo, os indivíduos acumulam o significado de sua experiência de maneira muito única. Portanto, a informação é crucial, como Le Codiac (1996, p. 27) salienta

[...] é o sangue da ciência. Sem informação, a ciência não pode se desenvolver e viver. [...] A atividade de pesquisa constitui, com efeito, a aplicação do raciocínio ao corpo de conhecimentos acumulados ao longo do tempo e armazenados nas bibliotecas e centros de documentação.

Contando com mudanças constantes, o fluxo de informações é rico e transforma o conhecimento, segundo Hargreaves (2003), em recursos flexíveis e fluidos que estão sempre expandindo e mudando. Constitui-se, assim, a base de todo conhecimento, e, com o resumo de questões, suscita vários outros conhecimentos. Na definição de Capurro e Hjørland (2007, p. 187), as informações são consideradas

[...] qualquer coisa que é de importância na resposta a uma questão. Qualquer coisa pode ser informação. Na prática, contudo, informação deve ser definida em relação às necessidades dos grupos-alvo servidos pelos especialistas em informação, não de modo universal ou individualista, mas, em vez disso, de modo coletivo ou particular. Informação é o que pode responder questões importantes relacionadas às atividades do grupo-alvo. A geração, coleta, organização, interpretação, armazenamento, recuperação, disseminação e transformação da informação deve, portanto, ser baseada em visões/teorias sobre os problemas, questões e objetivos que a informação deverá satisfazer.

Ao longo do debate da relação entre informação e conhecimento, foi encontrado um certo consenso, ou seja, o primeiro é um mecanismo de extração durante a construção do último.

Nonaka e Takeuchi (1997) apontam que a informação é a base do conhecimento, e o conhecimento está relacionado às crenças e compromissos dos participantes no processo. Da mesma forma, Barreto (1996) a define como um mecanismo estrutural importante e com a capacidade de gerar conhecimento em um indivíduo ou na sociedade.

Nesse sentido, a informação assimilada pelo sujeito converte-se em conhecimento, o que pode acarretar em alterações de ações e atitudes.

Conseqüentemente, todos fazem uso de informações e podem convertê-las em conhecimento para diversas atividades humanas, entre elas o estudo e o trabalho.

No conceito de Brookes (1980), a informação possui a qualidade que faz com que o fundamento estrutural do conceito dos indivíduos mude. Essas estruturas têm características objetivas ou subjetivas, formadas em diferentes contextos da experiência humana que produziu o conceito, estabelecendo uma conexão entre o que é conhecido e o que é aprendido com o ambiente circundante.

Rendón Rojas (2005) conceitua informação para além de dados, afetando diretamente as concepções, que não são completas nem autônomas, mas são constituídas pelo mundo físico, podendo ser usadas e interpretadas de diferentes maneiras. Ele enfatizou que a informação é a semente do conhecimento e é sempre identificada pelo sentimento. Nesse sentido, não haverá conhecimento sem haver um indivíduo buscando o conhecimento.

Capurro e Hjørland (2007) alertam que é preciso levar em conta dois contextos em que o termo informação é usado: ato de moldar a mente ou ato de comunicar o conhecimento em que, para eles, o conhecimento tem o poder de transformar a opacidade da realidade em caminhos “iluminados”, de tal forma que nos permite agir com certeza, segurança e previsão.

Cavalcante (2014) traz o conceito de que a sociedade da informação na era moderna é baseada nos elementos, informações e conhecimentos fornecidos pelas fontes de informação, e a relação entre as pessoas e esses elementos é crucial para o seu próprio desenvolvimento.

No foco da pesquisa, é possível apontar que a informação é a base para a tomada de decisões, em muitos casos, e o conhecimento, através dessas informações, faz com que o sujeito se torne mais experiente na tomada de decisões que implicam na transparência, por meio de seu comportamento informacional.

Nessa linha de raciocínio, assume-se o estudo sobre comportamento informacional como uma tipologia que visa o estudo de usuários, uma vez que “comumente abrangem a necessidade, a busca e o uso da informação” (DANTAS; PAVÃO; CAREGNATO, 2008, p. 3).

De acordo com Wilson (2006), em relação à origem da pesquisa sobre comportamento informacional, vislumbra-se seu início na *Royal Society Scientific*

Information Conference, em 1948, tomando como ponto de partida o interesse inicial na pesquisa moderna sobre comportamento em busca de informações. Para o autor, não há dúvidas que este encontro é o verdadeiro ponto de partida para as pessoas entenderem como as informações são utilizadas.

Segundo Araújo (2008), existe um consenso relativo na literatura sobre o estudo dos usuários da informação. Para o autor, dois marcos foram considerados: primeiro, o estabelecimento da Faculdade de Biblioteca de Pós-Graduação da Universidade de Chicago na década de 1930; segundo, a criação da Faculdade de Biblioteca de Pós-Graduação da Universidade de Chicago.

Devido ao grande número de imigrantes, o crescimento populacional da cidade elevou-se de maneira demasiada em um curto período. Isso levou autoridades públicas e instituições acadêmicas a estimular a socialização da população. Algumas dessas bibliotecas focaram em pesquisas com usuários, no intuito de entender esses imigrantes, seu êxodo migratório, criando-se, assim, um banco de dados informacional sobre esses novos cidadãos.

Segundo Bari (2013), outras pesquisas surgiram a partir daí, com foco nos "não usuários" de bibliotecas, reforçando suas características sociais e de leitura pessoal. Esses estudos se concentraram nos hábitos de leitura e no uso da biblioteca, que permaneceram inalterados na década de 1940. Essas pesquisas continuaram sendo aplicadas na década de 1950 e nos anos posteriores. Na década de 1960, o trabalho publicado pela American Library Association (ALA) foi particularmente atraente, especialmente o manual sobre necessidades de pesquisa e de educação de adultos.

O quadro 01 demonstra, de maneira dinâmica, a evolução do estudo de usuários durante as décadas e sua mutação no objeto de pesquisas.

Quadro 01 – Evolução dos Estudos de Usuários

DÉCADA	FASES DE EVOLUÇÃO DOS ESTUDOS DE USUÁRIOS
1940	A pesquisa sobre estudo de usuários visava simplificar e melhorar os serviços e produtos fornecidos pelas bibliotecas. Esses estudos eram limitados ao campo da ciência de precisão – ciências exatas.

1950	A pesquisa sobre o uso de informações entre grupos específicos de usuários foi reforçada e atualmente abrange a ciência aplicada.
1960	A pesquisa sobre usuários se concentra no comportamento do usuário; há pesquisas sobre fluxo informacional, canais formais e informais. Técnicos e educadores começaram a ser foco de pesquisas.
1970	A pesquisa sobre usuários, concentraram-se mais na propriedade dos usuários e satisfação de suas necessidades informacionais. Estes serviços são usados em outras áreas do conhecimento, como ciências sociais e ciências administrativas.
1980	A pesquisas foram projetados para avaliar a satisfação e o desempenho dos usuários.
1990	As pesquisas se concentraram no comportamento informacional, que define como as pessoas precisam/encontram/usam as informações em diferentes ambientes (incluindo o espaço de trabalho e a vida cotidiana).
Início do século XXI	As pesquisas se concentraram no comportamento informacional e na avaliação da satisfação e desempenho, enfatizando o relacionamento entre usuários e sistemas de informação interativos no contexto das TIC.

Fonte: Adaptado de Ferreira (2002).

Atualmente, esses estudos têm como objetivo descrever as diferentes maneiras pelas quais os humanos interagem na busca de informações. Especialmente a maneira como as pessoas pesquisam e usam as informações e o porquê a pesquisa está diretamente relacionada ao processo de busca de informações. Através de pesquisas sobre esse tema, é possível entender, principalmente, sua relevância para os pesquisadores e as perspectivas de alcançar seus objetivos de pesquisa.

De acordo com a pesquisa do comportamento informacional realizada por Barros e Neves (2011), o comportamento informacional está inserido na pesquisa em ciência da informação e em vários outros campos do conhecimento, esses estudos se concentram no relacionamento dos usuários, como participação social na dinâmica da informação. Dessa forma, estudam os usuários da informação como parte integrante do ambiente social, levando em consideração suas necessidades, opiniões e seu papel na busca de informações.

Na revisão literária, percebe-se que pesquisas voltadas à pesquisa de vínculos entre usuários e informações têm diferentes aspectos e nomenclaturas.

Nesse sentido, segundo Santana (2019), o que se nota na literatura atual de pesquisa de usuários são os diferentes subtópicos e grupos de usuários. Essa diversidade pode ser vista em artigos publicados no campo digital. Ainda com base em pesquisa conduzida por Gasque e Costa (2003), o comportamento informacional e a pesquisa sobre usuários envolvem alguns conceitos, como demonstrado no quadro 02:

Quadro 02 – Conceitos específicos sobre estudos de Usuários

TERMO ESPECÍFICO	CONCEITO
Necessidades Informacionais	Informações insuficientes podem estar relacionadas a razões psicológicas, emocionais e cognitivas.
Busca Informacional	Ativa e/ou passiva, identificando a maneira como as pessoas pesquisam informações.
Uso Informacional	A metodologia de como as pessoas usam a informação.
Transferência Informacional	o fluxo de informações entre as pessoas, como as informações são transmitidas ou retransmitidas.
Estudos dos Métodos Informacionais	Determina o método de pesquisa mais apropriado.

Fonte: Gasque e Costa (2003). Adaptado pelo autor.

Para Santana (2018), a pesquisa do comportamento informacional pode ser realizada de forma mais abrangente, com o objetivo de contemplar todos os aspectos do comportamento relacionado à informação, como necessidades, busca, acesso e uso da informação. No entanto, entender os elementos que compõem o comportamento informacional em si é muito valioso para que consigamos compreendê-lo em sua plenitude.

Quando confrontados com as necessidades de informações, os usuários conduzem certos comportamentos para procurar determinadas informações e, portanto, usam essas informações.

Para Wilson (2006), o comportamento informacional é todo o comportamento humano em relação às fontes e canais de informação, inclui a busca ativa e passiva de informações, que engloba a comunicação pessoal, assim como a aceitação passiva de informações, como ouvir a comerciais de rádio sem intenção de agir sobre as informações que estão sendo transmitidas.

Bartalo (2013) discorre que para alcançar um determinado objetivo, um indivíduo deve adotar uma atitude introspectiva em relação ao que deseja saber para construir suas próprias necessidades informacionais e avaliar as informações encontradas no contexto da informação, se o que ele precisa é útil. Portanto, os usuários exibirão comportamentos específicos ao procurar as informações que são necessárias para si próprio.

Por meio dessas considerações, Manabe (2015) descreve que a análise do comportamento informacional pode ser entendida através do contexto do usuário e de suas necessidades de informação, que é a fonte do comportamento informacional; o método de busca que os indivíduos usam para satisfazer suas próprias pesquisas e, assim, para adquirir conhecimento.

O autor supracitado ainda destaca que, de acordo com as opiniões de vários autores que estudam o comportamento informacional, esses são os elementos básicos da literatura nesse campo e são importantes para tornar óbvios os fatores e atitudes relacionadas ao comportamento informacional em si.

Assim, o comportamento informacional deve ser analisado para identificar comportamento do indivíduo de buscar informações de maneira rápida e eficaz. Ele se tornou um relevante objeto de pesquisa em CI, pois, através do estudo do comportamento do usuário da informação, os profissionais da Ciência da Informação podem compreender a relação entre os usuários e as informações.

Dentro desse campo de estudo, inúmeras pesquisas foram realizadas caracterizando o estudo do comportamento informacional em abordagens.

2.1 ABORDAGENS SOBRE COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

As abordagens apontadas por diversos autores destacam como os estudos sobre o comportamento informacional de usuários são melhores direcionados, tais quais, na abordagem tradicional, a informação é considerada algo objetivo, existente fora das pessoas e passível de ser transferida de uma para outra.

Neste enfoque, para Figueiredo (1994), parece possível medir a eficiência e o sucesso do sistema com base no número de fontes de informação recuperadas pelo sistema – em comparação com as informações nas quais os usuários estão realmente interessados. Este método, caracterizado como abordagem tradicional, a informação é considerada algo objetivo, existe no mundo exterior e é facilmente transferida de uma pessoa para outra.

Ainda para Figueiredo (1994), no que se refere a abordagem centrada no usuário, o paradigma está relacionado à personalidade de cada pessoa. Em vez de fornecer uma série de informações e desenvolver um método de busca por informações, considera-se os aspectos técnicos do sistema ou as características sociológicas puras dos usuários, mas busca-se entender o caminho que as pessoas seguem na procura de informações.

Neste sentido, esta abordagem foca no desenvolvimento do próprio sistema e à introdução de novas tecnologias, ele tenta prestar mais atenção ao entendimento de como os usuários processam as informações.

No quadro 03, é possível sintetizar pontualmente os fundamentos dessa abordagem apontada por Figueredo (1999).

Quadro 03 - Fundamentos Básicos da Abordagem Tradicional

FUNDAMENTOS BÁSICOS DA ABORDAGEM TRADICIONAL
As necessidades informacionais devem ser analisadas a partir da perspectiva individual do objeto de pesquisa, que é subjetivo e único e definido no nível individual.
As informações necessárias e o trabalho de pesquisa devem ser contextualizados de acordo com a situação real em que aparecem, ou seja, o tempo e o espaço em que ocorrem devem ser considerados.

O uso informacional deve ser determinado pelo indivíduo, e seu significado é constantemente construído.

Fonte: Figueiredo (1999), adaptado pelo autor.

No que se infere a respeito da abordagem alternativa ou perceptiva, a informação é vista como algo construído pelo indivíduo e que só tem sentido quando integrada a um contexto.

O indivíduo é visto como um ser com conhecimento, influenciado por crenças e valores, com necessidades cognitivas, afetivas e fisiológicas próprias, inserido em um ambiente com restrições socioculturais, políticas e econômicas. As necessidades, esquemas de conhecimento e seu ambiente formam a base do contexto do comportamento de busca e uso da informação, no qual os aspectos relativos à comunicação, como questionar, planejar, interpretar, criar, resolver e responder são valorizados (DERVIN, 1989). No modelo de abordagem alternativa, as informações são vistas como algo construído por um indivíduo e só fazem sentido quando integradas ao contexto.

Dervin (1989) considera que os indivíduos são pessoas conhecedoras, influenciadas por crenças e valores, com necessidades cognitivas, emocionais e físicas e inseridas em ambientes com restrições socioculturais, políticas e econômicas.

Assim, a demanda, o planejamento do conhecimento e seu ambiente constituem o contexto dos comportamentos de busca e uso informacional, nos quais todos os aspectos relacionados à comunicação são valorizados, como perguntas, planejamento, interpretação, criação, resolução e resposta.

Dessa forma, o comportamento de busca informacional afetará os resultados da pesquisa, razão pela qual é necessário entender se os pesquisadores são competentes na execução de alguns procedimentos básicos de busca de informações, de modo a atender às suas necessidades de informações e, assim, adquirir conhecimento.

2.2 NECESSIDADE, BUSCA E USO INFORMACIONAL

Para que possamos compreender melhor o processo que molda o comportamento informacional do indivíduo, algumas definições sobre a necessidade, busca e uso informacional serão tratadas. Segundo Wilson (2006), a necessidade informacional é uma experiência subjetiva que ocorre apenas nas mentes das pessoas desprovidas de informação, de modo que o indivíduo não pode obtê-la diretamente. A experiência da demanda de informações só pode ser descoberta através do comportamento ou da demonstração daqueles que necessitam de informações.

Portanto, após o sucesso, além de poder conduzir o conhecimento aprendido para outras pessoas, essas informações também podem ser usadas para atender às próprias necessidades.

Pereira (2011) traz a definição em que o indivíduo é visto como centro do fenômeno a ser estudado, assim, a necessidade informacional deve ser analisada a partir da personalidade e da perspectiva do indivíduo, muitas delas subjetivas e singulares.

Assim, as informações necessárias e os esforços empenhados em sua busca devem ser contextualizados de acordo com a situação real que o buscador se encontra – no tempo e no espaço. O uso da informação deve ser fornecido e determinado por sujeitos que constantemente constroem sua própria consciência.

Romagnoli (2015) corrobora com o autor afirmando que as informações parecem capazes de resolver as necessidades causadas pelo estado anormal ou lacuna de conhecimento. A incerteza sobre determinado fato inicia o processo de busca, causando confusão, suspeita e ansiedade para os indivíduos. A ansiedade está relacionada à lacuna de conhecimento pessoal, principalmente no uso de fontes de informação e tecnologia.

Em estudo conduzido por Ohtoshi (2013), o autor discorre que a necessidade é uma atividade social por meio da qual as informações se tornam úteis para indivíduos ou grupos. Todos buscam informações de maneira diferente, dependendo do conhecimento da fonte e da experiência passada. Muitas vezes, as necessidades informacionais estão relacionadas às atividades profissionais do indivíduo e são

afetadas por fatores como demográficos, idade, ocupação, especialização e estágio profissional.

Numa visão mais tradicionalista da CI, destaca-se Choo (2006), trazendo que as necessidades informacionais são geralmente compreendidas como necessidades cognitivas de um indivíduo. Assim, conhecimento ou compreensão de defeitos ou deficiências podem preceder problemas, sistemas ou fontes informacionais.

Portanto, atender às necessidades cognitivas armazenará informações que respondam a perguntas, mas desperta o alerta para o fato de que as informações também devem atender às demandas emocionais decorrentes de sentimentos relacionados às necessidades de informações do indivíduo.

Choo (2006) também destaca que a visão sobre a necessidade informacional aparece em vários níveis, o que enfatiza o fato de que atender às necessidades informacionais vai muito além de encontrar respostas para perguntas descritas por indivíduos ou expressas em tópicos em formação. Assim, se as informações satisfizerem a agitação interna que causou as necessidades de informações, elas serão consideradas valiosas.

Cavalcante (2014), por fim, elucida a interpretação da autora, destacando que as necessidades cognitivas do indivíduo que busca informações estão relacionadas às percepções individuais sobre o ambiente e às redes de referência usadas para reduzir a ambiguidade no ambiente organizacional. Aspectos situacionais e emocionais interferem na maneira como os indivíduos absorvem e processam as informações.

Sobre o conceito de busca informacional, Wilson (1997) acredita que qualquer análise do comportamento de busca informacional do indivíduo deve ser baseada em um determinado modelo. Assim, nesta pesquisa, os participantes são servidores públicos do poder executivo federal, profissionais envolvidos diretamente na produção, uso e gestão de informações públicas, nesse sentido utilizamos essa linha de raciocínio para definir a busca informacional.

Ainda de acordo com Wilson (2006), o ato de buscar informações deriva do momento em que um indivíduo reconhece suas necessidades informacionais, causadas pelas atividades em sua vida cotidiana ou no trabalho diário.

Mattos (2017) corrobora, apontando que o processo de busca informacional é um dos aspectos estudados no contexto do comportamento informacional, pois o sujeito sente a necessidade de solucionar as necessidades de informações de seu trabalho, estudo, cotidiano e até curiosidades.

Em sua pesquisa, o autor supracitado utiliza o modelo de busca de informações profissionais proposto por Leckie, Pettigrew e Sylvian (1996), que foi desenvolvido analisando e explicando empiricamente a pesquisa sobre os hábitos de informação de um grupo com profissionais diferentes: engenheiros, profissionais de saúde e advogados.

O autor sintetiza o modelo proposto por Leckie, Pettigrew e Sylvian (1996) em seis componentes principais, descritos no quadro 04.

Quadro 04 - Modelo proposto por Leckie, Pettigrew e Sylvian da composição sobre a busca informacional

COMPONENTES
Funções profissionais referem-se a prestadores de serviços, como pesquisadores, educadores e estudantes.
Tarefas relacionadas às atividades específicas de cada função profissional.
Características das necessidades informacionais que formam direta ou indiretamente as necessidades de informação dos profissionais.
Conhecimento da informação, incluindo conhecimento direto ou indireto das fontes informacionais tais quais: confiança, familiaridade, acessibilidade, qualidade entre outros.
Fontes informacionais, que podem ser classificadas formal ou informal.

Resultados, correspondentes aos resultados positivos do processo de busca informacional.

Fonte: O autor.

De acordo com Lekie, Pettigrew e Sylvain (1996), a pesquisa inicial foi desenvolvida, principalmente, por cientistas e sua prática científica e, na época, eles provaram que o trabalho de pesquisa científica tem as características da comunicação interpessoal e uma forte rede de cientistas interconectados, em vez de irrestrito e rígido.

Esta rede de comunicação possui dois tipos de canais de informação, canais formais e canais informais. Os canais formais seriam os estudos e pesquisas bibliográficas já publicadas, e os informais seriam a troca de experiências, o diálogo entre os pesquisadores.

Ainda segundo os autores, entre as décadas de 1970 e 1980, os pesquisadores interessados nas necessidades informacionais no trabalho, expandiram o escopo do estudo para incluir outros tipos de profissionais. Pesquisadores buscam respostas para certas perguntas para caracterizar seu comportamento informacional.

Segundo Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996), as principais indagações percebidas nas pesquisas foram:

- Quais são as semelhanças ou diferenças entre o comportamento de busca de informações profissionais e as informações conhecidas?
- Quando e onde os profissionais buscam informações?
- Quais obstáculos os profissionais encontrarão ao pesquisar e usar informações?

Neste sentido, Mattos (2018) aponta, segundo a linha de estudos desses autores, a demanda por certos tipos de informações, o processo de recuperação e seu uso decorre da prática profissional diária. Verifica-se que as responsabilidades profissionais são complexas e espera-se concluir com êxito uma série de tarefas específicas no desempenho da profissão. O resultado da pesquisa apontou que os

profissionais geralmente ficam frustrados ao procurar e não encontrar informações relevantes e necessárias.

Na interpretação de Mattos (2018), sobre o estudo descrito, a frustração pode ser definida como o resultado da interação de um grande número de variáveis complexas, que podem afetar o processo de busca de informações.

Ele enfatiza que a demanda por informações decorre de vários fatores relacionados à cultura da empresa, hábitos pessoais, disponibilidade de sistemas e recursos de informação e comprometimento com o desenvolvimento profissional.

Por fim, através do pressuposto apresentado por Leckie, Pettigrew e Sylvain (1996), em corroboração de Mattos (2018), tem-se que as funções e as tarefas relacionadas e desenvolvidas pelos profissionais na prática diária gerarão necessidades informacionais específicas, o que levará à busca informacional.

Através do exposto, nota-se que a busca informacional é afetada por inúmeras variáveis que interagem entre si e podem acometer os resultados, portanto, representando uma ampla gama e complexa metodologia nos procedimentos profissionais de trabalho, característica esta que será discutida no decorrer desta pesquisa.

Depois do indivíduo estar ciente de sua necessidade informacional, ele descreve sua estratégia de busca e pode, nesse processo, ter obtido as informações que necessitava e, por fim, poderá optar por usá-las para solucionar as necessidades originais

Choo (2006) acredita que talvez, por ser uma parte subconsciente da experiência diária, seja difícil para o indivíduo definir satisfatoriamente o uso da informação. O acesso bem-sucedido às informações significará uma alteração no status do conhecimento ou na mobilidade do indivíduo.

Para a autora, essa demanda é causada pela falta de percepção dos problemas enfrentados, o que leva ao uso de informações para preencher a lacuna. Portanto, as informações são o resultado da construção de indivíduos com base em experiências passadas e usadas de acordo com as necessidades e requisitos de cada situação ou contexto. Pode-se compreender dessa maneira que a forma como as informações são usadas determina a metodologia e o grau de uso das informações.

Berti (2014) aponta que os usuários pesquisam e usam as informações em um processo dinâmico influenciado pela estrutura social e disponibilidade de acesso, que se expande com o tempo e o espaço.

Ainda para Berti (2014), os indivíduos que buscam informações promoverão mudanças no estado do conhecimento. Ela destaca que, neste enfoque, identificar e selecionar a fonte é uma das condições para encontrar uma solução para o problema e é considerado o estágio final do modelo.

Assim, de acordo com os apontamentos levantados pela autora, os resultados utilizados nos métodos cognitivos significam mudanças no estado do conhecimento em termos de sua capacidade de agir e são considerados um processo contínuo e repetitivo ao longo do processo de busca. A relevância das informações e seu uso efetivo dependem de como os indivíduos avaliam cognitivamente e emocionalmente as informações recebidas.

Ohtoshi (2013) lista as oito categorias de uso informacional propostas por Choo (2006), descritas, a seguir, no quadro 05.

Quadro 05 - Categorias de uso informacional propostas por Choo (2006)

CATEGORIAS DE USO INFORMACIONAL	
Esclarecimento	as informações são usadas para criar contexto ou dar algum sentido ao contexto.
Entendendo problemas	as informações são usadas de uma maneira mais específica para permitir que você entenda problemas específicos.
Instrumental	a informação é usada para que o indivíduo saiba o que e como fazer. As instruções são uma forma comum de informação instrumental.
Factual	Esta informação é usada para determinar o fato de um fenômeno ou evento.
Confirmativa	esta informação é usada para verificar outras informações.
Projetiva	a informação é usada para prever o que vai acontecer no futuro.

Motivacional	As informações são usadas para iniciar ou manter a participação pessoal.
Pessoal ou política	as informações são usadas para construir relacionamentos ou promover status, reputação ou satisfação pessoal.

Fonte: Ohtoshi (2013). Adaptado pelo autor.

Por fim, através do exposto, considera-se que o uso informacional é a seleção e o processamento da informação, gerando novos conhecimentos ou ações. As informações são usadas para responder indagações, resolver problemas, tomar decisões, negociar posições ou entender a situação. Todos os indivíduos interpretarão as informações e agirão com base em suas experiências, crenças, cultura, costumes e outras variáveis ao longo de seu comportamento.

Após o estudo dos aspectos teóricos do comportamento informacional e dos elementos que os compõem: necessidade, busca e uso informacional, que perceptivelmente apresentam fatores intrínsecos e extrínsecos dos indivíduos, cabe destacar que no universo desta pesquisa há também os fatores externos, que serão trabalhados através da Lei de acesso à Informação, considerando-a como uma política informacional. Este tópico será analisado a seguir.

2.3 BARREIRAS INFORMACIONAIS

Os novos fenômenos relacionados ao conhecimento humano, como a criação de ambientes digitais interativos, têm contribuído para a transformação de costumes e comportamentos com relação à informação.

Nesse novo cenário, Alves e Barbosa (2010), enfatizam a importância da informação e do conhecimento na construção de práticas estruturadas e ferramentas de gestão relacionadas às atividades organizacionais em todos os tipos de atividades práticas (administrativas ou estratégicas).

Na verdade, reconhecer a importância da informação no dia-a-dia dos negócios tem sido considerado o principal recurso das organizações contemporâneas. Contudo, para que, o uso completo das informações sejam efetivamente

implementados pelos usuários, é necessário vencer as barreiras que dificultam o uso informacional do indivíduo.

Essas barreiras são foco de estudo de diversos autores da área da CI, e há um consenso entre eles que alguns fatores têm um destaque neste contexto.

Wilson (1981) propõe três tipos de barreiras à busca de informação, e outros autores adotaram essas barreiras: barreiras pessoais, sociais ou de papéis relacionados e barreiras ambientais.

Em alguns de seus trabalhos posteriores, Wilson (Wilson, 1997) apontou oito variáveis envolvidas no processo de busca de informações. Esses elementos incluem características pessoais (emocionais, educacionais, demográficas, sociais ou interpessoais), bem como aspectos ambientais, econômicos e mesmo características das fontes e condições de acesso à informação.

Embora afetado pelo contexto, parece que no processo de determinação das necessidades, seleção das fontes de informação e determinação da informação de busca, o fator determinante não é a disponibilidade de recursos, mas o processo cognitivo (MARTÍNEZ, SILVEIRA e ODDONE 2007).

Seguindo a linha de estudo destes autores, Alves e Barbosa (2010), sintetizam o conjunto de barreiras e influências ao comportamento da informação e do conhecimento em organizações, conforme apresentado no Quadro 06.

Quadro 06 – Barreiras Informacionais

BARREIRAS INFORMACIONAIS	DEFINIÇÃO
Cultura Organizacional	Cultura organizacional é "um sistema de significado compartilhado mantido por seus membros, que distingue a organização de outras organizações. Portanto, a cultura é representativa da forma como cada organização aprende a responder em seu ambiente, mas é composta principalmente por muitos aspectos, que são mais facilmente identificados

Motivação do Indivíduo	Assim como a cultura organizacional, a motivação pessoal é um assunto complexo e multifacetado, que vem sendo estudado em múltiplas áreas do conhecimento. Estudos têm demonstrado que uma das principais questões relacionadas ao comportamento organizacional é a compreensão de por que os indivíduos se comportam e se comportam no trabalho e nas organizações.
Confiança	Um ambiente confiável é um requisito importante para o compartilhamento de informações. Portanto, tornou-se um dos elementos básicos da troca de informações. Por sua vez, a confiança depende da crença na integridade, nas características e nas capacidades de cada elemento envolvido nas interações individuais na organização. Esse tipo de relação de confiança entre os membros da equipe ou da organização tende a levar tempo para ser estabelecida - fácil de destruir e difícil de recuperar.
Reciprocidade	No processo de compartilhamento de informações, existe um senso de reciprocidade, ou seja, a crença de que as pessoas podem ser recompensadas ao compartilhá-las. Portanto, a reciprocidade é considerada uma das principais condições para o compartilhamento efetivo de informações, pois essa troca é bidirecional.
Mecanismos de Compartilhamento	Para funcionar com eficácia, o compartilhamento de informações que permeiam o comportamento do indivíduo, exige que os funcionários da organização

	acessem canais, ferramentas, métodos e mecanismos apropriados.
Poder e Status	Entre os fatores motivacionais intrínsecos que afetam o comportamento informacional, o sentimento de que conhecimento é poder é particularmente proeminente. A sensação de poder decorrente da posse do conhecimento faz com que o proprietário tenha um distinto senso de superioridade sobre os outros.
Premiação ou Sistema de Recompensa	As pessoas têm tempo e energia limitados e farão o que acham que lhes trará grandes recompensas. Uma forma de recompensa é o desenvolvimento profissional, que pode estar ligado a vários fatores, incluindo o aumento na remuneração e progressão funcional.
Natureza do Conhecimento	O conhecimento em uma organização pode ser implícito ou explícito. Independentemente do tipo, constata-se que ambos têm um grande impacto na maneira como os indivíduos se comportam diante das informações.
Tecnologia	A capacidade de conhecimento técnico e a tecnologia que pode ser usada para a obtenção de informações podem ser um obstáculo chave, uma vez que muitos indivíduos não têm tanta afinidade com as ferramentas tecnológicas, mesmo sendo notório que a maioria dos procedimentos administrativos dentro das instituições são por meio de sistemas.

Fonte: ALVES; BARBOSA (2011). Adaptado pelo autor.

Através dos pontos apontados, podemos vislumbrar que as barreiras que norteiam o comportamento informacional do indivíduo, podem ser identificadas e muitas vezes vencidas.

Starrec (2003), aponta em estudo realizado, que estes percalços podem ser superados de duas maneiras. Primeiro através do processo de socialização do indivíduo diante da informação, e a segunda por meio do comportamento das organizações, que devem agir de forma a identificar as necessidades informacionais do sujeito e implementando políticas capazes de saná-las ou ao menos minimizá-las.

3 POLÍTICAS E LEIS DE ACESSO À INFORMAÇÃO

Com base no argumento de que a informação é um direito humano fundamental e uma necessidade intermediária ao mesmo tempo, porque muitas vezes fornece aos indivíduos as condições para avaliar e participar mais intensamente da vida coletiva, aumentando assim sua capacidade de exercer autonomia crítica e também moldando seu comportamento referente ao universo informacional.

Será apresentado neste capítulo uma breve introdução sobre políticas informacionais, um histórico sobre as Lei de Acesso à Informação em caráter global e, por fim, com maior ênfase, as principais características da Lei de Acesso à Informação brasileira, utilizando para futura análise e discussão do tema desta pesquisa, o Portal de Transparência do Governo Federal.

Antes de discorrer sobre a origem das Leis de Acesso à Informação no cenário global e brasileiro, é importante trazer alguns conceitos sobre políticas de informação. Segundo Pinho (2008), as políticas informacionais permitem abordar todos os problemas de informação e suas diferentes formas de influência. Portanto, devido ao aumento do tempo e à proliferação dos fluxos de informação e comunicação, eles trouxeram desafios reais para o país, governo e empresas.

Nesta lógica, Silva (2009) destaca que no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, o cenário político da informação científica e técnica foi impactado pela falta de diretrizes instrucionais no campo da informação, o que levou a iniciativas específicas e descentralizadas, com o objetivo de solucionar problemas específicos e isso não favoreceu a informação dos países em desenvolvimento.

Nesse sentido, a implementação de políticas informacionais é um desafio que muitos países devem enfrentar para participar efetivamente da sociedade da informação. Contudo, a política de informação do Estado geralmente é simplificada para fazer planos imediatos e planos para tomar decisões de informação concretas. Os planos e ações para os aspectos substantivos da informação são privilegiados, ou seja, possuem uma infraestrutura técnica e podem desenvolver redes de informação que permitem o livre fluxo de informações. (FERREIRA, SANTOS e MACHADO, 2012).

Ainda para os autores, no contexto de atualizações tecnológicas permanentes, a complexidade do processo de geração, disseminação e uso de informações, bem como a interação de diferentes atores sociais, dificultam o estabelecimento de diretrizes políticas que abordem interesses conflitantes de maneira satisfatória. "Regime Informacional"¹ ou "Regime Global de Políticas Informacionais" é um conceito essencial para estabelecer um ambiente de política de informação.

Gomes (2016) conceitua que as políticas informacionais não se limitam a uma série de decisões governamentais, planos de trabalho, sistemas e serviços, mas também parte da premissa que existe um conjunto de valores políticos que guiarão sua formulação, implementação e definirão o escopo dos interesses do mercado que envolvem questões de processo e fluxo de informações penetradas por disputas entre interesses da sociedade civil e interesses nacionais.

De acordo com a Constituição Federal de 1988, o direito de acessar informações públicas foi elevado ao nível de direitos fundamentais conforme parágrafo XIV do artigo 5º, que assegura a todos o acesso à informação: "XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional" (BRASIL, 1988).

Neste sentido, González de Gómez (2002) afirma que o vínculo entre informação e política será estabelecido pela incorporação no campo da intervenção estatal, que agora não é apenas um aspecto da racionalidade administrativa, mas também um fator estratégico no desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

Ainda para a autora supracitada, o cenário político é construído com base nas informações da rede e, segundo ela, a comunicação e a tecnologia da informação fornecerão os meios para manter ativa e diferente a relação entre os sujeitos e as instituições envolvidas na nova cadeia de tomada de decisão e ação.

Na visão de Ferguson (2002), o objetivo da implementação de políticas públicas informacionais é alterar as condições para os cidadãos participarem da governança comunitária, permitindo a participação na sociedade da informação,

1 Segundo González de Gómez (1999c), o conceito de regime de informação recorta para as esferas governantes das Empresas as ações e os recursos, além de toda complexidade que envolve a informação em uma sociedade contemporânea.

criando uma infraestrutura para ela e possibilitando o acesso através tecnologias da informação e comunicação para promover o conceito de cidadania e identidade cultural.

Esta linha conceitual também é defendida posteriormente por Guerra e Massenini (2012), eles afirmam que a participação política por meio de novas tecnologias precisa promover a inclusão dos cidadãos.

Por outro lado, saber pesquisar e usar essas informações e serviços eletrônicos exige que os cidadãos tenham conhecimento de informações para poder usar serviços eletrônicos públicos. Nesse sentido, para a Ciência da Informação, mais especificamente na pesquisa de comportamento informacional, como uma maneira de analisar pessoas que buscam e usam serviços de informação (no âmbito desta pesquisa, através do Portal da Transparência do Governo Federal), é uma forma de compreender o comportamento informacional do público alvo pelo acesso a este mecanismos de transparência.

O acesso à informação passa a ser reconhecido como um direito humano fundamental na Declaração Universal de Direitos Humanos em seu artigo 19: “Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.” (DECLARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS, 1948, p.5).

Nesta linha de pensamento, Bottrel (2016) afirma que como direito humano, o acesso à informação se tornou cada vez mais presente nos discursos sobre o desenvolvimento dos países e na melhoria da qualidade de vida, sendo reconhecido também como um direito importante para o exercício dos direitos relativos aos cidadãos.

Nesse contexto, Neto (2015) entende, e corrobora com este entendimento, o qual demonstra que as declarações da Unesco ratificam a centralidade do direito humano à informação, assegurado originalmente na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e transposto, posteriormente, para os principais tratados internacionais que lidam com a liberdade de expressão, conforme quadro 07 a seguir:

Quadro 07 – Demonstrativo dos tratados internacionais que garantem o direito de acesso à informação

TRATADO INTERNACIONAL	ANO	MANDAMENTO
Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU)	1948	Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e de expressão; esse direito inclui a liberdade de ter opiniões sem sofrer interferências e de procurar, receber e divulgar informações e ideias por quaisquer meios, sem limite de fronteiras.
Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (ONU)	1966	Toda e qualquer pessoa tem direito à liberdade de opinião e de expressão; esse direito incluiu a liberdade de ter opiniões sem sofrer interferências e de procurar, receber e divulgar informações e ideias por quaisquer meios, sem limite de fronteiras.
Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (ONU)	1969	Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.
Declaração Interamericana de Princípios de Liberdade de Expressão (OEA)	2000	O acesso à informação em poder do Estado é um direito fundamental do indivíduo. Os Estados estão obrigados a garantir o exercício desse direito. Este princípio só admite limitações excepcionais que devem estar previamente estabelecidas em lei para o caso de existência de perigo real e iminente que ameace a segurança nacional em sociedades democráticas.
Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (ONU)	2003	Cada Estado-parte deverá (...) tomar as medidas necessárias para aumentar a transparência em sua administração pública (...) procedimentos ou regulamentos que permitam aos membros do público em geral obter (...) informações sobre a organização, funcionamento e processos decisórios de sua administração pública (...).

Fonte: Neto (2015), adaptado pelo autor.

Mendel (2009, p. 3) afirma que o próprio termo “direito de informação” é uma versão mais recente para o que antes se chamava de “liberdade de informação”, e inclui os conceitos de liberdade de expressão e livre fluxo de informação na sociedade.

Esse reconhecimento pode ser visto no crescimento acelerado do número de países que aprovaram leis sobre o acesso à informação, conforme apresentado no quadro 08.

Quadro 08 - Demonstrativo da Sequência de Adoção de Leis de Acesso à Informação no Mundo

PERÍODO	PAÍS	QUANTIDADE
1766	Suécia	1
Década de 1950	Finlândia	1
Década de 1960	Estados Unidos da América	1
Década de 1970	Noruega, Dinamarca, Holanda e França.	4
Década de 1980	Nova Zelândia, Austrália, Canadá, Colômbia, Grécia e Áustria.	6
Década de 1990	Itália, Hungria, Portugal, Belize, Bélgica, Coreia do Sul, Islândia, Lituânia, Irlanda, Tailândia, Uzbequistão, Letônia, Israel, Geórgia, Trindade e Tobago, República Tcheca, Albânia, Japão e Liechtesntein.	19
Década de 2000	Moldávia, Estônia, República Eslovaca, África do Sul, Bulgária, Bósnia-Herzegovina, Reino Unido, Polônia, Romênia, Zimbábue, Panamá, México, Jamaica, Paquistão, Angola, Tajiquistão, Armênia, Eslovênia, Croácia, Sérvia, Peru, Kôsovo, São Vicente e Granadinas, Turquia, Argentina, Suíça, Antígua e Barbuda, Republica Dominicana, Equador, Uganda, Montenegro, Índia, Taiwan, Azerbaijão, Honduras, Alemanha, Macedônia, Nepal, Nicarágua, República do Quirguistão, Jordânia, China, Bangladesh, Etiópia,	51

Década de 2010	República da Libéria, Guiné-Conacri, Mongólia, El Salvador, Brasil, Ucrânia, Nigéria, Tunísia, República do Niger, Iemen, Serra Leoa, Guiana, Ruanda, Costa do Marfim, Espanha, Maldivia e Paraguai.	17
Total de países		100

Fonte: Neto (2015).

Conforme exposto no quadro 07, nota-se que primeira lei de acesso à informação (LAI) do mundo foi a Lei Sueca, de 1766, motivada pelo interesse do parlamento em ter acesso às informações em poder do rei. O segundo país a adotar este tipo de lei foi a Finlândia (que pertenceu ao Reino da Suécia), mas somente em 1951. A terceira lei do mundo foi a dos Estados Unidos, em 1966. Ainda entre as cinco primeiras, em 1970, Dinamarca e Noruega promulgaram suas leis.

Contudo, há também de se destacar que durante séculos, a sociedade produziu conhecimento, e o registro da informação percorreu alguns caminhos do mundo antigo, desde do registro informacional nas lajes de barro da Babilônia, do pergaminho da Ásia Menor e do papiro do Egito até a invenção do papel na China, conforme apontado por Aleixo (2020).

Atualmente, há pelo menos cento e vinte e três países com leis de acesso à informação (GLOBAL, 2020). Contudo, segundo Angélico (2015), somente na última década do século XX, com o desenvolvimento da tecnologia da informação e comunicação, com a disseminação de práticas de transparência e *accountability* e o amadurecimento de diversas democracias, presenciou-se um crescimento expressivo no número de leis acerca do tema.

Como a questão do acesso à informação depende da relação entre Estado, sociedade e informação e a implementação dos direitos de acesso, deve-se entender que é importante abordar algumas das características da identidade do Brasil em maior profundidade.

Jardim (1999) destacou que a informação opaca é uma característica estrutural do Brasil, e seu relacionamento com a sociedade, por exemplo, é notório na estrutura de informações que atende aos usuários da organização, o que não significa necessariamente servir o usuário final que busca a informação.

Em um estudo sobre transparência na administração pública no Brasil, o autor acredita que a sociedade civil é excluída como participante interessado em transparência e acesso à informação (JARDIM, 1999, p. 194).

Na Constituição de 1988 o acesso à informação é direito fundamental, previsto no Art.5º, XXXIII:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Também no item XIV do mesmo artigo: na prática profissional, deve-se garantir que todos possam acessar as informações e garantir a confidencialidade da fonte das informações. Outras disposições constitucionais relevantes são o Artigo 37, parágrafo 3, Artigo 2º e Artigo 216, parágrafo 2º, que determina a edição de leis para regulamentar documentos governamentais e regular a forma de acesso dos cidadãos aos registros administrativos públicos (BRASIL, 1988).

Esses projetos com efeitos limitados têm aplicabilidade jurídica decorrente de questões relacionadas à legislação de infraestrutura, iniciando-se com a Lei nº 8159, de 1991, que trata da política nacional de arquivos públicos e privados, bem como de outras disposições do seu artigo 23º, onde dispõe que um decreto estabeleça o tipo de confidencialidade que os órgãos públicos devem observar ao classificar os documentos que produzem.

O decreto foi emitido apenas em 2002 (Lei 4.553/2002), e prevê a proteção de dados confidenciais, informações, documentos e materiais relacionados à sociedade e segurança nacional no âmbito da administração pública federal. Outro decreto complementar é o Decreto nº 4.073/2002, que regulamenta a Lei dos Arquivos Públicos.

Outras ações legais que assumiram obrigações em relação à divulgação de informações incluem "Lei Complementar nº 101/2000" (também conhecida como "Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF) e "Lei Complementar nº 131/2009", que alteraram as disposições do LRF. Além disso, foi determinada a disponibilidade de informações

sobre o orçamento e desempenho financeiro da União, estados, distritos federais e municípios (PAIVA; ARREGUY, 2015).

Portanto, antes da promulgação da Lei Brasileira de Acesso à Informação, o direito de acessar as informações previstas na Constituição era descentralizado, apontando circunstâncias especiais e não condições que garantam a transparência do governo (ARAÚJO, 2019).

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, é uma grande mudança na estrutura legal brasileira, estabelecendo um mecanismo eficaz para exercer o direito básico de acessar informações, conforme estipulado na Constituição Federal de 1988.

A lei entrou em vigor em 16 de maio de 2012, e regulamentou o acesso às informações prescritas pela Constituição: Artigo 5, Artigos XIV e XXXIII, Artigo 37, parágrafo 3, Artigo II e Artigo 216, parágrafo 2º, além disso, são revogadas todas as disposições da Lei nº 11.111/2005 e da Lei nº 8159/1991.

A LAI do Brasil do ponto de vista jurídico, é considerada uma das leis mais estritas dentre as leis mundiais (ANGÉLICO, 2015). Na implementação da LAI, a Transparência Ativa consiste no dever de fornecer dados, independentemente de qualquer solicitação, por meio de ambiente virtual ou físico (CGU, 2019).

Aleixo (2020), destaca levando em consideração a terminologia arquivística², a relevância dos termos a serem usados para estabelecer um campo de conhecimento ligado a tópicos relacionados, de forma que não haja incompatibilidades no entendimento.

Pode-se inferir a importância da atualização para evitar alterações na legislação posterior, para que as ações reiteradas na lei sejam compreendidas e implementadas com sucesso, conforme apresentado no quadro 09.

Quadro 09 - Terminologia adotada na Lei de Acesso à Informação

TERMO	DEFINIÇÃO
Informação	dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato

² Função **arquivística** destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização. Embalagem ou guarda de documentos visando à sua preservação e acesso.
http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf

Documento	unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.
Tratamento da informação	conjunto de ações referentes à produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transporte, transmissão, distribuição, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação, destinação ou controle da informação.
Disponibilidade	qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
Autenticidade	qualidade da informação que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
	Continua

Fonte: Aleixo 2020.

Desta forma, cada órgão dos poderes executivo, legislativo e judiciário deverá disponibilizar em sítio eletrônico oficial, em campo de destaque, atalho com acesso à página do portal de transparência.

Para a administração federal, as informações que devem ser publicadas no Portal da Transparência estão detalhadas no artigo 3º do Decreto nº 7.724 de 2012, que regulamentou a aplicabilidade da LAI no Poder Executivo Federal. Entre eles, destacamos:

- I. programas, projetos, ações, obras e atividades, com indicação da unidade responsável, principais metas e resultados e, quando existentes, indicadores de resultado e impacto;
- II. licitações realizadas e em andamento, com editais, anexos e resultados, além dos contratos firmados e notas de empenho emitidas;

O Portal da Transparência tem sido a representação simbólica da transparência ativa, servindo também de veículo para a passiva. Para isso, o instrumento eletrônico disponibiliza campo para o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) com o objetivo de atender às necessidades do cidadão. Conforme disciplina o art. 9º, inciso I, da LAI:

O acesso a informações públicas será assegurado mediante: I criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para: a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações (BRASIL, 2011, p.4).

Apesar da relevância que o contexto sugere para a transparência passiva, os princípios e dispositivos legais sinalizam para uma transparência que atenda a sociedade a partir de suas necessidades informacionais e direitos fundamentais, que neste trabalho terá como foco apenas a transparência ativa.

3.1 PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO GOVERNO FEDERAL

As discussões sobre portais de transparência e sua importância no dia a dia dos cidadãos estão se tornando cada vez mais importantes. Vários autores comprovaram a importância do tema.

Martins e Vespoli (2013) apontam que, no sentido de promover a informação à sociedade, quanto maior a transparência do comportamento governamental, maior o despertar da sociedade para a participação social. Afirmam ainda que uma sociedade que faz uso adequado da informação pode se empenhar melhor por políticas mais justas.

Nesta linha, o empenho das instituições brasileiras no desenvolvimento e aplicação do Portal da Transparência decorre da necessidade de garantir o acesso às informações previstas em lei com o uso da tecnologia (SANTOS, 2017).

Ainda de acordo com Martins e Vespoli (2013), promover a transparência significa ter acesso a todas as informações sobre a administração pública. A administração pública transparente é uma forma de trabalhar abertamente e, levando comodidade dos cidadãos em obter informações públicas, com base em princípios morais e democráticos.

Para Ribeiro (2009, p. 7) a transparência não pode ser confundida com o princípio jurídico de publicidade e a define “a partir do conceito mais abrangente, ou seja, um governo transparente é aquele que dispõe as informações, as atualiza e cria facilidades para que o cidadão tenha acesso”.

Percebe-se que a transparência pública está diretamente relacionada aos conceitos de *accountability* e controle social.

Abrucio e Loureiro (2004, p. 1) definem *accountability* como “a construção de mecanismos institucionais pelos quais os governantes são constrangidos a responder, ininterruptamente, por seus atos ou omissões perante os governados”.

Segundo Angélico (2015) um conceito inicial de *accountability* é um regime eficaz de responsabilização, prestação de contas e, dependendo do caso, punições.

Assim, pode-se afirmar que o controle social é uma das maneiras pelas quais se expressa a *accountability*, que possui, por sua vez, uma amplitude e uma dimensão teórica de maior magnitude.

Nesse contexto de discussão relacionada ao presente trabalho, dos conceitos de transparência, *accountability* e controle social, Abrucio e Loureiro (2004, p. 7) consideram que:

O controle social é uma forma de *accountability* vertical que não se esgota na eleição, atuando ininterruptamente, sem, no entanto, contradizer ou se contrapor aos mecanismos clássicos de responsabilização. Na verdade, ele depende, em linhas gerais, das mesmas condições que garantem a qualidade da democracia representativa: informação e debate entre os cidadãos, instituições que viabilizem a fiscalização, regras que incentivem o pluralismo e coíbam o privilégio de alguns grupos frente à maioria desorganizada, bem como o respeito ao império da lei e aos direitos dos cidadãos. (ABRUCIO, LOUREIRO, 2004).

Lançado pelo Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União em 2004, o Portal da Transparência do Governo Federal é um site de acesso livre, no qual o cidadão pode encontrar informações sobre como o dinheiro público é utilizado, além de se informar sobre assuntos relacionados à gestão pública do Brasil (FREIRA, BATISTA, 2016).

Informação pública refere-se a todos os documentos relativos à gestão pública, ações oficiais e decisões governamentais que não sejam classificados como confidenciais nos termos das disposições legais, como execução orçamentária e contratos firmados pelo setor público em diversos campos. Portanto, transparência é o que permite a qualquer cidadão saber onde, como e por que gasta o dinheiro público. (Brasil, 2019).

A CGU, a fim de atender de forma mais eficiente a crescente demanda e as obrigações de transparência, iniciou projeto para a reestruturação do Portal. Como resultado do trabalho, o Governo Federal lançou, em 2018, o novo Portal da Transparência (CGU, 2020).

Entre as novidades, estão: formas diversas de apresentação dos dados; mecanismo de busca integrado e intuitivo; melhor usabilidade; mais recursos gráficos; integração com redes sociais; maior e melhor oferta de dados abertos; adequação a plataformas móveis; maior interatividade.

O novo Portal da Transparência reforça, assim, com novos recursos e mais informações, sua razão de ser uma ferramenta que permita ao cidadão, de forma cada vez mais eficiente, fiscalizar e assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos federais.

Figura 01 – Sítio do Portal da Transparência do Governo Federal



Fonte: CGU (2020).

A representação institucional da transparência ativa, aquela que independe da solicitação do cidadão, representada pela figura 01, tem sido associada ao portal. A ferramenta foi desenvolvida para ser de fácil acesso e atender as demandas previstas em lei, o instrumento é gerenciado Controladoria Geral da União, sendo um importante mecanismo de controle social.

Com a finalidade de veicular dados e informações detalhadas sobre a gestão administrativa e a execução orçamentária e financeira dos órgãos integrantes do Poder Executivo Federal, ressaltando as inclusões atinentes as atividades – meio e fim, o sítio eletrônico se transformou no instrumento de concretização da LAI.

De acordo com Paludo (2011), a utilização de recursos públicos e a prestação de contas sempre foram objeto de debate e preocupação, haja vista os constantes e contínuos desvios e má aplicação desses recursos, aliados a falta de penalização das autoridades responsáveis pela sua destinação.

Como solução, busca-se não só fortalecer os controles, mas também despertar a consciência da correta utilização dos recursos e da necessidade de prestação de contas transparentes (PALUDO, 2011).

Tecnicamente, as informações existentes no Portal referem-se ao Poder Executivo e à esfera federal. A ferramenta pública, ainda, disponibiliza dados sobre assuntos transversais ou que estejam relacionados à função da maioria desses órgãos.

O Portal fornece detalhamento e transparência às informações, seja para a compreensão do cidadão, seja por determinação legal. Dentro desse universo, são disponibilizados dados sobre:

- Orçamento Anual;
- Receitas Públicas;
- Despesas Públicas;
- Recursos Transferidos;
- Gastos por Cartão de Pagamento;
- Áreas de Atuação do Governo;
- Programas de Governo;
- Benefícios aos Cidadãos;
- Programas e Ações Orçamentárias;

- Emendas Parlamentares;
- Órgãos do Governo;
- Servidores Públicos;
- Viagens a Serviço;
- Imóveis funcionais;
- Licitações;
- Contratações;
- Convênios e outros Acordos;
- Sanções.

Não é o foco deste trabalho analisar a arquitetura informacional da ferramenta, contudo, cabe elucidar um ponto que contribui para que o acesso às informações disponibilizadas seja alcançado, denomina-se encontrabilidade da informação.

O termo mencionado está inserido no contexto da Arquitetura da Informação e está relacionada à melhoria da mediação da informação para seus usuários, ou seja, como a informação é buscada e como pode ser encontrada pelos sujeitos de uma ecologia informacional complexa.

Vechiato, Oliveira e Vidotti (2016) afirmam que a encontrabilidade da Informação será melhor alcançada se houver um cuidado teórico e prático no projeto de Arquitetura da Informação de um ambiente físico, digital ou híbrido. Ou seja, se houver um planejamento para facilitar o alcance das informações por parte do buscador. Sem dúvida, esses fatores contribuem para um comportamento informacional mais eficaz.

Diante da proposição da organização do trabalho e da fundamentação apresentada, apresenta-se os processos metodológicos da pesquisa.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A partir do problema e dos objetivos propostos à dissertação, foram estabelecidos procedimentos que nos permitissem trazer as respostas possíveis. Nesse sentido, a metodologia é uma preocupação instrumental, envolvendo ciência e métodos científicos, através da definição de procedimentos, ferramentas e caminhos de processamento a seguir contínuo (MACHADO, 2019). Para melhor compreensão e visualização da pesquisa realizada junto à organização participante, optamos pelo planejamento das etapas, conforme apresentado no quadro 10.

Quadro 10 – Procedimentos metodológicos

FASE 01	Definição objeto Elaboração de referencial teórico; Levantamento bibliográfico sobre o tema; Definição do problema de pesquisa
FASE 02	Estudo de caso; Definição do universo de pesquisa delimitando os sujeitos pesquisados; Pesquisa documental; Aplicação de questionários semiestruturados
FASE 03	Apresentação e análise dos resultados obtidos.
FASE 04	Considerações finais.

Fonte: Elaborado pelo autor.

4.1 CARACTERIZAÇÃO

A presente pesquisa caracteriza-se como estudo de caso de cunho descritivo exploratório e de natureza qualitativa-quantitativa, cujo universo compreende o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná (IFPR). Os sujeitos participantes da pesquisa são os servidores pertencentes à instituição citada.

Para Gil (1999), as pesquisas qualitativas e quantitativas são abordagens que podem ser vinculadas e complementares entre si. Neste sentido, Valentim (2005, p.

19) afirma que “a articulação da pesquisa qualitativa e quantitativa é importante, porquanto elas devem ser complementares e não excludentes.”

Assim, a adoção da pesquisa qualitativa nesta pesquisa irá permitir compreender os dados qualitativos, uma vez que estes visam ampliar a compreensão que o pesquisador tem do fenômeno observado, procurando resgatar o que as pessoas pensam e o que entendem a respeito do tema investigado. Para Vergara (1998), o estudo de caso é busca a análise detalhada, em profundidade, de uma ou de poucas unidades de estudo, podendo se ater à construção teórica ou utilizar-se da pesquisa de campo.

Como instrumento de coleta de dados, foram adotados formulários semiestruturados, com perguntas objetivas e discursivas (Apêndice B).

As questões, para a análise de dados, foram divididas em três categorias: Caracterização dos Entrevistados; Uso do Portal da Transparência; e Comportamento Informacional, esta última dividida em subcategorias, sendo: Uso do Portal da Transparência; Necessidade; Uso; Busca; e Barreiras Informacionais.

Cabe ressaltar que em algumas perguntas do instrumento de coleta de dados foi utilizada a escala Likert, a qual, para Appolinário (2012), pode ser definida como “um tipo de escala de atitudes em que os respondentes indicam seu grau de concordância ou discordância com determinado assunto”. Nesse sentido, Aguiar, Correia e Campos, (2011, p. 2) conceituam a escala de Likert:

São uma das escalas de autorrelato mais difundidas, consistindo em uma série de perguntas formuladas sobre o pesquisado, onde os respondentes escolhem uma dentre várias opções, normalmente cinco, sendo elas nomeadas como: concordo muito, concordo, neutro/indiferente, discordo e discordo muito.

Também foi realizada a análise de documentos coletados referentes à Instituição pesquisada no intuito de coletar dados que contribuíssem a um melhor entendimento do funcionamento da Instituição. Esta análise consistiu em documentos institucionais, como Leis e normativas internas.

Como procedimentos de análise optou-se pelo método ‘Análise de Conteúdo’ de Laurence Bardin, mais especificamente a ‘Análise Categrorial’, a qual implica em desmembramento do discurso em categorias. Segundo Bardin

(2011, p.15), a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

Para Cavalcante (2010), a utilização de análise de conteúdo é relevante para se estudar o comportamento informacional, visto que a partir das respostas obtidas através dos questionários é possível identificar e compreender, por meio do conteúdo das mensagens, o comportamento informacional dos sujeitos estudados.

Assim, seguindo este caminho metodológico, a análise de conteúdo, segundo Cavalcante (2010), implementada nesta pesquisa, consiste em três fases:

Quadro 11: Fases da Análise de Conteúdo

Pré-análise	Define de modo geral na organização dos dados a ser analisado
Exploração dos dados	Parte da etapa anterior, aprofundando a análise, através de procedimentos, como a classificação, codificação e a categorização
Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação	Onde os dados brutos são trabalhados e interpretados

Fonte: Cavalcante (2010). Adaptado pelo autor.

Neste sentido, pode-se garantir que as etapas da análise de conteúdo se interligam, uma vez que são dependentes uma da outra em seu desenvolvimento, sendo primordial para a conclusão da análise.

A análise desta pesquisa centrou-se nas seguintes categorias:

Quadro 12: Categorias de Análise de Dados

Caracterização dos entrevistados	Função: mapear o perfil dos entrevistados com questões objetivas e gerais, para que pudessem sanar futuras lacunas nas discussões referentes às questões subjetivas
Uso do Portal da Transparência	Função: identificar como os sujeitos entrevistados utilizam a ferramenta, seu grau de efetividade no uso e busca informacional e, por fim, a identificação de barreiras na sua utilização
Comportamento Informacional	Dividida em subcategorias: necessidade; uso e busca informacional; e barreiras informacionais, trazendo as repostas para as questões levantadas nos objetivos da pesquisa

Fonte: O autor.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) é uma instituição pública federal de ensino vinculada ao Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). É voltada a educação superior, básica e profissional, especializada na oferta gratuita de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades e níveis de ensino.

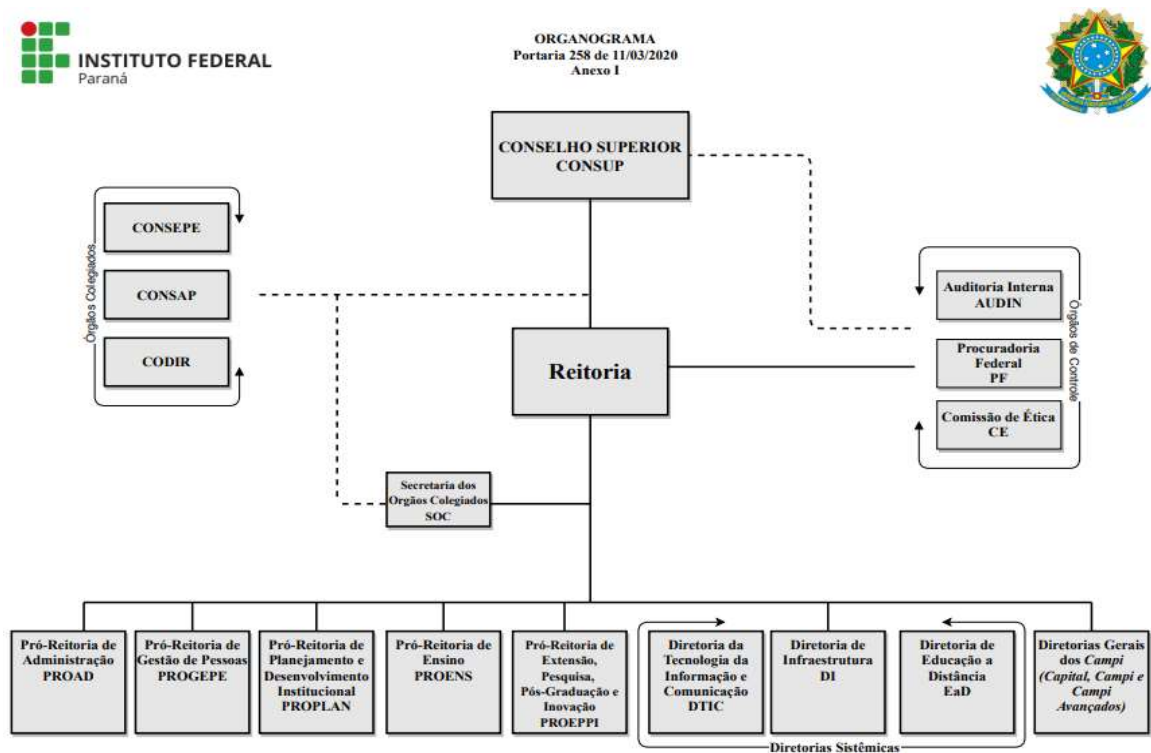
A instituição foi criada em dezembro de 2008, através da Lei 11.892, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e os trinta e oito institutos federais hoje existentes no país. Com a Lei em vigor, a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR) foi transformada no IFPR, que hoje possui autonomia administrativa e pedagógica.

Cerca de oito anos após ser instituído formalmente, o IFPR possui vinte e cinco campi espalhados pelo estado do Paraná e continua em expansão. Foram

implantados Campus Avançados: unidades que prioritariamente ofertam ensino técnico, cursos de formação inicial e continuada e de Educação a Distância, atendendo as ações que integram o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Cinco unidades estão em funcionamento (IFPR, 2020).

Atualmente, a instituição contempla mais de vinte e seis mil estudantes nos cursos de modalidade presencial e a distância. O IFPR oferece quarenta e três cursos técnicos presenciais, onze cursos técnicos na modalidade a distância, vinte cursos superiores presenciais, três cursos de especialização na modalidade presencial e um curso de especialização na modalidade a distância.

Figura 02 – Organograma Geral do IFPR



Fonte: Portaria GR nº 258/2020.

A Figura 02 indica a organização institucional da autarquia a ser estudada. Devido ao seu grande desdobramento hierárquico, a pesquisa é limitada, apenas, aos

níveis maiores de gestão, conforme detalhado a seguir, embasando esta definição no Manual de Competências do Órgão.

O Manual de Competências do Instituto Federal do Paraná – IFPR, disponibilizado no portal da instituição³ – é o produto dos trabalhos realizados por colaboradores de diversas unidades, coordenados por duas comissões nomeadas pelas Portarias nº 562, de 26 de novembro de 2012, e nº 974, de 16 de junho de 2014.

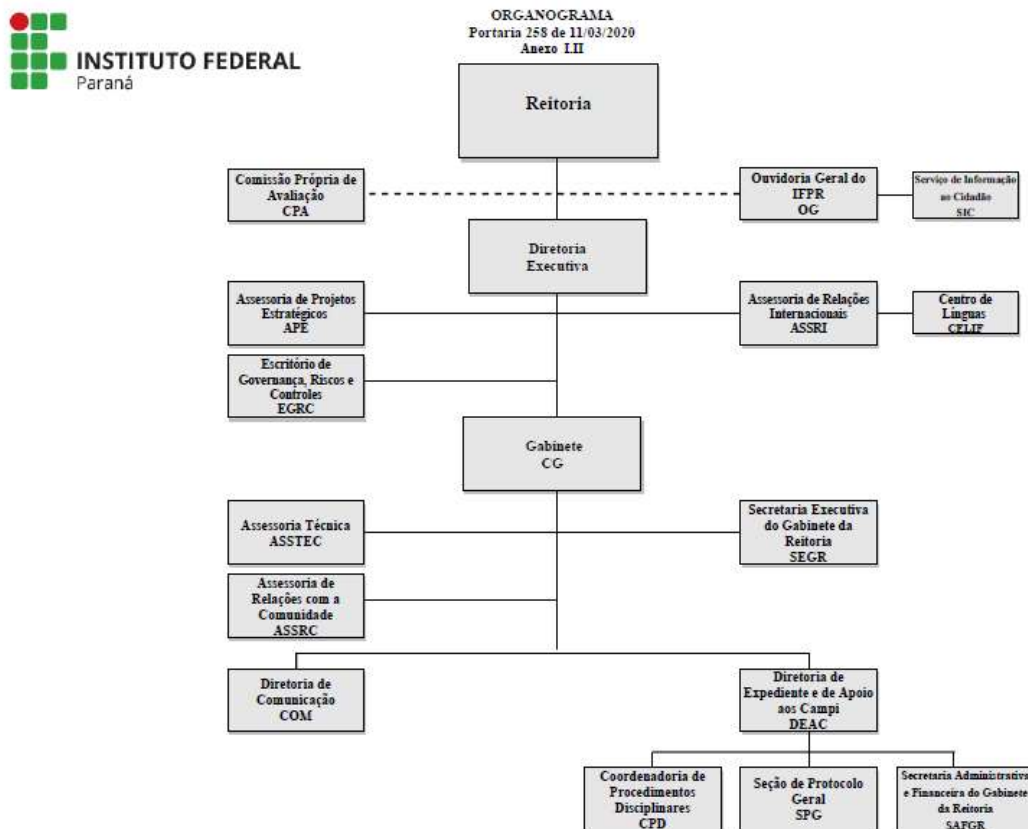
A elaboração teve como regra as normativas estatutárias e respectivas resoluções. O IFPR, como instituição pública da Rede Federal de ensino, tem o compromisso legal de informar à comunidade interna e externa sua estrutura orgânica e as premissas que orientam e regulam o funcionamento de todas as suas unidades.

A descrição das funções, conforme apresentadas a seguir, está estruturada a partir do organograma geral vigente, que compreende a Reitoria, Pró-Reitorias, Diretorias Sistêmicas, Diretorias-Gerais de Campus e Diretoria de Campus Avançado.

O manual descreve as atribuições das unidades que compõem a estrutura do IFPR. Para cada unidade é apresentado um conjunto de informações contendo: denominação, unidade de subordinação, responsável pela unidade, caracterização da unidade, fundamentação legal e, por fim, a descrição das atribuições inerentes à atividade funcional, acrescidas de quaisquer outras, não previstas neste manual, mas de interesse da Administração (IFPR, 2020).

³ Manual de Competência do IFPR: <http://info.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/728-MC-2.1.pdf>

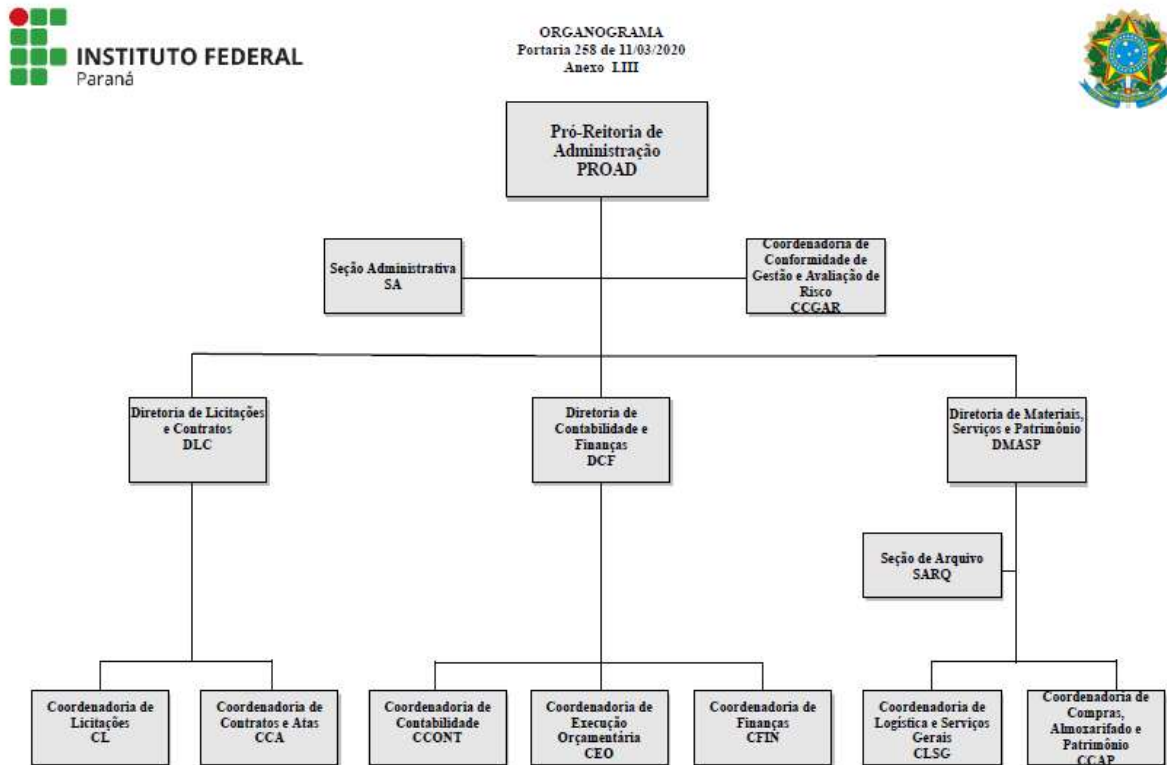
Figura 03 – Organograma da Reitoria do IFPR



Fonte: Portaria GR nº 258/2020.

- **Reitoria:** A reitoria é o órgão executivo do Instituto Federal, cabendo-lhe a administração, coordenação e supervisão de todas as atividades da Autarquia, sendo dirigida pelo reitor.

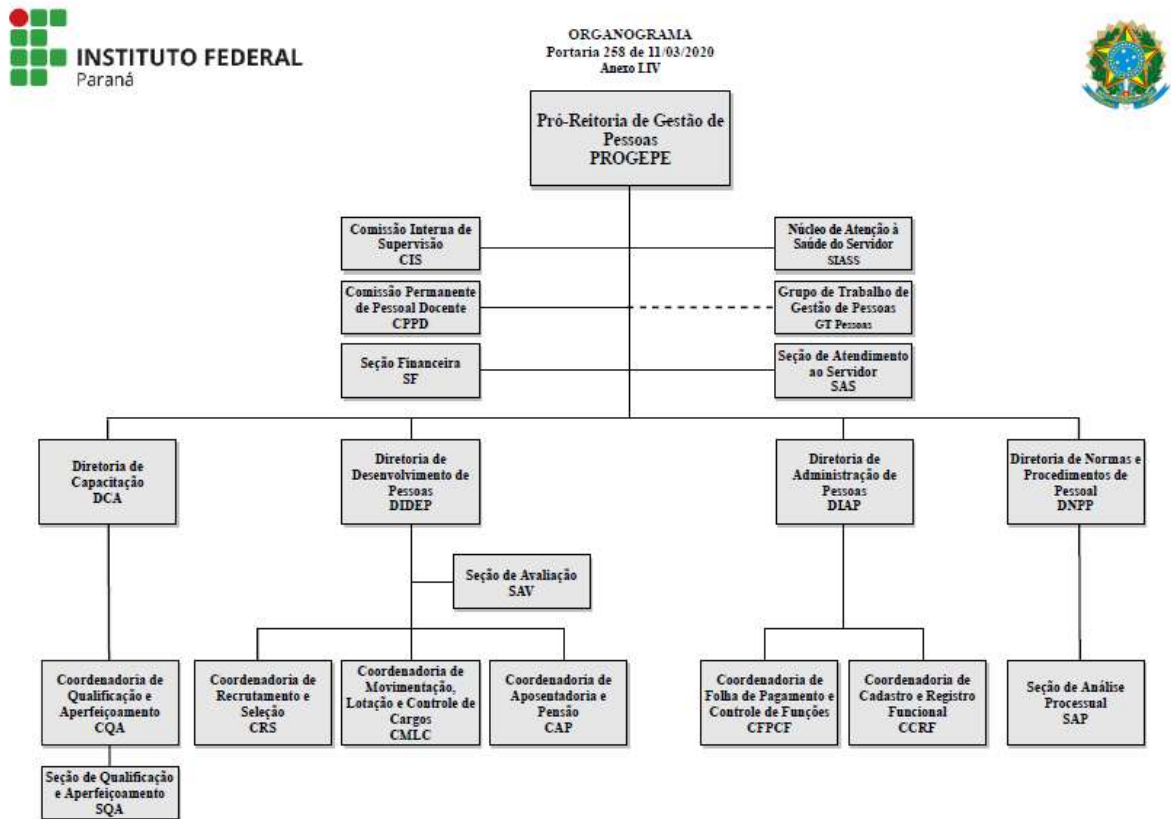
Figura 04 – Organograma da Pró-Reitoria de Administração (Proad)



Fonte: Portaria GR nº 258/2020.

- **Pró-Reitoria de Administração – Proad:** Cabe a esta superintender, coordenar, fomentar as políticas e acompanhar a execução das atividades relativas à contabilidade, orçamento e finanças, infraestrutura física, abastecimento de materiais, equipamentos e serviços necessários ao pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e ao funcionamento dos *Campi* no âmbito do IFPR.

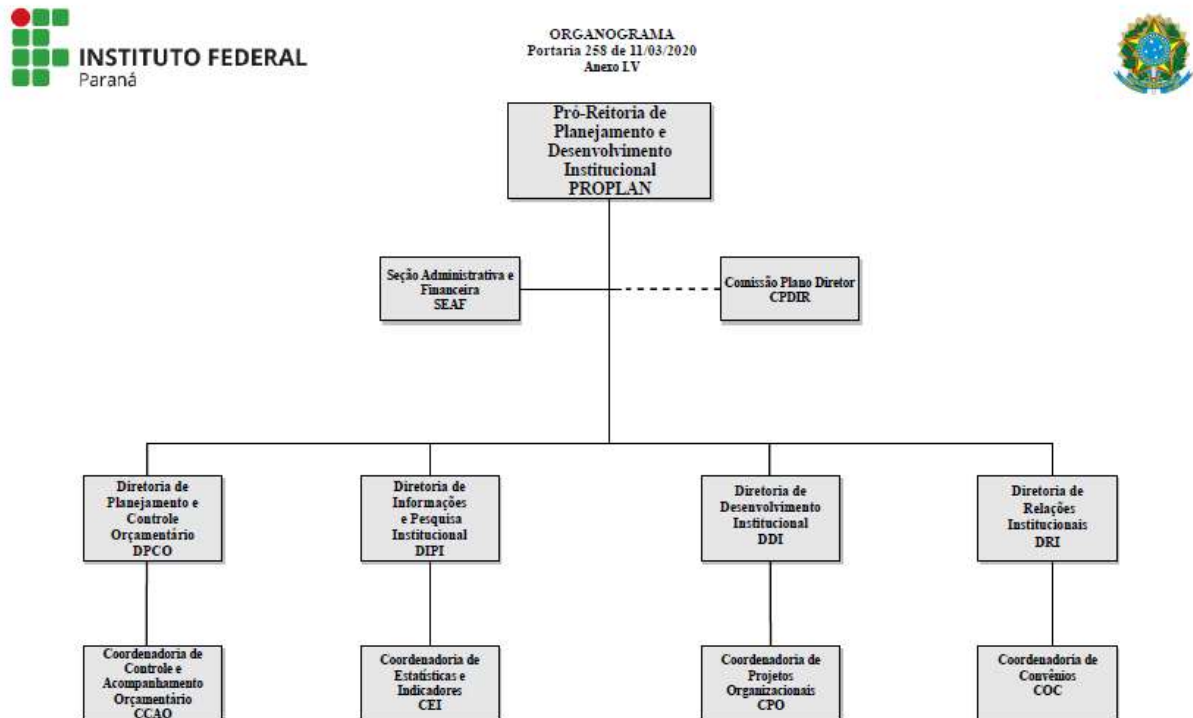
Figura 05 – Organograma da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progepe)



Fonte: Portaria GR nº 258/2020.

• **Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas – Progepe:** À Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas compete planejar, superintender, coordenar, fomentar as políticas de gestão de pessoas visando o alcance das metas e ao cumprimento da missão institucional, por meio de servidores capacitados e motivados, bem como normatizar e organizar processos de administração de pessoas, visando à valorização e ao aumento da competência de seus servidores, necessários ao pleno desenvolvimento das atividades acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão.

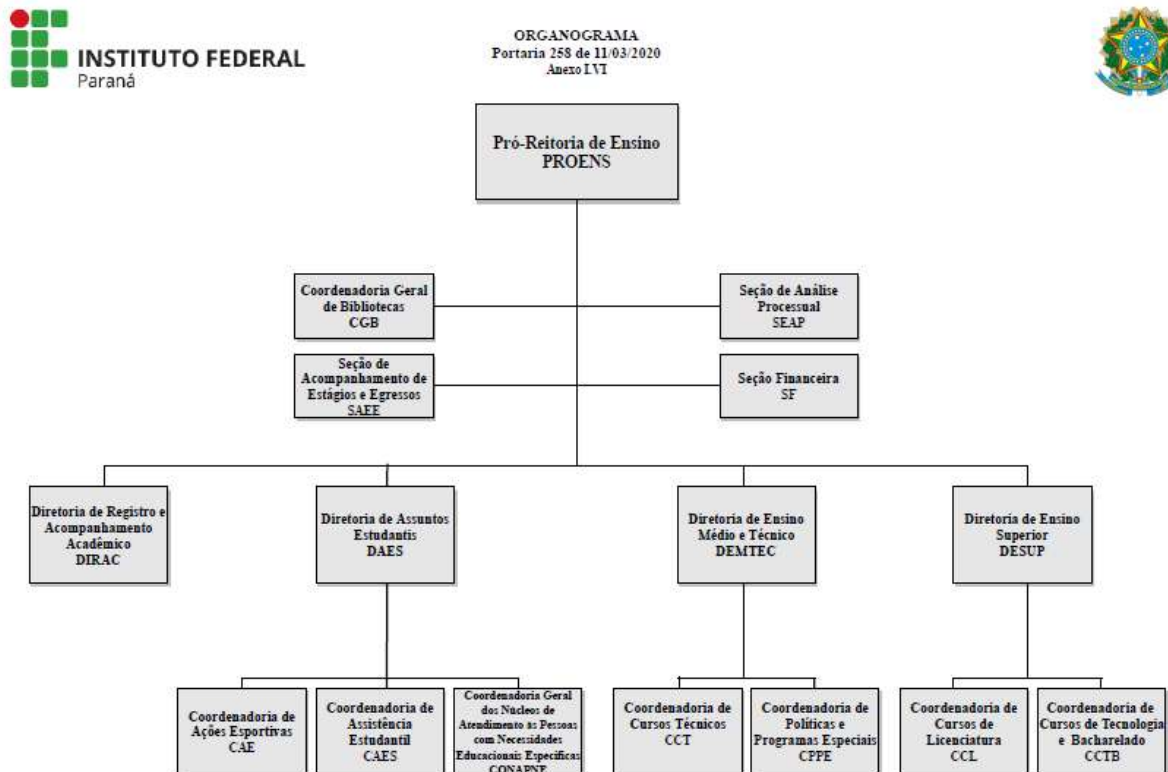
Figura 06 – Organograma da Pró-Reitoria de Gestão de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (Proplan)



Fonte: Portaria GR nº 258/2020.

• **Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional – Proplan:** Abrange promover, acompanhar, consolidar e supervisionar as políticas de planejamento estratégico, tático e operacional da instituição, visando ao desenvolvimento institucional, além de elaborar a proposta orçamentária anual do IFPR e propor mecanismos organizacionais de gestão orçamentária e financeira, fomentando o desenvolvimento das atividades administrativas, acadêmicas, de ensino, pesquisa e extensão, bem como consolidar as informações gerenciais e estatísticas, elaborando anualmente o relatório de gestão e a prestação de contas institucional.

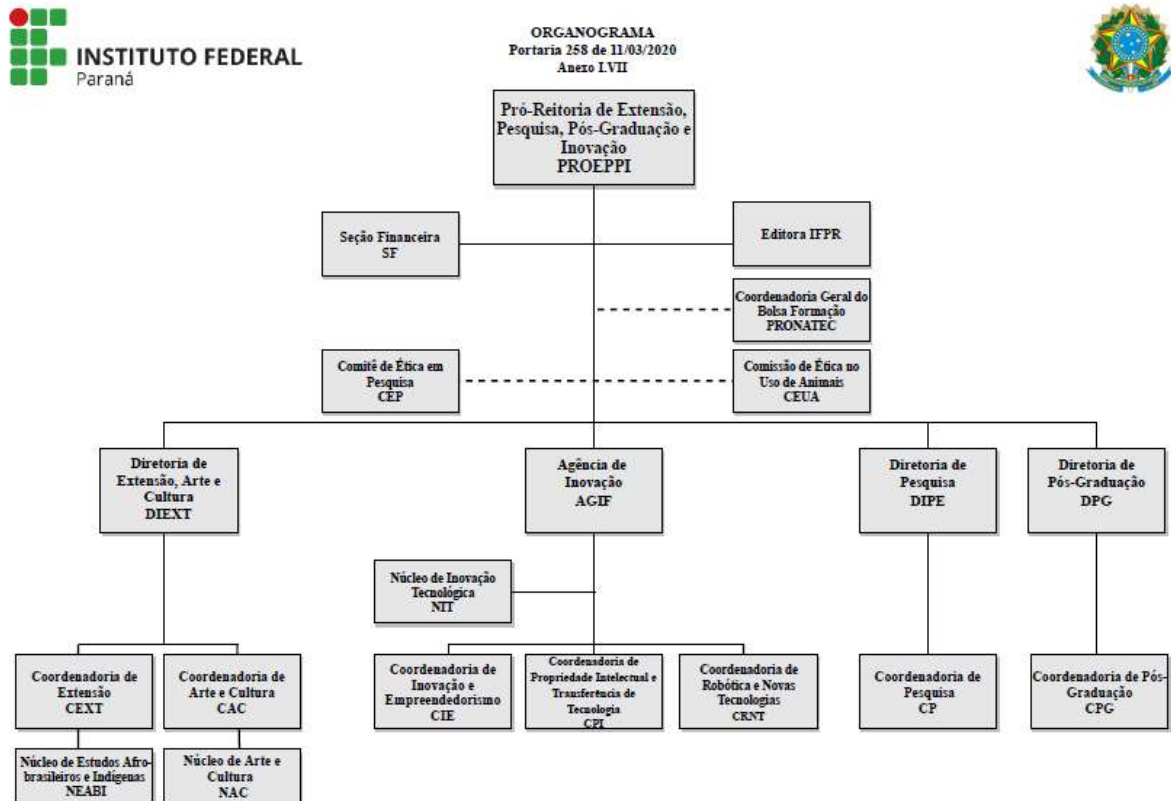
Figura 07 – Organograma da Pró-Reitoria de Ensino (Proens)



Fonte: Portaria GR nº 258/2020.

- **Pró-Reitoria de Ensino – Proens:** À Pró-Reitoria de Ensino compete planejar, superintender, coordenar, fomentar as políticas e acompanhar a execução das atividades de ensino, na área da educação profissional e tecnológica, do Ensino Médio da Graduação e Pós-Graduação, articuladas com a extensão, a pesquisa, o empreendedorismo e a inovação tecnológica no âmbito do IFPR. E, por fim, propor políticas voltadas para a assistência estudantil, tendo em vista a permanência e êxito dos estudantes.

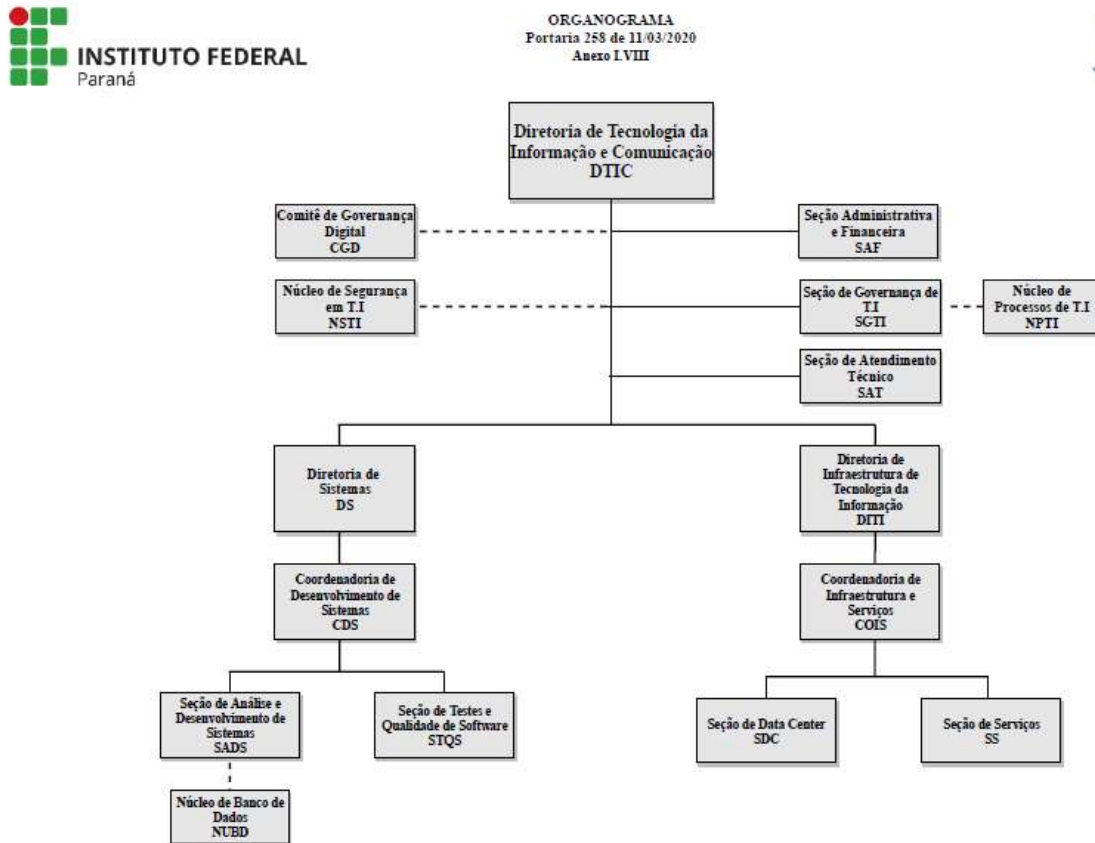
Figura 08 – Organograma da Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação (Proeppi)



Fonte: Portaria GR nº 258/2020.

• **Pró-Reitoria de Extensão, Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação – Proeppi:** É responsável por planejar, superintender, coordenar e fomentar as políticas e atividades relativas à extensão, pesquisa e inovação, articuladas ao ensino em estreita relação com os diversos segmentos e realidades da sociedade, bem como acompanhar a execução dessas políticas.

Figura 09 – Organograma Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Dtic)



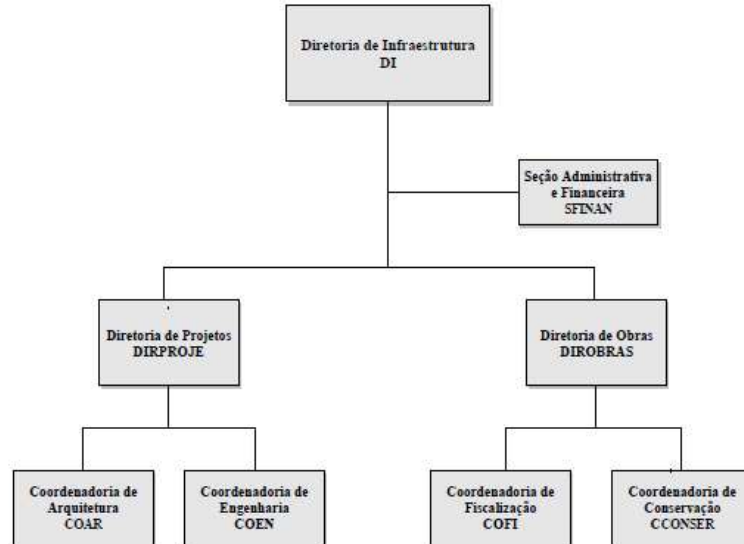
Fonte: Portaria GR nº 258/2020.

- **Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC:** Compete viabilizar soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC que contribuam para o desenvolvimento institucional, visando à promoção da educação profissional e da TIC de excelência, comprometida com a justiça social.

Figura 10 – Organograma da Diretoria de Infraestrutura (DI)



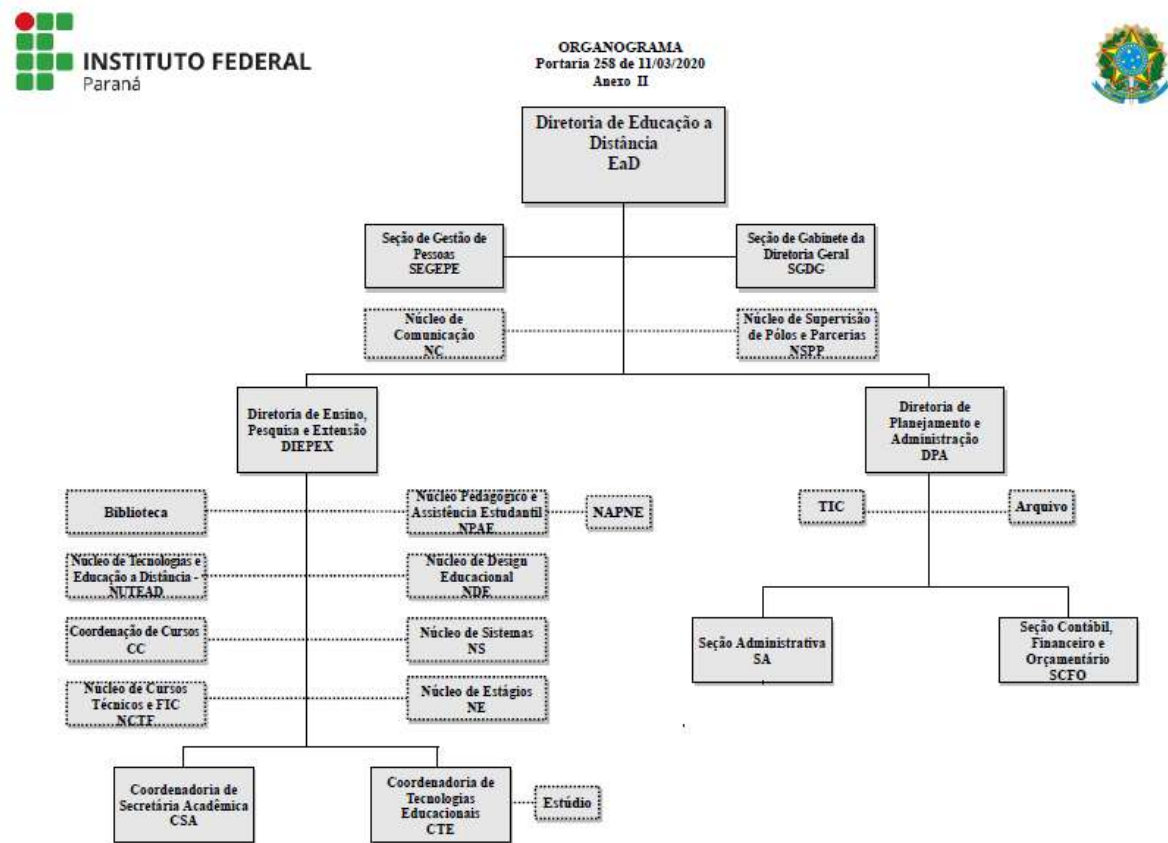
ORGANOGRAMA
Portaria 258 de 11/03/2020
Anexo LIX



Fonte: Portaria GR nº 258/2020.

- **Diretoria de Infraestrutura – DI:** É responsável pela supervisão e elaboração de projetos, orçamento, fiscalização de obras, planejamento operacional, orientação sobre edificações e infraestrutura física do IFPR, bem como pela coordenação e controle das atividades de manutenção dos imóveis do IFPR.

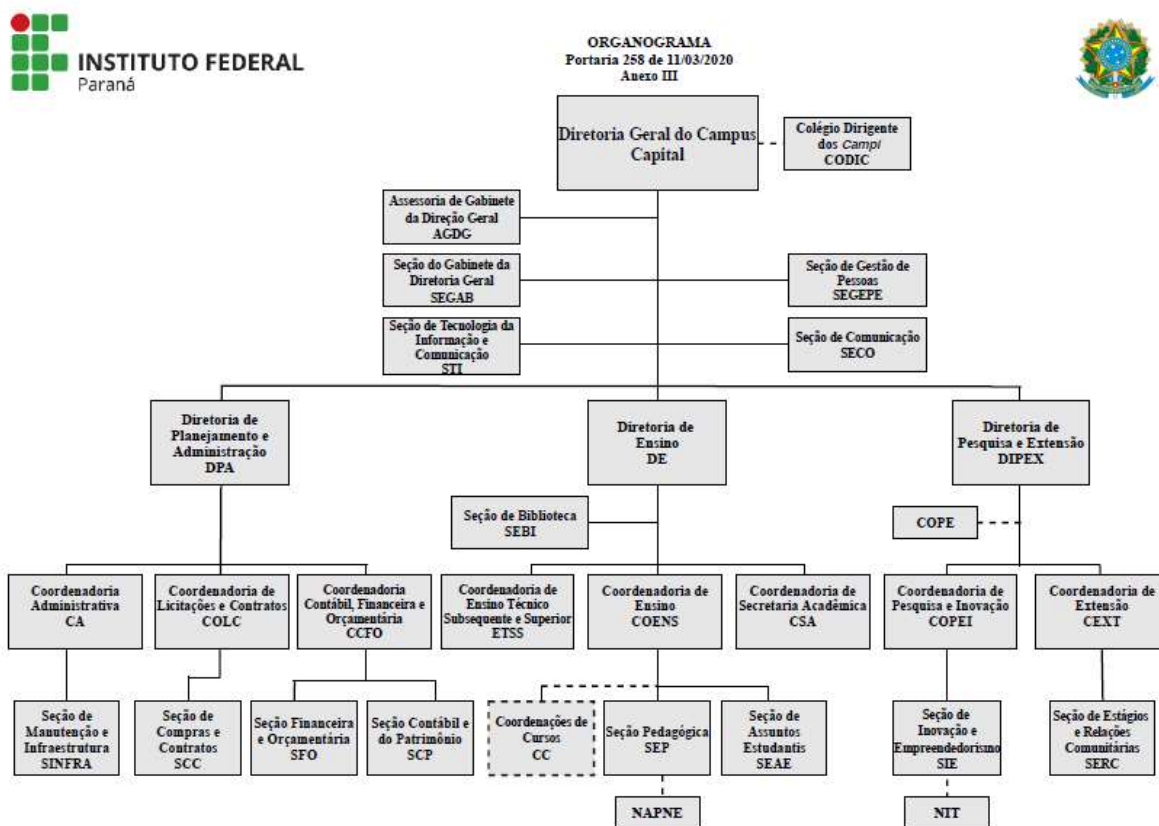
Figura 11 – Organograma da Diretoria de Educação a Distância (Dead)



Fonte: Portaria GR nº 258/2020.

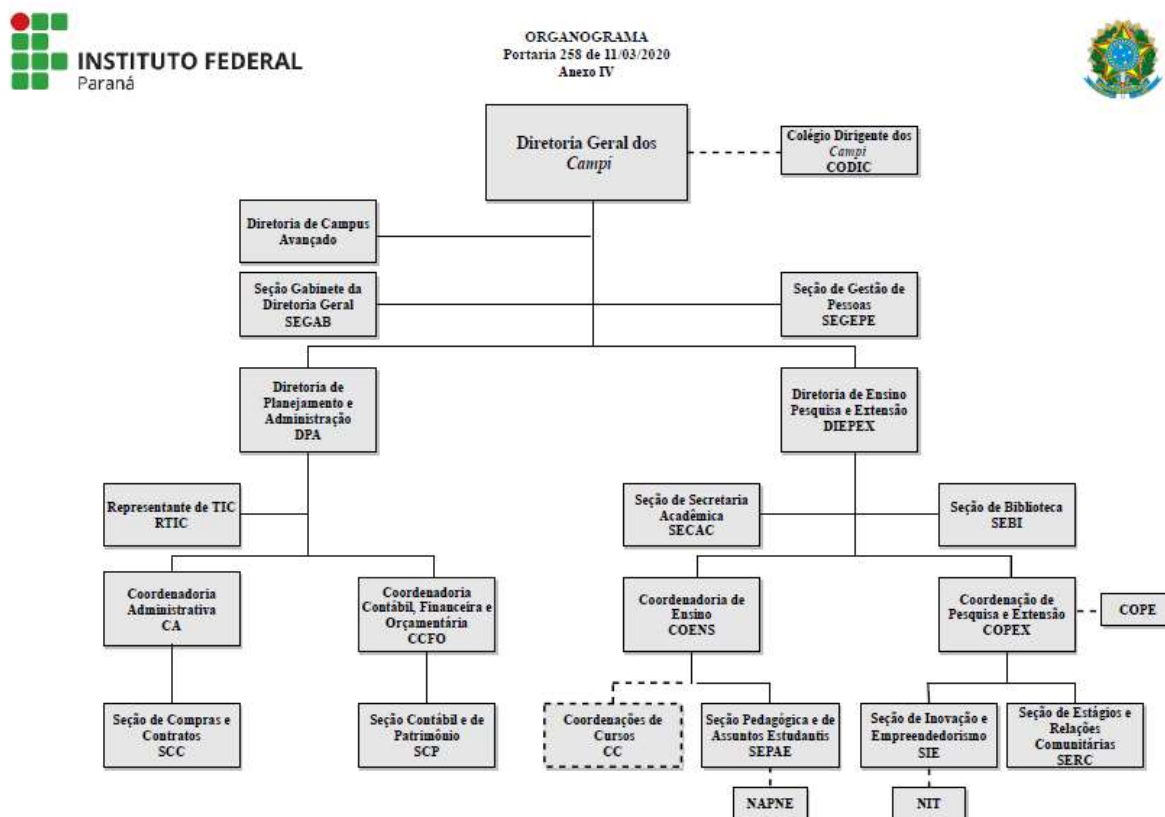
Diretoria de Educação a Distância – Dead: Responsável por regular, supervisionar e avaliar as políticas institucionais referentes à Educação a Distância no âmbito do IFPR, bem como a oferta de cursos nessa modalidade para atendimento de demandas específicas e estratégicas. Cabe a esta, também, apoiar as iniciativas referentes à utilização das mediações tecnológicas, com vistas à criação de objetos educacionais a serem aplicados no ensino, além de assegurar o envolvimento da comunidade acadêmica na modalidade de EaD, mediante a articulação contínua com todos os setores do IFPR

Figura 12 – Organograma da Diretoria-Geral do Campus Capital (Curitiba)



Fonte: Portaria GR nº 258/2020.

Figura 13 – Organograma da Diretoria-Geral dos *Campi*



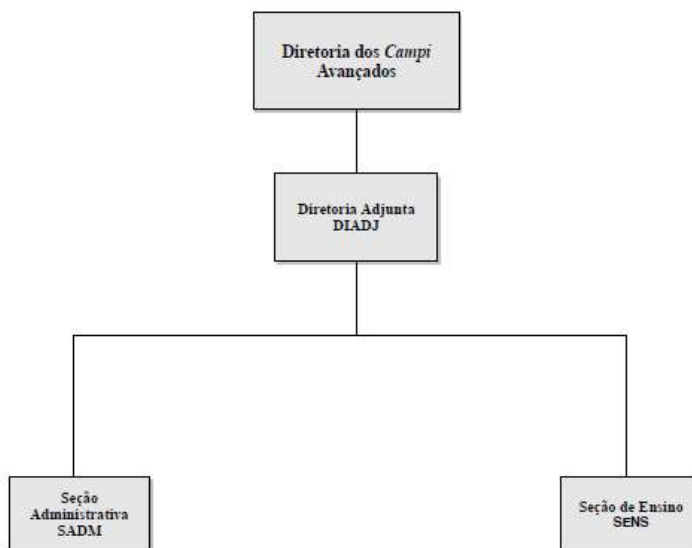
Fonte: Portaria GR nº 258/2020.

- Diretoria-Geral do Campus:** É o órgão executivo responsável pela gestão do Campus quanto aos aspectos técnico-pedagógico, administrativo, orçamentário, patrimonial, disciplinar e de gestão de pessoas, bem como de articulação com a comunidade escolar e do entorno, com as empresas e com os poderes públicos locais

Figura 14 – Organograma da Diretoria dos *Campi* Avançados



ORGANOGRAMA
Portaria 258 de 11/03/2020
Anexo V



Fonte: Portaria GR nº 258/2020.

- **Diretoria dos *Campi* Avançados:** A Direção do Campus Avançado é o órgão vinculado à administração do Campus “mãe”, responsável pela integração e articulação da estrutura organizacional em consonância com as diretrizes definidas no âmbito do Campus Avançado.

4.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Inicialmente, enviamos uma carta de apresentação da pesquisa por e-mail ao Reitor, solicitando autorização para sua implementação na Instituição. Com a autorização confirmada, foram selecionados quarenta servidores ocupantes de cargos de gestão dentro da estrutura hierárquica da instituição, seguindo seu organograma.

A ferramenta escolhida para criação dos formulários de questões foi o *Google Forms*, que consiste num serviço gratuito para criar formulários *on-line*, o que possibilita a tabulação dos dados e posterior análise.

A próxima etapa consistiu em uma pesquisa documental através do *website* do Portal da Transparência e da literatura disponível sobre o tema, no intuito de averiguar quais as informações ali disponíveis, bem como as formas de acesso à informação; o que propiciou um cruzamento de dados juntamente com o questionário e, conseqüentemente, elucidou questões relativas ao comportamento informacional dos sujeitos que utilizam o portal.

Findando esta etapa, estruturou-se o questionário com base no objetivo geral e objetivos específicos da pesquisa.

Os questionários foram, então, encaminhados aos servidores selecionados, contendo um preâmbulo informativo sobre o teor da pesquisa e uma Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice XXXX). Ressaltamos que para manter o total anonimato dos entrevistados, não foi registrado quem o respondeu. Esta opção foi colocada em prática para que obtivéssemos maior adesão nas respostas, uma vez que muitos entrevistados se sentem constrangidos com certas respostas, ainda mais tratando-se do ambiente organizacional.

O envio dos questionários foi realizado entre meados de dezembro ao final de janeiro de 2021. Dentre os quarenta participantes selecionados, trinta e dois responderam a pesquisa, o que nos proporcionou quantidade suficiente de dados para tabular e analisar. As questões detalhadas podem ser consultadas por meio do Apêndice C.

5 ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

A partir do exposto na seção anterior, no presente capítulo serão apresentados e analisados os dados obtidos por meio da aplicação do questionário.

Apresenta-se também a análise das entrevistas, a partir de um estudo categorial, na qual as questões foram divididas em três categorias: caracterização dos entrevistados; uso do Portal da Transparência; e comportamento informacional: esta, por sua vez, dividida em subcategorias, tais quais: necessidade; busca informacional; uso informacional; e barreiras informacionais.

As questões objetivas buscaram identificar o perfil dos entrevistados, já as subjetivas objetivaram responder o problema inicial deste trabalho, gerando um panorama geral através das respostas dos entrevistados. Cabe destacar que as questões subjetivas foram estruturadas conforme conteúdo disponível no APENDICÊ C, e posteriormente comparadas para que fosse possível identificar o comportamento informacional do público alvo.

5.1 CATEGORIA: CARACTERIZAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

O quadro a seguir refere-se à caracterização dos trinta e dois participantes da pesquisa, dentre o público alvo inicial de quarenta participantes. Os elementos tabulados são: faixa etária, gênero, escolaridade e tempo de servidor público na instituição pesquisada.

Quadro 13 – Categoria: Caracterização dos Entrevistados

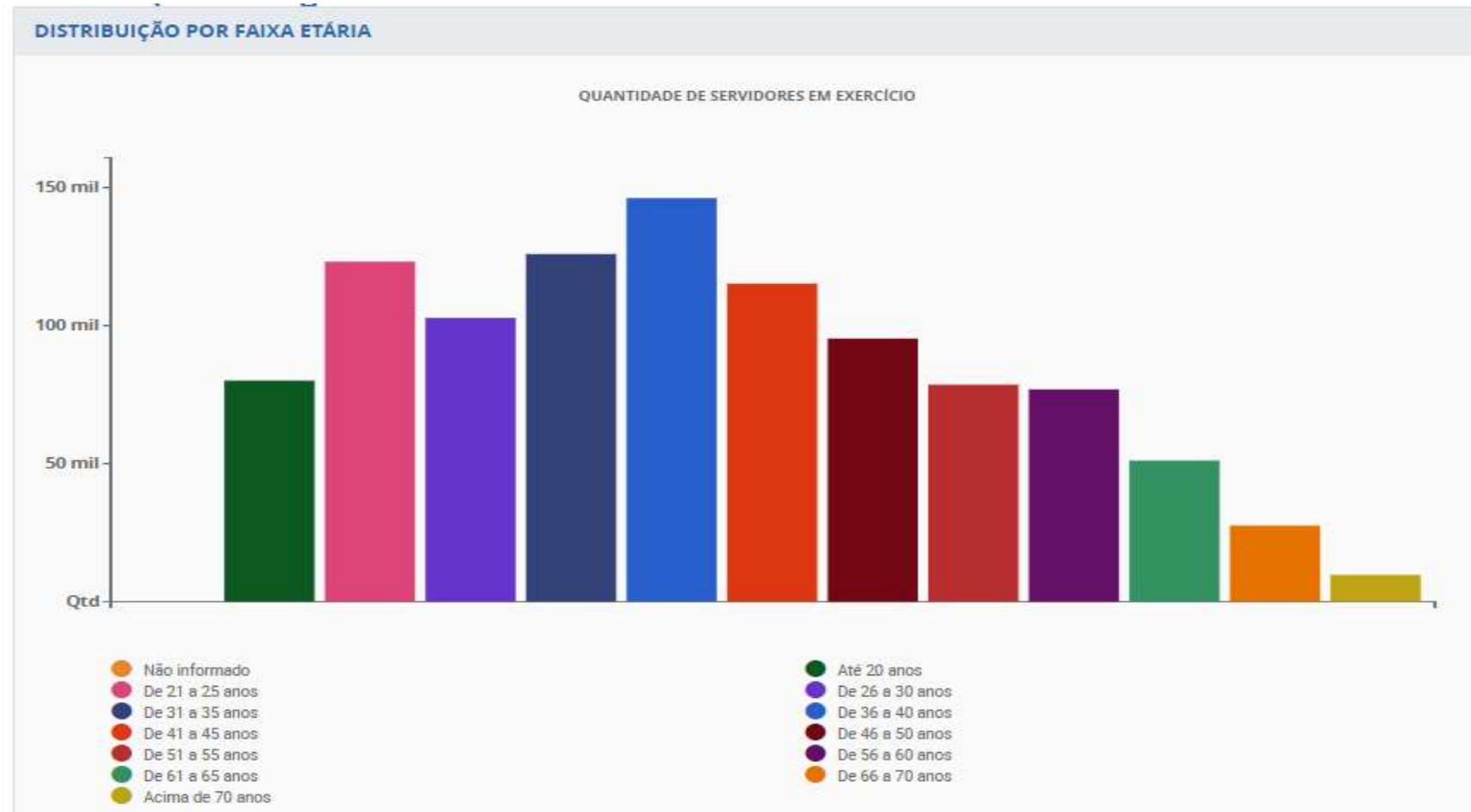
FAIXA ETÁRIA	
DE 18 À 30	9,4%
De 31 À 45	65,6%
ACIMA DE 45	25%
GÊNERO	
FEMININO	56,3%
MASCULINO	43,8%
OUTRO	0%
ESCOLARIDADE	

ENSINO MÉDIO	0%
ENSINO SUPERIOR	0%
ESPECIALIZAÇÃO	50%
MESTRADO	31,3%
DOUTORADO	12,5%
PÓS-DOUTORADO	6,2%
TEMPO DE ATUAÇÃO NA INSTITUIÇÃO	
01 A 05 ANOS	19%
06 A 10 ANOS	69%
ACIMA DE 10 ANOS	12%

Fonte: O autor.

Constatamos que a faixa etária dos participantes é de 31 a 45 anos, caracterizando uma gama de servidores dentro da média de idade dos servidores públicos federais, conforme ilustrado a seguir, no gráfico 01, obtido pelo Portal da Transparência.

Figura 15 – Média de idade dos Servidores Públicos



Fonte: Portal da Transparência (2021).

Em relação ao gênero, a maioria dos entrevistados que responderam as questões são do gênero feminino, demonstrando assim, uma possível igualitariedade na ocupação dos cargos de gestão. Já em relação à formação constatamos que a maioria dos sujeitos participantes da pesquisa possui além ensino superior alguma outra especialidade. Esta característica pode estar associada ao estímulo da Instituição na qualificação de seus profissionais, uma vez que, segundo o Plano de Carreira da Instituição⁴², quanto maior o grau de instrução, maior é a remuneração.

Sobre o tempo de atuação, consta-se que a maioria dos participantes estão na Instituição basicamente desde sua implantação em 2008, ano que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e os 38 institutos federais hoje existentes no país, criados através da Lei 11.892.

Esta informação nos traz a perspectiva que estes servidores auxiliaram na implantação e aperfeiçoamento da autarquia, o que nos remete a destacar que os mesmos possuem grande conhecimento institucional e, por esta razão, hoje ocupam cargos de gestão dentro de toda sua estrutura organizacional, conforme pode ser melhor interpretado através do que foi detalhado no subcapítulo 4.2.

5.2 CATEGORIA: USO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

Nesta categoria buscamos uma visão geral através das respostas objetivas dos entrevistados sobre o efetivo uso do Portal da Transparência. Também destacamos sua relevância para os servidores, sua rotina de acesso e uma visão geral sobre assuntos mais acessados, bem como as barreiras encontradas por eles para o bom uso da ferramenta.

⁴ Lei nº 11.091 – Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. Lei nº 12.772 – Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; sobre o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico e sobre o Plano de Carreiras de Magistério do Ensino Básico Federal, de que trata a Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; sobre a contratação de professores substitutos, visitantes e estrangeiros, de que trata a Lei nº 8.745 de 9 de dezembro de 1993; altera remuneração do Plano de Cargos Técnico-Administrativos em Educação

Quadro 14: Categoria: Uso Portal da Transparência**IMPORTÂNCIA DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

SIM	96,9%
NÃO	3,1%
FREQUÊNCIA DE ACESSO	
RARAMENTE	81,3%
UMA VEZ AO MÊS	6,3%
DE DUAS À QUATRO AO MÊS	9,4%
TODOS OS DIAS	3,1%
CAPACITAÇÃO	
SIM	6%
NÃO	94%

Fonte: O autor.

Analisando o quadro anterior, percebemos que para a maioria dos entrevistados, a ferramenta é importante, contudo, 81,3% dos pesquisados afirmaram que acessam raramente o Portal. Apesar da maioria apontar que pouco acessa as informações, dentre os assuntos disponibilizados, conseguimos mapear, conforme a escala Likert, quais assuntos possuem maior relevância para os trinta e dois entrevistados.

Cabe destacar que o objetivo deste mapeamento é apenas apontar os assuntos mais acessados, e não se aprofundar no motivo da busca e uso destas informações, que será trabalhado também na categoria seguinte (Comportamento Informacional).

Quadro 15: Assuntos mais acessados no Portal da Transparência

ASSUNTO	DIFICILMENTE	ÀS VEZES	SEMPRE
ORÇAMENTO ANUAL	16	14	02
RECEITAS PÚBLICAS	22	09	01
DESPESAS PÚBLICAS	15	11	06
RECURSOS TRANSFERIDOS	20	11	01
GASTOS POR CARTÃO DE PAGAMENTO	30	01	01

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO GOVERNO	19	11	02
PROGRAMAS E AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	17	12	03
BENEFÍCIOS AO CIDADÃO	21	08	03
PROGRAMAS E AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	21	07	04
EMENDAS PARLAMENTARES	18	12	02
ÓRGÃOS DO GOVERNO	20	09	03
SERVIDORES PÚBLICOS	12	13	07
VIAGENS A SERVIÇO	22	08	02
IMÓVEIS FUNCIONAIS	31	00	01
LICITAÇÕES	16	12	04
CONTRATAÇÕES	16	11	05
CONVÊNIOS E OUTROS ACORDOS	25	05	02
SANÇÕES	32	00	00

Fonte: O autor.

Considerando as informações apresentadas no quadro anterior, é possível identificar que dentre os assuntos disponíveis, o que mais é buscado pelos sujeitos da pesquisa é sobre servidores públicos, seguido por despesas públicas e contratações. Já o menos solicitado, é sobre sanções. No que se refere a indagação sobre a realização de alguma capacitação para a utilização do Portal, novamente a maioria afirma que não. Estas afirmativas remetem à necessidade de analisarmos de forma mais subjetiva estas respostas, pois apesar de ser importante, muitos não acessam, e mesmo sabendo da importância não se capacitam, o que nos faz indagar os motivos.

Esta análise nos faz resgatar as informações apontadas na primeira categoria analisada, uma vez que os entrevistados possuem conhecimento amplo sobre a Instituição e são extremamente capacitados academicamente. Em decorrência, uma das hipóteses para ter consciência da importância da ferramenta para o desenvolvimento de suas atividades, contudo, não utilizá-la com frequência, nos

remete a apontar que realmente a maior barreira para este comportamento informacional é a falta de capacitação.

Sabemos que não só institucionalmente, mas de uma forma geral, em consequência da LAI, há diversos cursos para melhor compreender os dados disponibilizados⁵ e conseguir utilizá-los no dia a dia, não somente para o desenvolvimento de atividades específicas, mas também para um conhecimento amplo das ações governamentais.

Assim, conseguimos interpretar esses dados como uma possível falta de interesse dos servidores em se capacitarem para utilizar a ferramenta, ou talvez, conforme a Ciência da Informação uma notável falta de competência informacional onde, segundo a American Library Association (1989), uma pessoa competente em informação é aquela capaz de reconhecer quando uma informação é necessária e deve ter a habilidade de localizar, avaliar e usar efetivamente a informação de que necessita.

Nesta perspectiva, entendemos como uma experiência subjetiva que ocorre na mente de cada indivíduo em determinada circunstância ou como condição objetiva observável quando uma informação específica contribui para atender ao motivo que a gerou. Para Souza (2020), a competência informacional no trabalho, ou seja, no desenvolvimento de suas atividades numa instituição, influencia especificamente na retenção de informação, por meio da seleção, recuperação e avaliação, de forma a potencializar e agregar valor aos profissionais e à instituição onde atuam⁶.

Por fim, essa característica, justamente ao uso do Portal é observada, e pode ser melhor compreendida através do mapeamento do comportamento informacional dos entrevistados apresentado na próxima categoria.

5.3 CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL

O conceito de comportamento informacional apontado por Cavalcante et al (2017) é caracterizado como a solução diante do grande volume de dados gerados emerge o desafio de buscar, selecionar, analisar e entender o conjunto de

⁵ <https://reitoria.ifpr.edu.br/institucional/pro-reitorias/progepe/capitacao-de-servidores/>

⁶ Cabe ressaltar que não é o foco desta pesquisa o estudo da Competência Informacional dos servidores pesquisados.

informações dispersas transformando-as em conhecimentos e decisões assertivas. Estas atitudes constituem o comportamento informacional que envolve aspectos humanos relacionados à informação, sendo necessária a sua administração (WILSON, 2006).

Desta maneira, o comportamento informacional inclui o comportamento de um indivíduo em uma determinada situação. Esse comportamento é incentivado e motivado por necessidades voluntárias ou de construção de conhecimento (AKAICHE et al., 2013).

Nesta categoria da pesquisa, iremos analisar de maneira abrangente o comportamento dos entrevistados, de forma mais detalhada através das subcategorias a seguir.

5.3.1 Subcategoria: Necessidade Informacional

Para Carvalho e Araújo (2020), a gestão informacional abrange uma gama de processos fundamentais para coordenar o fluxo informacional em uma instituição. Para os autores, a primeira etapa deste processo é a identificação da necessidade informacional, processo essencial para reconhecer as demandas informacionais e, de certa forma, o comportamento informacional dos envolvidos no fluxo informacional.

As necessidades informacionais podem ser de diversos tipos. Weights *et al.* (1993) cita, por exemplo: (a) necessidade de informação nova; (b) necessidade de elucidar informações já possuídas; (c) necessidade de confirmar uma informação que já se possui. Levando em conta o componente cognitivo das necessidades informacionais e a importância dada às convicções e aos valores, Wilson acrescenta: (a) necessidade de elucidar convicções e valores; e (b) necessidade de confirmar convicções e valores (WILSON, 2006).

Diante do exposto, compreendemos que os motivos que levam os entrevistados a buscarem informações são tanto para adquirir novos dados quanto para esclarecer ou confirmar os dados que já possuem, conforme é possível verificar nas respostas obtidas:

- Esclarecimentos em geral;
- Delimitação de informações futuras pessoais e políticas;

- Confirmação de informações pré-existentes;
- Projeção de informações futuras;
- Compreensão de problemas existentes;
- Motivação para aprendizado;
- Aquisição de instruções.

Nesse sentido, a pesquisa analisou os servidores que atuam em nível de gestão na Instituição, ou seja, nível estratégico, tático e operacional. No nível estratégico, as ações são normalmente voltadas ao planejamento estratégico da organização. As informações servem para manter o gestor em condições de tomar decisões de natureza estratégica.

No nível tático, as ações estão voltadas a execução e supervisão dos planos, normas e procedimentos estabelecidos pelo nível estratégico. São também de responsabilidade do nível tático estabelecer planos gerais de gestão da segurança da informação organizacional, incluindo a gestão de riscos, a gestão de crises e a gestão da continuidade dos negócios. Já no nível operacional, as situações incluem situações-problema nas quais as necessidades informacionais estão voltadas para a solução de problemas que ocorrem no dia a dia da organização.

Assim, segundo Ohoshi (2013), o sujeito se depara com o problema, faz uma avaliação de sua situação cognitiva e ao perceber que existe uma lacuna entre seu conhecimento atual e o conhecimento necessário para solucionar o problema, ele inicia a busca por informação para alterar seu nível de conhecimento e finalizar a tarefa.

Neste sentido, constatamos que as necessidades informacionais dos entrevistados surgem a partir das tarefas realizadas no exercício diário de suas funções e são influenciadas por diversos fatores, entre os quais o papel que ele exerce, o ambiente em que ele atua e o tipo de trabalho que ele executa.

Por fim, Souza (2020), nos conceitua que a competência deve ser associada a processos gerenciais e técnicos de uma instituição, para a tomada de decisão relevante e efetiva, posto que “nem toda necessidade de informação se transforma em uma atividade de busca de informação, devendo haver mecanismos de ativação para que ele se efetive”.

Diante disso, pelos dos dados analisados e pelo fato dos entrevistados ocuparem cargos de liderança e de tomada de decisão dentro da instituição – cargos que exigem relações mais profundas com a informação, é possível inferir que, mesmo diante da relevância da função e do alto nível de escolaridade, os dados indicam falta competência informacional no ambiente de trabalho, o que reflete no comportamento informacional.

5.3.2 Subcategoria: Busca Informacional

Com relação à subcategoria busca informacional, foi constatado que os servidores entrevistados nesta pesquisa buscam informações sobre assuntos relacionados e associados às situações que surgem no dia a dia para desenvolvimento de suas atividades.

Para Cavalcante (2014), o comportamento de busca da informação está atrelado à maneira e aos mecanismos pelos quais os sujeitos visam modificar o seu estado inicial de conhecimento. Nesse sentido, em todas essas situações do dia a dia, ou seja, lacunas informacionais que surgem no desenvolvimento de trabalhos específicos, ou tomadas de decisões, por exemplo, há um conjunto de termos, expressões ou palavras-chave relacionadas com os problemas enfrentados que podem utilizadas pelos servidores e apresentadas dentro do Portal da Transparência durante a busca de informação, facilitando, assim, o retorno da informação buscada.

Constatamos, então, que os entrevistados apontam não estarem satisfeitos e terem dificuldade com o portal, necessitando ajuda para conseguir navegar e obter as informações que precisam através de outros canais.

Cabe destacar, a partir da perspectiva de Choo (2006), que no processo de busca da informação, a probabilidade de uma fonte ser selecionada está diretamente associada à acessibilidade, assim como da qualidade da informação que ela vai fornecer. A acessibilidade, que implica a quantidade de esforço e de tempo necessário para encontrar e usar uma informação, é um forte indicador de que uma informação pode ser utilizada por muitos grupos de usuários.

5.3.3 Subcategoria: Uso Informacional

Levando em consideração o fato que o público estudado faz parte de uma equipe gerencial de uma instituição pública, e que suas decisões estão diretamente ligadas ao conhecimento informacional, uso informacional é um fato que conduz para a eficiência das decisões e a definição do comportamento informacional dos entrevistados.

Mendonça e Varvakis (2017) definem que tomada de decisão é um trabalho diário nas organizações e que demanda de uma massa intensiva de informação.

Para orientar a equipe de trabalho, os gestores muitas vezes precisam tomar decisões, e o maior desafio é fornecer informações precisas e de alta qualidade para o processo de tomada de decisão, e também saber como utilizá-las para desenvolver boas práticas de gestão.

Para Lira et al. (2007), os tomadores de decisão geralmente usam muitos dados brutos, uma pequena quantidade de informações de valor agregado e pouco conhecimento de tomada de decisão. Nesse sentido, estudar os fluxos informacionais, com enfoque no uso da informação para tomada de decisão, contribui para entender como, onde e para qual finalidade a informação é utilizada nas organizações.

Os indivíduos a utilizam a informação para responder a uma questão, solucionar um problema, tomar uma decisão, negociar uma posição ou dar sentido a uma situação; o uso da informação acarreta a mudança do estágio cognitivo e capacidade de agir das pessoas (CHOO, 2006).

Por isso, é relevante compreender como o fluxo informacional ocorre entre os servidores pesquisados, diante da imensa gama de informações disponibilizadas pelo Governo Federal, e muitas delas embasam a então tomada de decisão por estes gestores.

Acerca da utilização das informações no Portal da Transparência e da maneira como utilizam os dados adquiridos, muitos entrevistados não responderam de forma completa, apenas contribuíram com “sim” (seis entrevistados), “não” (dois entrevistados) ou “às vezes” (quatro entrevistados).

Diante das respostas positivas, destacamos o uso da informação ser feito para:

- Planejamento orçamentário;
- Checagem de dados para corresponder às atribuições;
- Pagamentos em geral;
- Pesquisas acadêmicas;
- Complemento de sistemas e bancos de dados;
- Acesso às informações pessoais.

Perante as respostas negativas, salientamos a falta de conhecimento do que a plataforma oferece, ponto interessante, já que os cargos ocupados pelos entrevistados são, majoritariamente, de gestão, e a indicação de que há falta de conhecimento do que há na plataforma contradiz com o conhecimento que se espera de um gestor federal. Alguns entrevistados sinalizaram a não utilização do portal, e outros não registram comentários.

5.3.4 Subcategoria: Barreiras Informacionais

O próximo critério a ser analisado são as barreiras informacionais. Muitas vezes, há inibidores do acesso à informação e, no caso do Portal da Transparência, a maioria dos entrevistados aponta não ser uma ferramenta intuitiva e transparente, o que dificulta a busca.

A expressão “transparência” remete a algo límpido, visível, algo sobre o qual não pairam dúvidas. A transparência, quando aplicada à gestão pública, é entendida como uma regra de conduta a ser seguida pelos agentes públicos, de forma que suas ações sejam abertas à sociedade e possibilitem maior atuação dos cidadãos (FOX, 2007). É uma ferramenta de transformação do Governo, uma espécie de remédio para certos males da esfera pública, como a corrupção, a baixa confiança dos cidadãos, o mau desempenho, a baixa prestação de contas e o abuso de poder por agentes públicos (FILGUEIRAS, 2011)

Nesse sentido, Jardim (1999) aborda a transparência informacional como um território, um campo para o qual confluem práticas informacionais da sociedade civil e do Estado, ampliando-se, por meio dessa relação, as possibilidades de controle democrático da sociedade política pela sociedade civil.

A visibilidade é um processo composto por dimensões políticas, técnicas, tecnológicas e culturais, sendo considerada balizadora do grau de democratização do Estado: maior o acesso à informação governamental, mais democráticas as relações entre o Estado e sociedade civil. A opacidade informacional do Estado, por outro lado, significa ausência (total ou quase total) de interação com a sociedade, na qual a massa de excluídos supera a de cidadãos-incluídos.

As necessidades informacionais e a motivação são os pontos acionadores do fluxo informacional (Choo,2006), nessa perspectiva entende-se como aspecto inicial que influencia o fluxo informacional. No entanto, outros aspectos são considerados influentes, tais como as barreiras na comunicação da informação (Durugbo; Tiwari; Alcock, 2013), as quais estão relacionadas à busca e acesso informacional, assim como os determinantes na escolha dos elementos que compõem o fluxo, especificamente os canais e fontes de informação (Curty, 2005).

É no decorrer deste processo de comunicação da informação, especificamente na utilização do Portal da Transparência, que se formam barreiras ou ruídos que se alocam entre emissores (Portal) e receptores (servidores) em forma de problemas para o uso eficiente das informações disponíveis para o uso. Neste sentido, barreiras informacionais podem ser classificadas como uma série de obstáculos, algo que causa distanciamento, conflito ou bloqueio pelo usuário na obtenção da informação.

A proposta da pesquisa, além de conhecer as necessidades e uso da informação, e também entender as barreiras existentes nesse processo, considera relevante a opinião do servidor no que diz respeito às ideias para transpor essas barreiras, pois como usuário ativo, seu ponto de vista nos esclarece aspectos a serem melhorados para que o acesso seja claro e eficiente, possibilitando a sugestão de alternativas para este fim. Em relação às estratégias utilizadas para dirimir as barreiras, ressaltamos:

- Utilização do “google” como ferramenta de consultas gerais ou visualização de tutoriais para manuseio do Portal;
- Consulta com colegas de trabalho que já conheçam o Portal;
- Sugestão de inserção de filtros para buscas específicas;
- Apontamento de melhorias efetivas e gerais na plataforma.

Alguns entrevistados não indicaram dificuldades, outros não recomendaram sugestões. Um entrevistado afirmou não utilizar o portal e um entrevistado aconselhou que as informações do Portal sejam lidas com maior cautela, o que pode possibilitar a compreensão.

Diante da grande quantidade de servidores públicos e da importância desses cargos para o gerenciamento das instituições federais, é desfavorável a necessidade de busca de informação por meio de plataformas gerais de pesquisa, ou até mesmo por meio de tutoriais, pois, muitas vezes, o usuário necessita de informações urgentes e a demanda de tempo para consultas extras comprometerá o tempo destinado à busca e o resultado do trabalho.

Considerando os dados obtidos pelas respostas dos entrevistados, podemos considerar que estes fatos vão de encontro com a literatura trabalhada no capítulo de barreiras informacionais, quando Starec (2003) aponta que esse ponto relacionado à cultura organizacional parece básico, mas é um dos que apresenta maiores complicações. Se a cultura da organização não respaldar o fluxo informacional proposto, isto é, se não houver acesso e não se estimular à comunicação, o fluxo da informação irá parar nesta barreira organizacional.

Sobre a barreira de competência informacional, em estudo de Junior (2018), o autor traz o conceito de competência informacional em TI, em que o conceito de competência baseado no uso de ferramentas digitais é aplicável para qualquer tipo de tecnologia. O sujeito competente em TIC demonstra possuir conhecimento e habilidade para resolver problemas informacionais utilizando qualquer tecnologia de informação e comunicação.

Estas referências sintetizam as barreiras encontradas pelo público pesquisado, em que demonstram sua interligação entre capacitação, não saber utilizar a ferramenta e a ausência da cultura dentro da organização no estímulo para a utilização das informações do Portal da Transparência.

Por fim, após o exposto das subcategorias, podemos apontar Choo (2006), que faz algumas observações de caráter geral sobre o comportamento informacional. Para este autor, as necessidades e os usos da informação devem ser examinados dentro do contexto profissional, organizacional e social dos usuários.

As necessidades de informação variam de acordo com a profissão ou grupo

social do usuário, suas origens demográficas e os requisitos específicos da tarefa que ele está realizando, o que foi percebido nesta pesquisa. Observamos que cada entrevistado nesta pesquisa comporta-se de forma diferente um do outro, dependendo do desenvolvimento de suas atividades.

Segundo Choo (2006), os usuários obtêm informações de muitas e diferentes fontes, formais e informais. As fontes informais, inclusive colegas e contatos pessoais, são quase sempre tão importantes que as fontes formais. Todos os entrevistados e praticamente todos os respondentes dos questionários relataram o uso de diversas fontes, formais e informais e destacaram a importância dos colegas.

Alguns dos comportamentos observados na pesquisa podem ser generalizados para situações semelhantes. Um exemplo é o comportamento observado pelos servidores que atuam com assuntos financeiros, predominantemente lotados na Pró-Reitoria de Administração. Esses servidores, por desempenharem atividades correlacionadas, utilizam informações disponibilizadas no Portal estritamente relativas a execução do seu trabalho, como licitações, contratos e orçamento.

Conforme os depoimentos dos entrevistados, quando precisam de informações para suas atividades cotidianas, o processo ocorre com maior intensidade, ou seja, aumentando a necessidade informacional, a busca é intensificada para a obtenção da informação almejada.

Apesar da pesquisa ter sido feita com um grupo relativamente pequeno, tudo indica que esse comportamento pode ser generalizado à outras situações semelhantes, ou seja, esse comportamento está associado ao fato de se tratar de suas funções. Se o comportamento ocorre a partir de servidores com cargo de liderança (pró-reitorias), acreditamos não ser diferente o comportamento dos servidores que atuam em seções locais derivadas dessas pró-reitorias e, também, o comportamento dos servidores em geral, o que torna relevante a proposta de capacitação para o acesso e gerenciamento das informações públicas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseando-se na afirmação de que a informação e o conhecimento são os insumos do desenvolvimento organizacional, acredita-se que para que funcionem melhor neste contexto, eles devem compreender o comportamento informacional das pessoas que trabalham em uma determinada instituição e os mecanismos que podem influenciar a forma como os indivíduos concebem a informação no ambiente institucional e no uso das ferramentas disponíveis.

O objetivo geral da pesquisa foi analisar o comportamento informacional dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná. Para atingir esse objetivo, um grupo de servidores ocupantes de cargos de gestão foi selecionado como o público alvo.

Inicialmente, identificou-se o perfil desses servidores a partir do levantamento de dados pessoais. As necessidades informacionais foram detectadas a partir das atividades realizadas no exercício de seu trabalho diário. Em seguida, avaliou-se o comportamento de busca informacional utilizando como ferramenta o Portal da Transparência do Governo Federal.

Para finalizar, o uso informacional foi identificado por meio da análise do modo como os profissionais utilizam a informação selecionada.

A literatura analisada nos trouxe um melhor entendimento do que é o comportamento informacional, necessidade, busca, uso e barreiras informacionais, como ferramentas imprescindíveis para o desenvolvimento de processos e atividades dentro de uma instituição, sendo, portanto, também fundamental para a construção da proposta teórica, a qual baseou-se nas informações disponíveis no Portal da Transparência do Governo Federal.

Os diferentes modelos teóricos de comportamento informacional existentes na literatura aplicam-se ao comportamento de busca e uso de informação dos profissionais selecionados para este estudo.

O modelo teórico de pesquisa proposto neste trabalho mostrou-se um instrumento eficaz na consecução dos objetivos da pesquisa ao auxiliar a formulação de questões que possibilitaram a identificação dos fenômenos que envolvem o comportamento informacional dos servidores do IFPR.

Sobre a ferramenta Portal da Transparência, contatou-se através da análise da mesma e da literatura que sua função é cumprida no que refere-se a disponibilização dos dados referentes ao Governo Federal de maneira precisa. O site possui uma boa ergonomia e encontrabilidade informacional, ou seja, é possível encontrar de forma rápida e concisa as diversas informações disponíveis.

Contudo, muitos usuários não possuem o conhecimento técnico para utilizar a ferramenta, esta foi uma das principais barreiras encontradas.

Esta barreira faz com que eles utilizem outros mecanismos de busca para obter as informações que estão agrupadas no Portal.

Partindo para a análise do público alvo da pesquisa, constatou-se que são servidores que possuem grande conhecimento da Instituição, alto grau de escolaridade e comprometimento, principalmente com as atividades desenvolvidas na sua rotina de trabalho, a qual depende de informações precisas para tomada de decisão.

Em relação à categoria comportamento informacional, pôde-se verificar que há um desconhecimento sobre o que é comportamento informacional entre os sujeitos da pesquisa.

No entanto, isso não significa que não exista tal comportamento entre os participantes ou no ambiente institucional, pois os indivíduos relataram observações de necessidades de informação, buscas de informações e barreiras informacionais.

Constata-se assim, que a partir do momento em que os gestores institucionais tomam conhecimento do comportamento informacional, quais os elementos que o constituem e a importância disso para os processos, atividades, tarefas e tomada de decisão, atitudes podem ser implementadas para o desenvolvimento informacional tornar-se uma realidade.

Neste contexto, ele pode ser usado com maior segurança pelos servidores e, partir desse reconhecimento, a instituição também poderá direcionar cursos de capacitação específicos sobre comportamento informacional para melhorar a dinâmica das informações no desenvolvimento das suas atividades, esta foi outra barreira bastante citada pelos entrevistados.

Acerca da necessidade, busca e do uso informacional, constatou-se que a rotina do seu trabalho cotidiano molda todo o processo. Pelas respostas

apresentadas, muitas delas semelhantes, é evidente que a necessidade é gerada através de uma lacuna informacional referente ao trabalho, e a busca e o uso são utilizadas para sanar estas ausências de informação.

Em suma, pode-se afirmar que embora os participantes apresentem características relevantes para mapear seu comportamento informacional em seu ambiente de trabalho através das buscas de informações no Portal da Transparência. Contudo, essa prática ainda não foi institucionalizada e, portanto, depende dos interesses e do desempenho pessoal de cada um.

Nesse sentido, a partir do referencial adotado neste estudo, pode-se entender que o trabalho não esgota os temas discutidos, pelo contrário, promove novas perspectivas e pesquisas, especialmente sobre a competência informacional dos servidores do IFPR no ambiente de trabalho. Esta possibilidade garante-se nos dados apresentados neste trabalho, onde atingindo o objetivo geral e os objetivos específicos desta pesquisa, evidenciou-se uma notável ausência de competência informacional por parte dos servidores pesquisados.

Por fim, espera-se que o comportamento informacional possa ser explorado em outras vertentes dentro da Administração Pública, conduzido em discussões que possam enriquecer e fortalecer a temática.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M. R. Finanças públicas, democracia e *accountability*: debate teórico e o caso brasileiro. *In*: ARVATE, P. R.; BIDERMAN, C. **Economia do setor público no Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2004. p. 75-102.
- AGUIAR, B.; CORREIA, W.; CAMPOS, F. **Uso da Escala Likert na Análise de Jogos**. Simpósio Brasileiro de Games (SBGAMES), 10., 2011, [s.l.]. Anais... [s.l.], 2011. p. 1-5.
- AKAICHI, T.; MANABE, V. M. M.; BARTALO, L.; ARAÚJO, C. A. A. **Comportamento informacional no uso de sistemas de informação: o caso do Sicor**. *Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação*, v. 27, n. 2, p. 31-46, jul./dez. 2013.
- ALEIXO, D. V. B. S. **O estado de anomia dos dados no acesso aos dados governamentais abertos no Brasil**. 2020. 260f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) Universidade Estadual Paulista. Marília, 2020.
- ALVES, A.; BARBOSA, R. R. Influências e barreiras ao compartilhamento da informação: uma perspectiva teórica. **Ciência da Informação**, v. 39, n. 2, pp.115-128. 2010. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652010000200010>. Acesso em: 26 nov. 2020.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION - ALA. **Presidential Committee on Information Literacy**: Final Report. Washington, D.C., 1989. Disponível em: <<http://www.ala.org/ala/mgrps/divs/acrl/publications/whitepapers/presidential.cfm#importance> >. Acesso em: 25 jan. 2021.
- ANGÉLICO, F. **Lei de Acesso à Informação: reforço ao controle democrático**. São Paulo: Estúdio Editores.com, 2015. 87 p.
- APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência: filosofia e prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.
- ARAÚJO, C. A. Á. Estudos de usuários: pluralidade teórica, diversidade de objetos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., **Anais** [...], Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/1313/Estudos.pdf?sequence=1>. Acesso em: 14 set. 2019.
- ARAÚJO, T. F. Abordagem multidisciplinar para avaliação da Lei de Acesso à Informação. Tese (Doutorado em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento). Rio de Janeiro: UFRJ, 2018. Disponível em: <https://www.ie.ufrj.br/pos-graduacao-j/pos-graduacao-em-politicas-publicas/dissertacoes-e-teses.html>. Acesso em: 22 mai. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BARI, Valéria Aparecida. **Letramento e competência informacional**: código CINFO-0010: segundo período letivo de 2013: apostila disciplinar. São Cristóvão, DCI, 2013. 41 f. Material didático.

BARRETO, A. de A. A eficiência técnica e econômica e a viabilidade de produtos e serviços de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 1-18, 1996. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/640>. Acesso em: 9 fev. 2019.

BARROS, D. S. Estudo de usuários no Arquivo Público do Estado do Maranhão (APEM): analisando as estratégias meta cognitivas no processo de busca de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 4, 2011. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/954>. Acesso em: 02 mai. 2019.

BARTALO, L.; CONTANI, M. L.; DI CHIARA, I. G.; BUTARELLO, N. A. L. Comportamento e competência informacionais da comunidade discente na Universidade Estadual de Londrina. **Questão em Rede**, dez. 2013. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/2362>. Acesso em: 11 jul. 2017.

BARTALO, L.; MARCONDES, S. M. **O comportamento informacional na gestão acadêmica de uma universidade pública**. Londrina: UEL, 2009. Disponível em: http://www.uel.br/prograd/documentos/noticias/2009/artigo_sonia.pdf. Acesso em: 12 set. 2017.

BERTI, I. C. L. W. **Comportamento Informacional de pais de crianças com Síndrome de Down**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Londrina: UEL, 2014. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000195108>. Acesso em: 22 fev 2020.

BOTTREL, R. M. **Uma Análise dos Usos da Lei de Acesso à Informação no Brasil em Notícias do período de 2013 a 2015**. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: IBICT, 2016. Disponível em: https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/870/1/Dissertacao%20Mestrado_2016_Rachel%20Bottrel.pdf. Acesso em: 22 fev 2020.

BRASIL. Controladoria-Geral da União. **Acesso à Informação**. Disponível em: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br>. Acesso em: 02 abr. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002**. Regulamenta a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4073.htm. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.** Regulamenta a Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7724.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%207.724%2C%20DE%2016%20DE%20MAIO%20DE%202012&text=Regulamenta%20a%20Lei%20n%C2%BA%2012.527,216%20da%20Constitui%C3%A7%C3%A3o. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 25 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do Art. 5º, no inciso II do § 3º do Art. 37 e no § 2º do Art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 25 jul. 2016.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm/. Acesso em: 28 jul. 2019.

BRASIL. Portal da transparência do Governo Federal. Disponível em: <http://www.portaltransparencia.gov.br/>. Acesso em: 04 mar. 2020.

BROOKES, B. C. The foundation of Information Science. Par I. Philosophical aspects. **Journal of Information Science**, Cambridge, v. 2, Part. 1, p. 125-133, 1980. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/016555158000200302>. Acesso em: 17 mar. 2019.

CALVA GONZÁLES, J. J. La investigación sobre las necesidades de información en comunidades de usuarios. **Investigación Bibliotecológica**, México, v. 18, n. 37, p. 23-55, jul./dic. 2004. Disponível em: <http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/4057>. Acesso em: 11 set. 2019.

CAPURRO, R.; HJORLAND, B. **O conceito da informação.** Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007.

CARVALHO, M. M.; ARAÚJO, P. C. **Necessidade de Informação dos Gestores Da Secretaria de Estado da Educação do Estado do Paraná**, Revista Informação na Sociedade Contemporânea, Natal, RN, v. 5, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/23418/13905>. Acesso em: 11 mai. 2021.

CASADO, E. S. **Manual de Estudios de Usuarios**. Fundación Germán Sánchez Ruipérez; Madrid: Pirámide, 1994.

CAVALCANTE, L. de F. B. **Gestão do comportamento informacional apoiada na cultura organizacional e em modelos mentais** 2010. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília: Unesp, 2010. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110778>. Acesso em: 22 mai. 2020.

CAVALCANTE, L. de F. B. **Competência em informação na UFPR TV: a inter-relação entre informação, conhecimento e comunicação**. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília: Unesp, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110778>. Acesso em: 22 mai. 2020.

CAVALCANTE, Ricardo Bezerra et al. **Comportamento informacional de gestores da rede Hiperdia Minas**. Perspectivas em Ciência da Informação, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 33-55, set. 2017. ISSN 19815344. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2734/1955>. Acesso em: 22 mai 2021.

CHOO, C. W. **A organização do conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões**. São Paulo: SENAC, 2006.

CURTY, R. G. **O fluxo da Informação Tecnológica no Projeto de Produtos em Indústrias de Alimentos**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis: 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/101818>. Acesso em: 08 mai 2021.

DANTAS, G. G. C.; PAVÃO, C. M. G.; CAREGNATO, S. E. Busca e uso de informação em revista científica eletrônica: uma análise dos logs da Intexto. In: CONFERÊNCIA IBEROAMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 2, 2008, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2008. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/14866>. Acesso em: 10 set. 2019.

DERVIN, B. User as Research Inventions: How Research Categories Perpetuate Inequality. **Journal of Communications**. v. 39, n. 3, p. 216-232, 1989.

DIAS, M. M.; PIRES, D. **Usos e Usuários da Informação**. São Carlos: Edufscar, 2004.

DURUGBO, C.; TIWARI, A.; ALCOCK, J. R. (2013). Modelling information flow for organisations: a review of approaches and future challenges. **International Journal of Information Management**. 33: 3, 2013. 597-610. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/256484046> Modelling information flow for organisations A review of approaches and future challenges. Acesso em: 08 mai 2021.

FERGUSON, M. **Estratégias de governo eletrônico: o cenário internacional em desenvolvimento**. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Orgs.) Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. Disponível em: <http://professor.ufrgs.br/marcocepik/files/cepikeseisenberg-2002-internetpolitica.compressed.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2020.

FERREIRA, S. M. S. P. **Estudos de Necessidades de Informação: dos Paradigmas Tradicionais à Abordagem Sense-Making, 2002**. Disponível em: www.eca.usp.br/nucleos/sense/index.htm. Acesso em: 14 jan. 2020.

FERREIRA, E. G. A.; SANTOS, E. S.; MACHADO, M. N. Política de Informação no Brasil: a lei de acesso à informação em foco. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 2, n. 1, mar. 2012. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/86081#:~:text=1-,Pol%C3%ADtica%20de%20informa%C3%A7%C3%A3o%20no%20Brasil%3A%20a%20lei,acesso%20%C3%A0%20informa%C3%A7%C3%A3o%20em%20foco.&text=A%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20de%20uma%20pol%C3%ADtica,para%20o%20exerc%C3%ADcio%20da%20democracia>. Acesso em: 18 mar. 2020.

FIGUEIREDO, N. M. de. **Estudos de Uso e Usuários da Informação**. Brasília: IBICT, 1994. 154 p. Disponível em: <https://livroaberto.ibict.br/handle/1/452>. Acesso em: 12 jun. 2019.

FIGUEIREDO, N. M. de. **Paradigmas modernos da Ciência da Informação em usuários/coleções/referência & informação**. São Paulo: Polis: APB, 1999. Disponível em: <https://www.worldcat.org/title/paradigmas-modernos-da-ciencia-da-informacao-usuarios-colecoes-referencia-informacao/oclc/685148405?referer=di&ht=edition>. Acesso em: 22 mai. 2019

FIALHO, J. F.; ANDRADE, M. E. A. Comportamento informacional de crianças e adolescentes: uma revisão da literatura estrangeira. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 36, n. 1, p. 20-34, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v36n1/a02v36n1.pdf>. Acesso em: 22 mai. 2019.

FILGUEIRAS, F. Além da transparência: accountability e política da publicidade. **Lua nova: revista de cultura e política**, 2011. v. 84, n. 84, p. 65–94. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452011000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 10 mai 2021.

FOX, J. **The uncertain relationship between transparency and accountability. Development in practice**, 2007. v. 17, n. 4–5, p. 663–671. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/46440861> The Uncertain Relationship between Transparency and Accountability. Acesso em: 11 mai 2021.

FREIRE, F. R.; BATISTA, C. M. Como o cidadão avalia o Portal? Um estudo com os usuários do Portal da Transparência do Governo Federal. **Revista da Controladoria-Geral da União**, v. 8, n. 13, p. 373-403, 2016. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/34412>. Acesso em: 26 nov. 2020.

FUNDO INTERNACIONAL DE EMERGÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA – UNICEF. **Declaração universal dos direitos humanos**. ONU, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 20 mar. 2020.

GASQUE, K. C. G. D.; COSTA, S. M. de S. Comportamento dos Professores da Educação Básica na Busca da Informação para Formação Continuada. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 3, p. 54-61, set./dez. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v32n3/19024.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2020.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GLOBAL. Right to Information Rating. 2020 Disponível em: <https://www.rtirating.org/country-data>. Acesso em: 25 fev. 2020.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29. maio/jun. 1995.

GOMES, C. M. do P. Políticas informacionais e o Serviço Social: uma possibilidade na prática profissional. *In*: SIMPÓSIO MINEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 4, **Anais [...]**, Belo Horizonte, 2006.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a04v31n1.pdf>. Acesso em: 6 set. 2019.

GUERRA, F.; MASSENSINI, R. L. Políticas de informação em tempos de governo eletrônico: um estudo preliminar sobre a governança informacional no estado de Minas Gerais. **INCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 1, São Paulo, 2012. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42373>. Acesso em: 03 mai. 2020.

HARGREAVES, A. **O Ensino na Sociedade do Conhecimento**: a educação na era da insegurança. Porto Alegre: Artmed, 2003.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. Acesso à Informação. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/>. Acesso em: 02 abr. 2019.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ. **Portaria nº 258, 11 de março de 2020**. Disponível em: https://sei.ifpr.edu.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao

_visualizar&id_documento=741038&id_orgao_publicacao=0. Acesso em 02 abr. 2019.

JARDIM, J. M. **Transparência e Opacidade do Estado no Brasil**: Usos e desusos da informação governamental. Niterói: EdUFF, 1999. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/12523827/transparencia-e-opacidade-do-estado-no-brasil-uff>. Acesso em: 03 mai. 2020.

JÚNIOR, O.V. C.; **Competência em Informação para o uso do Portal da Transparência do Governo Federal**: Requisito para um efetivo controle social das despesas públicas no Brasil. 201. Dissertação (Mestrado Gestão de Unidades de Informação). Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.cgu.gov.br/handle/1/42038>. Acesso em: 22 mai. 2020.

LE COADIC, Y-F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/64>. Acesso em: 03 mai. 2020.

LECKIE, G. J.; PETTIGREW, K. E.; SYLVAIN, C. Modeling the information seeking of professional: a general model derived from research on engineers, health care professionals and lawyers. **The Library Quarterly**, Chicago, v. 66, n. 2, p. 161-193, 1996. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/4a63/06d8d099966ffde9f3a0e4d11272727be601.pdf?_ga=2.231924319.1967880779.1596200535-1268100532.1596200535. Acesso em: 04 mai. 2020.

LINHARES NETO, D. A. **Lei de Acesso à Informação no Brasil**: possibilidades e limites na garantia do Direito à Autonomia do Cidadão como Necessidade Básica. 2015. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade de Brasília. Brasília: UNB, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/18643>. Acesso em: 12 dez. 2019.

LIRA, W. S. et al. A busca e o uso da informação nas organizações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 64-80, maio/ago. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pci/v13n1/v13n1a11>. Acesso em: 11 mai 2021.

MACHADO, G. de C. **O Comportamento Informacional de Líderes Religiosos em Belo Horizonte**. 2019; Tese (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/VAFA-BE6HJD>. Acesso em 04 mai. 2020.

MANABE, V. M. M. L. **O Comportamento Informacional de Pacientes Odontológicos**. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, UEL, 2015. Disponível em:

<http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000203819>. Acesso em: 04 mai. 2020.

MARTINS, P. L. Acesso à informação: um direito fundamental e instrumental. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 233-244, jan./jun. 2011. Disponível em:
<http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/381/381>. Acesso em: 29 jul. 2019.

MARTINS, P. L.; VÉSPOLI, B. S. O Portal da Transparência como Ferramenta para a Cidadania e o Desenvolvimento. **Revista de Administração do UNIFATEA**, v. 6, n. 6, 2013. Disponível em: <http://fatea.br/seer3/index.php/RAF/article/view/680>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MARTINEZ-SILVEIRA, M.; ODDONE, N. Necessidades e comportamento informacional: conceituação e modelos. **Ciência da Informação**, v. 36, n. 2, p.118-127. 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0100-19652007000200012>. Acesso em: 26 nov. 2020.

MATTOS, N. B. de. **Comportamento informacional de profissionais de reabilitação**: estudo junto ao CEES da Unesp Marília. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista. Marília: Unesp, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150883> Acesso em: 04 mai. 2020.

MENDEL, T. **Liberdade de Informação**: um estudo do direito comparado. 2.ed. – Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/arquivos/liberdade-informacao-estudo-direito-comparado-unesco.pdf>. Acesso em 04. Mai 2020.

MENDONÇA, T. C.; VARVAKIS, G. Análise do uso da informação para tomada de decisão gerencial em gestão de pessoas: estudo de caso em uma instituição bancária. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.23, n.1, p.104-119, jan./mar. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-99362018000100104&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 11 mai 2021.

MIRANDA, S. V. Identificando competências informacionais. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 112-122, maio/ago. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652004000200012&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 03 Mar 2020.

MUELLER, S. P. M. A publicação da ciência: áreas científicas e seus canais preferenciais. **Data Grama Zero - Revista de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, fev. 2005. Disponível em:
<http://repositorio.unb.br/handle/10482/980>. Acesso em: 28 ago. 2019.

NONAKA, I.; TAKEUCHE, H. **Criação de conhecimento na empresa**: como as empresas japonesas geram a dinâmica da inovação. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

OHTOSHI, P. H. **O Comportamento Informacional: estudo com especialistas em segurança da informação e criptografia integrantes da Renasic/Comsic.** 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

PAIVA, M. A. M.; ARREGUY, C. A. C. A lei de acesso à informação e a região metropolitana de belo horizonte. **Informação Arquivística**, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/41638>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PALUDO, A. **Administração Pública para Auditor Fiscal da Receita Federal e Auditor Fiscal do Trabalho.** São Paulo: Campus, 2013

PEREIRA, F. C. M. Comportamento Informacional na Tomada de Decisão: Proposta de Modelo Integrativo. 2011. Tese (Doutorado em Ciência da Informação), Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-8PGLKJ>. Acesso em: 03 mai. 2020.

PINHO, J. A. G. Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: Muita tecnologia, pouca democracia. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 471-493, maio/jun. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n3/a03v42n3>. Acesso em: 18 fev. 2019.

PIRES, E. A. de N. Comportamento Informacional e Processo de Busca da Informação: Bases Fundamentais para Pesquisa Científica. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 288-307, jul./dez., 2012

RENDÓN ROJAS, M. Relación entre los conceptos: información, conocimiento y valor. Semejanzas y diferencias. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 52-61, maio/ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ci/v34n2/28555.pdf>. Acesso em: 19 fev. 2019.

RIBEIRO, C. P. de P.; PEREIRA, A. D. S.; SILVA, E. A. da; FARONI, W. Difusão da informação na administração pública. **Transinformação**, v. 23, n. 2, p. 159-171, 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/116298>. Acesso em: 12 set. 2020.

ROMAGNOLI, A. R. O Comportamento Informacional de Advogados Trabalhistas com os Autos Digitais. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000203802> Acesso em: 22 jun 2019.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan/jun.1996.

SANTANA, J. de C. **Comportamento Informacional dos Professores de Direito da Universidade Federal de Sergipe: Um Estudo Exploratório.** Monografia

(Bacharelado em Biblioteconomia e Documentação). São Cristóvão: UFS, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/11662>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SANTOS, C. D. **Ciência da Informação e Interdisciplinaridade**: Interconexões com a Cultura Informacional. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Estadual Paulista. Marília: Unesp, 2017. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/santos_cd_do.pdf. Acesso em 22 fev. 2019.

SILVA JÚNIOR, N. N. Eficácia horizontal dos Direitos Fundamentais. *In: Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XII, n. 62, mar 2009. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5942 . Acesso em 27 mai. 2019.

STAREC, C. **A questão da informação estratégica no ensino superior**: os pecados informacionais e barreiras na comunicação da informação para a tomada de decisão na Universidade Estácio de Sá. 2003. 109 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/718>. Acesso em: 07 mai 2021.

SOUZA, J. G. T. **Competência em Informação no Contexto EAD: Práticas Profissionais do Tutor A Distância**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

VALENTIM, M. L. P. Análise de conteúdo. *In: VALENTIM, M. L. P. (Org.) Métodos qualitativos de pesquisa em Ciência da Informação*. São Paulo: Polis, 2005. p. 119-134.

VECHIATO, F. L. OLIVEIRA, H. P. C. de; VIDOTTI, S. A. B. G. Arquitetura da informação pervasiva e encontrabilidade da informação: instrumento para a avaliação de ambientes informacionais híbridos. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 17, 2016, Salvador. **Anais [...]**, Salvador: PPGCI, UFBA, 2016. p. 3755-3773. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/itec/article/view/38365>. Acesso em: 30 mai. 2019.

VEGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 1998. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/MentesEmRede/130890210-vergarasyviaconstantprojetoserelatoriosdepesquisaemadministracao>. Acesso em: 22 mai. 2020.

WEIGTS, W. et al. **Patients' information seeking actions and physician' responses in gynecological consultations**. *Qualitative Health Research*, v. 3, n. 4, p. 398-429, 1993. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/104973239300300402>. Acesso em: 02 de fev 2021.

WILSON, Thomas Daniel. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, London, v. 62, n. 5, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1108/00220410610714895>. Acesso em: 13 abr. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

“COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DOS SERVIDORES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARANÁ DIANTE DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO – LEI Nº12.527/2011”

Prezado(a) Senhor(a):

- Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa “Comportamento Informacional dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná diante da Lei de Acesso à Informação – Lei nº12.527/2011”, a ser realizada através de formulário de questões semi-estruturadas.
- O objetivo da pesquisa é analisar o comportamento informacional dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná referente às informações disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: um questionário de perguntas será encaminhado para seu-email para que responda. O envio das respostas ocorrerá automaticamente e de forma anônima.

Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são compreender o comportamento informacional desse grupo de servidores públicos, a forma como buscam a informação, que fontes são as mais consultadas e que uso fazem da informação encontrada podendo contribuir para aprimoramento dos processos decisórios envolvidos no exercício diário desses profissionais e para a melhoria dos processos de busca e uso da informação. Quanto aos riscos, devido ao caráter da pesquisa, não há nenhum.

*Termo de Consentimento Livre Esclarecido apresentado conforme normas da Resolução 466/2012 de 12 de dezembro de 2012.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar Julio de Mello e Silva, Rua Guararapes, 60, apto 906 – CEP 86015-090 – Londrina/PR – e-mail: julio.mello@ifpr.edu.br – Telefone: 43 984256217 ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao prédio do LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue a você.

Londrina, 27 de novembro de 2020.

Pesquisador Responsável

Eu, Julio de Mello e Silva, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima.






JULIO DE MELLO E SILVA
CPF: 050.030.149-29

Assinado de forma digital
por JULIO DE MELLO E SILVA
CPF: 050.030.149-29
Data: 2020.11.27 08:53:44 -0300

Assinatura (ou impressão dactiloscópica):

Data: 27/11/2020

APÊNDICE B

 QUESTIONÁRIO DE PESQUISA    

Perguntas Respostas 32

Comportamento Informacional dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná diante da Lei de Acesso à Informação – Lei nº12.527/2011

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) para participar da pesquisa “Comportamento Informacional dos Servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná diante da Lei de Acesso à Informação – Lei nº12.527/2011”, a ser realizada através das questões abaixo.

O objetivo da pesquisa é analisar o comportamento informacional dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná referente às informações disponibilizadas no Portal da Transparência do Governo Federal.

Sua participação é muito importante e ela se dará da seguinte forma: um questionário de perguntas será encaminhado para seu e-mail para que responda. O envio das respostas ocorrerá automaticamente e de forma anônima.







Esclarecemos que sua participação é totalmente voluntária, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa.

Suas informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação.

Eu, servidor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar voluntariamente da pesquisa descrita acima. *

SIM

- *
- DE 18 À 30 ANOS
 - DE 31 À 45 ANOS
 - ACIMA DE 45 ANOS

2. GÊNERO *

- FEMININO
- MASCULINO
- Outros...

3. ESCOLARIDADE *

- ENSINO MÉDIO
- SUPERIOR
- ESPECIALIZAÇÃO
- MESTRADO
- DOUTORADO
- PÓS-DOUTORADO

4. HÁ QUANTO TEMPO TRABALHA NO IFPR? FALE UM POUCO DO SEU DIA-A-DIA NA ROTINA ADMINISTRATIVA NO IFPR, QUAIS AS PRINCIPAIS ATIVIDADES QUE DESENVOLVE? *

Texto de resposta curta



SIM

NÃO

6. JUSTIFIQUE A OPÇÃO ASSINALADA NA QUESTÃO *

Texto de resposta longa

7. COM QUE FREQUÊNCIA ACESSA O PORTAL DA *

RARAMENTE, EXISTEM SEMANAS QUE NÃO ACESSO

1 VEZ AO MÊS

DE 02 À 04 VEZES AO MÊS

TODOS OS DIAS

8. REALIZOU ALGUM CURSO DE CAPACITAÇÃO RELACIONADO A UTILIZAÇÃO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA? SE SIM, HÁ QUANTO TEMPO? A CAPACITAÇÃO FOI DE INICIATIVA PRÓPRIA OU PARTIU DA INSTITUIÇÃO? *

Texto de resposta longa

9. PARA TER ACESSO A INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DO SEU TRABALHO OU PARA SANAR DÚVIDAS, QUAIS ASSUNTOS DISPONIBILIZADOS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA VOCÊ COSTUMA UTILIZAR COM MAIS FREQUÊNCIA? ASSINALE QUANTAS QUISER. *

DIFICILMENTE

ÀS VEZES

SEMPRE

ORÇAMENTO ANUAL

RECEITAS PÚBLICAS



RECURSOS TRANSFERIDOS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
GASTOS POR CARTÃO DE ...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ÁREAS DE ATUAÇÃO DO G...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
PROGRAMAS DE GOVERNO	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
BENEFÍCIOS AOS CIDADÃOS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
PROGRAMAS E AÇÕES OR...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
EMENDAS PARLAMENTAR...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
ÓRGÃOS DO GOVERNO	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
SERVIDORES PÚBLICOS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
VIAGENS A SERVIÇO	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
IMÓVEIS FUNCIONAIS	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
LICITAÇÕES	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
CONTRATAÇÕES	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
CONVÊNIOS E OUTROS AC...	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
SANÇÕES	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

10. POR QUE COSTUMA UTILIZAR ESSAS INFORMAÇÕES? QUAIS OS CRITÉRIOS PARA SUA PREFERÊNCIA? *

Texto de resposta longa

NECESSIDADE, USO E BUSCA INFORMACIONAL



A NECESSIDADE INFORMACIONAL PODE SER ENTENDIDA COMO UMA EXPERIÊNCIA SUBJETIVA QUE OCORRE NA MENTE DE CADA INDIVÍDUO EM DETERMINADA CIRCUNSTÂNCIA OU COMO CONDIÇÃO OBJETIVA OBSERVÁVEL QUANDO UMA INFORMAÇÃO ESPECÍFICA CONTRIBUI PARA ATENDER AO MOTIVO QUE A GEROU. DEPOIS DO INDIVÍDUO ESTAR CIENTE DE SUA NECESSIDADE INFORMACIONAL, ELE DESCRIBE SUA ESTRATÉGIA DE BUSCA E PODE, NESSE PROCESSO, TER OBTIDO AS INFORMAÇÕES QUE NECESSITAVA E, POR FIM, PODERÁ OPTAR POR USÁ-LAS PARA SOLUCIONAR AS NECESSIDADES ORIGINAIS.

11. COMO VOCÊ IDENTIFICA QUE NECESSITA DE INFORMAÇÕES? POR QUE VOCÊ ACHA QUE ESSAS SITUAÇÕES LEVAM A NECESSIDADES DE INFORMAÇÃO? *

Texto de resposta longa

12. QUAIS SÃO OS MOTIVOS QUE O LEVA A BUSCAR DE INFORMAÇÕES NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA? MARQUE QUANTAS ALTERNATIVAS JULGAR NECESSÁRIAS. *

- ESCLARECIMENTO
- ENTENDIMENTO DE PROBLEMAS
- COMO FERRAMENTA INSTRUTIVA
- PARA DELIMITAR UM FATO
- PARA CONFIRMAR INFORMAÇÕES PRÉ-EXISTENTES
- PARA PROJETAR INFORMAÇÕES FUTURAS
- COMO FORMA MOTIVACIONAL DE APRENDIZADO
- PESSOAL OU POLÍTICA

BARREIRAS INFORMACIONAIS

BARREIRAS INFORMACIONAIS, PODEM SER DESCRITAS COMO FENÔMENOS QUE IMPEDEM QUE O OBJETIVO DE BUSCA E USO INFORMACIONAL SEJA ATINGIDO PELO INDIVÍDUO

13. DESCREVA AS BARREIRAS OU DIFICULDADES QUE VOCÊ ENCONTRA OU JÁ ENCONTROU NO PROCESSO DE BUSCA E USO DA INFORMAÇÃO NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA? *

Texto de resposta longa



14. QUAIS ESTRATÉGIAS VOCÊ UTILIZA PARA MINIMIZAR ESSAS BARREIRAS? *

Texto de resposta longa

15. VOCÊ CONSEGUE UTILIZAR AS INFORMAÇÕES QUE VOCÊ BUSCA NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA * COM FACILIDADE? COMENTE SOBRE COMO VOCÊ UTILIZA AS INFORMAÇÕES ADQUIRIDAS.

Texto de resposta longa

16. DIANTE DAS INFORMAÇÕES QUE ESTÃO DISPONIBILIZADAS NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA, E QUE SÃO UTILIZADAS POR VOCÊ PARA O DESENVOLVIMENTO DE SUAS ATIVIDADES E PARA SEU CRESCIMENTO COMO SERVIDOR E CIDADÃO, QUAL SEU NÍVEL DE SATISFAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO DE BUSCA E USO INFORMACIONAL?

- RUIM
- RAZOÁVEL
- BOM
- ÓTIMO

17. EXPLIQUE O MOTIVO DE SUA ESCOLHA.

Texto de resposta longa

ESTE CAMPO É PARA VOCÊ FALAR ABERTAMENTE SOBRE QUALQUER OUTRA INFORMAÇÃO RELATIVA AO USO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. FIGUE À VONTADE PARA ESCREVER.

Texto de resposta longa



APÊNDICE C

ENTREVISTADO 01

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual ** Receitas Públicas** Despesas Públicas*** Recursos Transferidos** Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo** Programas de Governo** Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias*** Emendas Parlamentares** Órgãos do Governo*</p>	

			<p>Servidores Públicos**</p> <p>Viagens a Serviço*</p> <p>Imóveis funcionais*</p> <p>Licitações***</p> <p>Contratações***</p> <p>Convênios e outros</p> <p>Acordos*</p> <p>Sanções*</p>	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Devido a rotina de trabalho que atuo, e consultas para compras. Como também consultas de despesas públicas em geral			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Primeiro a necessidade de buscar através de um canal que gera confiança ao usuário, segundo é necessário estar preparado para necessidades que geram			

	<p>necessidade informação construtiva para atuação de trabalho, terceiro para poder dialogar ou trocar informações é relevante que em uma base de dados, ou canal de informação consultada e analisada traga benefícios para gerar o conhecimento como também troca de informações e assim atingir o aperfeiçoamento da sua intelectualidade tanto pessoal como profissional</p>			
<p>12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?</p>	<p>Esclarecimento, como ferramenta instrutiva, para delimitar um fato, para projetar informações</p>			

	futuras, pessoal ou política			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Preciso utilizar mais a determinada ferramenta para poder ter um grau de dificuldade relevante
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Quando percebo uma dificuldade tento explorar mais a ferramenta em uso através de outros caminhos disponíveis na mesma
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transparência com facilidade?			trabalho e uso pessoal	

<p>dade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>				
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>Bom. Devido minha utilização , se utiliza-se mais acredito que meu conceito mudaria e teria mais argumentos</p>		

ENTREVISTADO 02

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual *** Receitas Públicas** Despesas Públicas*** Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo* Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias*** Emendas Parlamentares**</p>	

			Órgãos do Governo* Servidores Públicos** Viagens a Serviço* Imóveis funcionais* Licitações** Contratações** Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Assuntos relacionados ao meu trabalho.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Para conseguir desenvolver melhor meu trabalho.			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Esclarecimento, pessoal ou política			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Sites de órgãos públicos de difícil acesso ao seu portal de transparência conforme a busca desejada.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Tentativas de buscas.
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transpa-			Não com muita facilidade. Utilizo geralmente no meu trabalho ou apenas para informação pessoal.	

<p>rência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>				
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>Algumas dificuldades nas buscas de determinado assunto.</p>		

ENTREVISTADO 03**CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA**

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual * Receitas Públicas* Despesas Públicas** Recursos Transferidos** Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo** Programas de Governo** Benefícios aos Cidadãos*** Programas e Ações Orçamentárias***</p>	

			Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo** Servidores Públicos*** Viagens a Serviço** Imóveis funcionais* Licitações** Contratações* Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Para verificar o andamento do serviço público.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a	A necessidade de informação vem com a demanda do trabalho.			

necessidades de informação?				
12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Esclarecimento, como ferramenta instrutiva, pessoal ou política			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Site poderia ser mais intuitivo.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Busca detalhada.
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no			Geralmente sim	

<p>Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>				
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>Site poderia ser mais intuitivo.</p>		

ENTREVISTADO 04

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual ** Receitas Públicas** Despesas Públicas** Recursos Transferidos** Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo** Programas de Governo** Benefícios aos Cidadãos** Programas e Ações Orçamentárias** Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo**</p>	

			<p>Servidores Públicos** Viagens a Serviço** Imóveis funcionais* Licitações** Contratações** Convênios e outros Acordos** Sanções*</p>	
<p>10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?</p>	<p>São aquelas que podem fornecer alguma informação relacionadas ao desenvolvimento de minhas atividades. Não se trata apenas de uma preferência, mas sobretudo daqueles itens que podem fornecer informações para o gerenciamento de minhas atividades..</p>			

<p>11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?</p>	<p>A identificação se dá quando não tenho a informação ou não está atualizada a ponto de interromper as atividades que se baseiam na informação pretendida. Levam a necessidade de informação, justamente porque descontinuam uma atividade programada.</p>			
<p>12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?</p>	<p>Esclarecimento, entendimento de problemas, como ferramenta instrutiva, para delimitar um fato, para confirmar informações pré-existentes, para projetar informações futuras</p>			

13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Informações incompletas, desatualizadas ou inexistentes. Acesso com muitos níveis/etapas até a informação em si, também dificulta. Outra barreira é a falta de clareza de onde a informação se encontra.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Penso que a principal estratégia é a busca aprofundada e insistente ou no caso daqueles que possuem barreiras que não podem ser transpostas, solicitar ao órgão/setor responsável.
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no			Sim. Quando estão disponíveis posso usar sem dificuldade. Normalmente elas se	

<p>Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>			<p>prestam para embasar planejamento ou justificativas de processos ou investimentos da instituição.</p>	
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>Penso que a comunicação ainda precisa ser mais clara e assertiva. Ainda é necessário reduzir e padronizar os níveis/camadas até chegar ao acesso.</p>		

ENTREVISTADO 05

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual * Receitas Públicas* Despesas Públicas*** Recursos Transferidos*** Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo* Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares*** Órgãos do Governo* Servidores Públicos***</p>	

			Viagens a Serviço* Imóveis funcionais* Licitações* Contratações* Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Para entender aplicação e prioridades			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Identifico para comparar oportunidades relevantes e futuras possibilidades			
12. Quais são os motivos que o leva a buscar	Esclarecimento			

de informações no portal da transparência?				
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Poderia ser mais intuitivo, ou seja, buscas sem necessidades de treinamento prévio
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Assisto vídeos que explicam como fazer
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza			Sim	

as informações adquiridas.				
16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?		Poderia estar mais acessível principalmente a população menos graduada		

ENTREVISTADO 06

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual * Receitas Públicas* Despesas Públicas** Recursos Transferidos** Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo** Programas de Governo** Benefícios aos Cidadãos*** Programas e Ações Orçamentárias** Emendas Parlamentares** Órgãos do Governo*</p>	

			Servidores Públicos*** Viagens a Serviço** Imóveis funcionais* Licitações** Contratações* Convênios e outros Acordos** Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Depende da necessidade.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Normalmente, na tomada de decisões relacionadas à construção/manutenção do Projeto Pedagógico de Curso (PPC) e do uso de verbas públicas.			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Esclarecimento, entendimento de problemas, para delimitar um fato, para confirmar informações pré-existent			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				A maior barreira sempre é saber onde buscar a informação
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Normalmente, faz-se uma consulta global em um mecanismo de buscas (Google, DuckDuckGo, etc.).
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no			O uso do portal é raro	

<p>Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>				
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>A busca deveria ser realizada de forma genérica para, então, filtrar o retorno. Muitas vezes deve-se realizar o filtro antes de iniciar a busca e isso traz dificuldades por não saber como realizar o filtro.</p>		

ENTREVISTADO 07

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual * Receitas Públicas* Despesas Públicas* Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo* Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo*</p>	

			Servidores Públicos* Viagens a Serviço* Imóveis funcionais* Licitações* Contratações* Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Não costumo utilizá-los..			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Quando preciso dela para atingir um objetivo.			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Esclarecimento, para confirmar informações pré-existentes			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Organização do site.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Procuro seguir diversos caminhos de busca (exploração).
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transpa-			Depende da informação. Algumas estão organizadas dentro de grupos maiores de	

<p>rência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>			<p>informações, o que dificulta o entendimento.</p>	
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>O portal poderia ser melhor organizado para facilitar a busca por usuários leigos.</p>		

ENTREVISTADO 08

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual ** Receitas Públicas** Despesas Públicas** Recursos Transferidos** Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo*** Programas de Governo*** Benefícios aos Cidadãos** Programas e Ações Orçamentárias** Emendas Parlamentares** Órgãos do Governo***</p>	

			<p>Servidores Públicos*** Viagens a Serviço* Imóveis funcionais* Licitações*** Contratações*** Convênios e outros Acordos* Sanções*</p>	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Utilizo como referência oficial de informações e que devem centralizar e uniformizar os dados para quaisquer necessidades de pesquisa.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a	Constituição de relatórios, instrução processual, prestar informações etc.			

necessidades de informação?				
12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Como ferramenta instrutiva, para confirmar informações pré-existentes, pessoal ou política			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Falta de uniformidade de dados do portal federal com portais institucionais e encontrar informações no SEI - Sistema Eletrônico de Informações.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Confrontar dados e solicitar acesso a informações via e-SIC.
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no			As vezes. Ao utilizar a informação encontrada,	

<p>Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>			<p>busco referenciá-la após confrontar dados.</p>	
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>Nem sempre a informações está disponível de maneira prática. As vezes é necessário tratar os dados para obter a informação mais prática, como calcular e encontrar o indicador necessário.</p>		

ENTREVISTADO 09

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual ** Receitas Públicas** Despesas Públicas** Recursos Transferidos** Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo** Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias** Emendas Parlamentares** Órgãos do Governo*** Servidores Públicos***</p>	

			Viagens a Serviço* Imóveis funcionais* Licitações* Contratações* Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Rotinas administrativas			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Amparo legal para tomada de decisões.			
12. Quais são os motivos que o leva a buscar	Esclarecimento, entendimento de			

de informações no portal da transparência?	problemas, para confirmar informações pré-existentes, pessoal ou política			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				não há
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				não há
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transparência com facilidade?			sim	

<p>dade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>				
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>Atendeu minhas expectativas quando acessado.</p>		

ENTREVISTADO 10

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual * Receitas Públicas* Despesas Públicas* Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo* Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo* Servidores Públicos* Viagens a Serviço*</p>	

			Imóveis funcionais* Licitações** Contratações** Convênios e outros Acordos* Sanções**	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Para auxiliar na tomada de decisões internas.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Identifico quando há algum problema a ser resolvido.			
12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no	Esclarecimento, entendimento de problemas,			

portal da transparência?				
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Acho que o sistema demanda que já exista conhecimento prévio de determinados termos e códigos do que se pretende pesquisar.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Busco por outro meio (google).
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza			não	

as informações adquiridas.				
16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?		Nem sempre as informações estão claras e completas, e tão pouco é fácil encontrar o que precisa.		

ENTREVISTADO 11

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual ** Receitas Públicas* Despesas Públicas*** Recursos Transferidos** Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo** Programas de Governo*** Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares** Órgãos do Governo** Servidores Públicos*</p>	

			Viagens a Serviço* Imóveis funcionais* Licitações** Contratações** Convênios e outros Acordos* Sanções**	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Utilizo quando tenho alguma dúvida a respeito do assunto em questão.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Normalmente identifico quando estou analisando algum processo ou procedimento. Também já senti a necessidade para verificar orçamento das instituições para realização de planejamento.			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Esclarecimento, como ferramenta instrutiva, para confirmar informações pré-existentes pessoal ou política			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Inicialmente não conhecia muito a ferramenta e senti uma certa dificuldade para realizar pesquisas mais específicas. Mas conforme fui conhecendo "os caminhos", as barreiras foram sumindo.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Não sei expressar.
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no			Sim, consigo utilizar. Normalmente utilizo para repassar informações	

<p>Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>			<p>aos colegas em reuniões gerais e também em alguns processos que são instruídos no campus.</p>	
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>Agora que utilizo com certa regularidade, tenho mais facilidade. Principalmente com as informações que busco com mais frequência.</p>		

ENTREVISTADO 12

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual ** Receitas Públicas* Despesas Públicas* Recursos Transferidos** Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo** Programas de Governo** Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo* Servidores Públicos**</p>	

			Viagens a Serviço** Imóveis funcionais* Licitações*** Contratações** Convênios e outros Acordos* Sanções**	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Manter-me atualizada sobre os temas. Preferências de minha área de atuação profissional.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Minha área de atuação exige, por si só, que o agente esteja sempre em busca das atualizações no que diz respeito as ações e programas do governo federal.			
12. Quais são os motivos que o leva a buscar	Esclarecimento, entendimento de			

de informações no portal da transparência?	problemas, para confirmar informações pré-existentes, para projetar informações futuras, pessoal ou política			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Atualização de dados cadastrados. Burocracia na prestação de informações que são solicitadas a órgãos diversos. Falta uniformidade de entendimentos sobre legislação dentro dos órgãos.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Busco confirmação das informações em grupos de interesse. Informações no DOU Diálogos com pares para troca de compreensões.

<p>15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>			<p>Exemplo: gastos de diárias e passagens que me permitem mensurar os percentuais distribuídos e efetivamente utilizados pelas unidades no IFPR. É sabido que estes gastos podem e devem ser otimizados para aproveitamento total pelas equipes.</p>	
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento</p>		<p>É possível minerar a informação que necessito, embora seja preciso tempo e um razoável conhecimento do sistema.</p>		

como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?				
---	--	--	--	--

ENTREVISTADO 13

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual * Receitas Públicas* Despesas Públicas* Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo* Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo* Servidores Públicos** Viagens a Serviço*</p>	

			Imóveis funcionais* Licitações* Contratações* Convênios e outros Acordos* Sanções**	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	fazem parte do meu trabalho			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	não sei responder			
12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no	Esclarecimento,			

portal da transparência?				
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				não encontrei
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				não encontrei
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza			Sim	

as informações adquiridas.				
16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?		Nenhuma.		

ENTREVISTADO 14

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual * Receitas Públicas* Despesas Públicas* Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo** Programas de Governo** Benefícios aos Cidadãos** Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo* Servidores Públicos**</p>	

			Viagens a Serviço* Imóveis funcionais* Licitações* Contratações* Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Para compreender o contexto que estou inserida.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	A identificação se dá de acordo com as demandas de trabalho recebidas. Essas situações necessitam de informações para se tornarem completas e assertivas.			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Esclarecimento, como ferramenta instrutiva, para confirmar informações pré-existent			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Dificuldade de localização das informações.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Buscas no google ao invés do próprio site.
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transpa-			Na verdade as informações consultadas são utilizadas para compreensão do contexto.	

<p>rência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>				
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>Acho o portal confuso</p>		

ENTREVISTADO 15

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual * Receitas Públicas* Despesas Públicas** Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento** Áreas de Atuação do Governo** Programas de Governo** Benefícios aos Cidadãos** Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo* Servidores Públicos***</p>	

			Viagens a Serviço** Imóveis funcionais* Licitações* Contratações* Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Verificar gastos públicos e realizar estudos e comparações.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Quando existem situações mal explicadas de gastos públicos torna-se importante verificar como os recursos realmente são aplicados.			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	como ferramenta instrutiva, pessoal ou política			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Muitas vezes a página não carrega de forma rápida. Tenho dificuldades em encontrar qual dos botões que me atenderá na informação que preciso.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Procuro por informação na internet ou com pessoas que também acessam a plataforma.
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transpa-			Sim. Até o momento todas as informações que extraí da plataforma consegui utilizar para	

<p>rência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>			<p>minhas finalidades pessoais e de trabalho.</p>	
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>O Portal pode ser mais intuitivo e carregar as informações de forma mais rápida.</p>		

ENTREVISTADO 16

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual * Receitas Públicas* Despesas Públicas* Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo** Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo* Servidores Públicos* Viagens a Serviço*</p>	

			Imóveis funcionais* Licitações* Contratações* Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Não utilizo			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Quando preciso fazer alguma tarefa de minha atribuição e não tenho as informações necessárias. Em geral, não tenho tempo de buscar informação antes de precisar utilizar ela para algo.			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Como forma motivacional de aprendizado			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Não uso o portal da transparência. Mesmo tendo sido obrigado a escolher uma opção na questão anterior. De fato, não tenho buscado, até agora, informações no portal da transparência.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Procuro as informações com os colegas de trabalho, no campus, em outros campi ou na reitoria.
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no			De fato, não tenho buscado, até agora, informações no portal da transparência.	

<p>Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>				
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>De fato, não tenho buscado, até agora, informações no portal da transparência. Só escolhi esta opção porque é obrigatório escolher uma.</p>		

ENTREVISTADO 17

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual * Receitas Públicas* Despesas Públicas* Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo** Programas de Governo** Benefícios aos Cidadãos** Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares** Órgãos do Governo**</p>	

			Servidores Públicos** Viagens a Serviço* Imóveis funcionais* Licitações* Contratações* Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	A chefia pode usar no preenchimento de demandas da reitoria, alimentar sistemas			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Quando uma demanda é gerada pelo sistema ou pelas chefias dos setores.			

<p>12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?</p>	<p>Esclarecimento, entendimento de problemas, como ferramenta instrutiva, para confirmar informações pré-existentes, como forma motivacional de aprendizado</p>			
<p>13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?</p>				<p>Filtro ineficiente, dados não encontrados</p>
<p>14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?</p>				<p>Não uso</p>

<p>15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>			<p>Sim. As informações são usadas basicamente para alimentar sistemas e bancos de dados.</p>	
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de</p>		<p>O site é pouco intuitivo.</p>		

busca e uso informa- cional?				
---------------------------------	--	--	--	--

ENTREVISTADO 18

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual * Receitas Públicas* Despesas Públicas* Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo* Benefícios aos Cidadãos** Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo** Servidores Públicos**</p>	

			Viagens a Serviço* Imóveis funcionais* Licitações* Contratações* Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	informações seguras			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	obter informações para diligenciar processos é necessário			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Esclarecimento, para confirmar informações pré-existentes			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Difícil localizar as informações desejadas ou página não atualizada
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				somente faço busca na internet
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transpa-			Consigo utilizar no dia-a-dia de trabalho.	

<p>rência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>				
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>O site possui muitas informações.</p>		

ENTREVISTADO 19

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual ** Receitas Públicas* Despesas Públicas** Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo* Benefícios aos Cidadãos** Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares** Órgãos do Governo*</p>	

			<p>Servidores Públicos*</p> <p>Viagens a Serviço*</p> <p>Imóveis funcionais*</p> <p>Licitações**</p> <p>Contratações*</p> <p>Convênios e outros</p> <p>Acordos*</p> <p>Sanções*</p>	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Planejamento orçamentário.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Os dados servem como informações para a tomada de decisões. Valores de obras por exemplo, servem para ter uma ideia de quanto custará uma determinada ação, ai se planeja como			

	conseguir atingir o objetivo.			
12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Como ferramenta instrutiva, para projetar informações futuras			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Falta de um treinamento, de conhecimento do que a plataforma pode me oferecer.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Tentativa e erro.
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no			Razoável. Falta de um treinamento, de conhecimento do que a	

<p>Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>			<p>plataforma pode me oferecer.</p>	
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>O site é pouco intuitivo.</p>		

ENTREVISTADO 20

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual ** Receitas Públicas** Despesas Públicas** Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo** Programas de Governo* Benefícios aos Cidadãos*** Programas e Ações Orçamentárias** Emendas Parlamentares**</p>	

			<p>Órgãos do Governo*** Servidores Públicos*** Viagens a Serviço* Imóveis funcionais* Licitações** Contratações*** Convênios e outros Acordos*** Sanções**</p>	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Para fins de atualização de dados e conhecimento.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	As informações atualizadas são fundamentais no trabalho de gestão de pessoas.			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Como ferramenta instrutiva,			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Nenhuma, o site é muito bom.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Não identifico barreiras no portal.
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transpa-			Razoável. Falta de um treinamento, de conhecimento do que a plataforma pode me oferecer.	

<p>rência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>				
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>O site é pouco intuitivo.</p>		

ENTREVISTADO 21

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual * Receitas Públicas* Despesas Públicas* Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo** Programas de Governo** Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo** Servidores Públicos** Viagens a Serviço*</p>	

			Imóveis funcionais* Licitações* Contratações** Convênios e outros Acordos** Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Para fins de complementar estudos e atualização.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Quando-me sinto com necessidade de desenvolver e ampliar conhecimentos. A necessidade de informação tem relação com futuro, desenvolvimento, inovação, crescimento.			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Esclarecimento, entendimento de problemas, como ferramenta instrutiva, para delimitar um fato, pessoal ou política			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Informações desatualizadas e falta de clareza
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Gerenciar capital humano suficiente para fins de que haja eficiência, eficácia e efetividade no portal de transparência
15. Você consegue utilizar as informações			Não muito. Nas últimas vezes que utilizei foi para	

<p>que você busca no Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>			<p>fins de dados para pesquisas acadêmicas.</p>	
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>Dados desatualizados e falta de clareza disponíveis, mas que não deixaram de serem respondidas e esclarecidas mediante questionamento ao órgão competente.</p>		

ENTREVISTADO 22

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual * Receitas Públicas* Despesas Públicas* Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo* Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares*** Órgãos do Governo*** Servidores Públicos***</p>	

			Viagens a Serviço*** Imóveis funcionais* Licitações*** Contratações*** Convênios e outros Acordos* Sanções***	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Estão relacionadas a rotina de trabalho			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Muitas vezes a setorial não libera acesso por meio de perfil e senha, então buscamos informações nos portais			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Para confirmar informações pré-existentes			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				O portal não é bem claro
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Filtros
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transpa-			Informações sobre pagamentos	

<p>rência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>				
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>Embora um pouco confuso para buscar a informação, o que está sendo pesquisado está no portal</p>		

ENTREVISTADO 23

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual *** Receitas Públicas*** Despesas Públicas*** Recursos Transferidos** Gastos por Cartão de Pagamento*** Áreas de Atuação do Governo*** Programas de Governo*** Benefícios aos Cidadãos** Programas e Ações Orçamentárias*** Emendas Parlamentares** Órgãos do Governo**</p>	

			Servidores Públicos*** Viagens a Serviço*** Imóveis funcionais*** Licitações** Contratações** Convênios e outros Acordos** Sanções**	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Controle da corrupção interna e externa e forma de gasto do \$\$ público.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Todo cidadão deveria acessar, é uma forma de controlar e cobrar do governo ações efetivas, gasto com pessoal, licitações etc.			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Esclarecimento, para delimitar um fato, para confirmar informações pré-existentes, pessoal ou política			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				DESPESAS PÚBLICAS e GASTOS POR CARTÃO DE PAGAMENTO são bem chatas de acessar
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				informações mais diretas, que possam ser aplicados filtros.
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transpa-			não	

<p>rência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>				
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>Dificuldade em acessar algumas informações</p>		

ENTREVISTADO 24

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual ** Receitas Públicas** Despesas Públicas** Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento** Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo* Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo* Servidores Públicos* Viagens a Serviço***</p>	

			Imóveis funcionais* Licitações** Contratações** Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Consultas para realização das atividades pertinentes à minha função como servidora, e também como cidadã.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Porque como cidadãos, antes de mais nada, necessitamos de informações do que tem sido feito com o dinheiro que é arrecadado de cada um de nós.			
12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no	Esclarecimento, entendimento de problemas, como			

portal da transparência?	ferramenta para informações existentes	instrutiva, confirmar pré-		
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				A plataforma, para mim, é pouco intuitiva, poucas opções de pesquisa imediata, os filtros geralmente ficam dentro de outros filtros, e algumas buscas requerem informações prévias, as quais deveriam estar disponíveis ao público.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Como servidora, consigo fazer pesquisas nos sistemas os quais possuo acesso.
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no			A utilização das informações na minha área de atuação dentro	

<p>Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>			<p>de uma instituição pública auxiliam nas atividades diárias.</p>	
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>A plataforma não é muito intuitiva, os caminhos não são claros.</p>		

ENTREVISTADO 25

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual ** Receitas Públicas** Despesas Públicas** Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo* Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo* Servidores Públicos* Viagens a Serviço***</p>	

			Imóveis funcionais* Licitações** Contratações** Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Consultas para realização das atividades pertinentes à minha função como servidora, e também como cidadã.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Porque como cidadãos, antes de mais nada, necessitamos de informações do que tem sido feito com o dinheiro que é arrecadado de cada um de nós.			
12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no	Esclarecimento, entendimento de problemas, como			

portal da transparência?	ferramenta para informações existentes	instrutiva, confirmar pré-			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?					A plataforma, para mim, é pouco intuitiva, poucas opções de pesquisa imediata, os filtros geralmente ficam dentro de outros filtros, e algumas buscas requerem informações prévias, as quais deveriam estar disponíveis ao público.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?					Como servidora, consigo fazer pesquisas nos sistemas os quais possuo acesso.
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no				A utilização das informações na minha área de atuação dentro	

<p>Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>			<p>de uma instituição pública auxiliam nas atividades diárias.</p>	
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>A plataforma não é muito intuitiva, os caminhos não são claros.</p>		

ENTREVISTADO 26

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual ** Receitas Públicas* Despesas Públicas*** Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo** Programas de Governo** Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares** Órgãos do Governo** Servidores Públicos*</p>	

			Viagens a Serviço* Imóveis funcionais* Licitações*** Contratações*** Convênios e outros Acordos** Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Curiosidade e necessidade de informação rápida para o trabalho.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Acesso a tudo que se relaciona ao atendimento da necessidade do bem coletivo.			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	para confirmar informações pré-existentes			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Falta de site intuitivo, uma ferramenta de busca mais simples.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Conhecimento de informações básicas prévia.
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transpa-			De forma instrutivas a checagem de dados já utilizados durante o trabalho.	

<p>rência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>				
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>Falta muito aprimoramento no sistema de busca.</p>		

ENTREVISTADO 27

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual ** Receitas Públicas* Despesas Públicas* Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo** Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo* Servidores Públicos**</p>	

			Viagens a Serviço* Imóveis funcionais* Licitações* Contratações* Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Para esclarecimentos			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Esclarecimento			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Esclarecimento, para confirmar informações pré-existentes			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Difícil de achar o assunto requerido
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Tento procurar no google
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transpa-			sim	

<p>rência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>				
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>As informações precisam ser melhor organizadas</p>		

ENTREVISTADO 28

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual ** Receitas Públicas* Despesas Públicas* Recursos Transferidos** Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo** Benefícios aos Cidadãos** Programas e Ações Orçamentárias** Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo*</p>	

			Servidores Públicos* Viagens a Serviço* Imóveis funcionais* Licitações** Contratações** Convênios e outros Acordos** Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Durante licitações, utilizo o Comprasnet			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Conforme as atividades e editais internos da instituição.			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Como ferramenta instrutiva, para confirmar informações pré-existentes			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Dificuldade com a ferramenta de busca
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Google
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transpa-			Nem sempre, muitas vezes preciso acessar diversos endereços até encontrar a informação.	

<p>rência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>				
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>Nenhuma resposta</p>		

ENTREVISTADO 29

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual * Receitas Públicas* Despesas Públicas* Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo* Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo* Servidores Públicos*</p>	

			Viagens a Serviço* Imóveis funcionais* Licitações* Contratações* Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Não costumo utilizar			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	Não sei responder.			
12. Quais são os motivos que o leva a buscar	Esclarecimento			

de informações no portal da transparência?				
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Não costumo utilizar a ferramenta
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Não se aplica
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza			Não utilizo	

as informações adquiridas.				
16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?		Quando precisei acessar, foi uma ferramenta boa.		

ENTREVISTADO 30

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual * Receitas Públicas* Despesas Públicas* Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo* Benefícios aos Cidadãos* Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo* Servidores Públicos*</p>	

			Viagens a Serviço* Imóveis funcionais* Licitações* Contratações* Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Nunca utilizei informações do Portal da Transparência			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	O primeiro passo para o encaminhamento de alguma demanda é compreender ao máximo o contexto, objetivo e aspectos relevantes que envolvem aquela situação específica.			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Esclarecimento, entendimento de problemas			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Como até hoje utilizei muito pouco o portal, a única dificuldade encontrada foi de aprendizagem, entender onde estão as informações, onde clicar e assim por diante. Dificuldade normal de quem nunca acessou o portal.
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Ler o portal com calma.
15. Você consegue utilizar as informações			Como comentei, minha experiência com o portal	

<p>que você busca no Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>			<p>é muito restrita. Até hoje não utilizei no meu trabalho nenhuma informação obtida no portal.</p>	
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>Embora nunca tenha utilizado as informações do portal, considero ele muito bem montado de fácil utilização.</p>		

ENTREVISTADO 31

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual ** Receitas Públicas** Despesas Públicas** Recursos Transferidos** Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo** Benefícios aos Cidadãos** Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo*</p>	

			Servidores Públicos** Viagens a Serviço* Imóveis funcionais* Licitações* Contratações* Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Está diretamente relacionadas ao meu trabalho enquanto gestor, sobretudo, para planejamento das ações locais.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	A partir de minhas demandas relacionadas ao trabalho que executo, são informações que não estão disponíveis no portal da instituição. Estão diretamente			

	ligadas à execução de recurso pelo governo federal. Porque dependemos de dados sobre o orçamento da União para planejamento local que estão disponíveis no portal da transparência.			
12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Projetar informações futuras			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Nunca encontrei dificuldade.

14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Nunca encontrei dificuldade.
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transparência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.			Sim. Meu principal acesso ao portal é para buscar informações complementares sobre orçamento. Desta forma, consigo ter a informação rápida, transparente, que me permite estabelecer estratégias para planejamento e execução de recurso orçamentário.	
16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas		Sempre encontro as informações que necessito.		

por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?				
---	--	--	--	--

ENTREVISTADO 32

CATEGORIA: COMPORTAMENTO INFORMACIONAL DIANTE DAS INFORMAÇÕES DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA

QUESTÕES	NECESSIDADE INFORMACIONAL	BUSCA INFORMACIONAL	USO INFORMACIONAL	BARREIRAS INFORMACIONAIS
<p>09. para ter acesso a informações necessárias ao desenvolvimento do seu trabalho ou para sanar dúvidas, quais assuntos disponibilizados no portal da transparência você costuma utilizar com mais frequência?</p>			<p>Orçamento Anual * Receitas Públicas* Despesas Públicas* Recursos Transferidos* Gastos por Cartão de Pagamento* Áreas de Atuação do Governo* Programas de Governo* Benefícios aos Cidadãos** Programas e Ações Orçamentárias* Emendas Parlamentares* Órgãos do Governo*</p>	

			Servidores Públicos* Viagens a Serviço** Imóveis funcionais* Licitações* Contratações* Convênios e outros Acordos* Sanções*	
10. por que costuma utilizar essas informações? quais os critérios para sua preferência?	Difícilmente utilizo, Normalmente quando preciso de informações focadas a um departamento procuro recorrer às pró-reitorias.			
11. Como você identifica que necessita de informações? por que você acha que essas situações levam a necessidades de informação?	A partir do momento que não consigo desenvolver as tarefas.			

12. Quais são os motivos que o leva a buscar de informações no portal da transparência?	Esclarecimento, entendimento de problemas			
13. Descreva as barreiras ou dificuldades que você encontra ou já encontrou no processo de busca e uso da informação no Portal da Transparência?				Sem comentário
14. Quais estratégias você utiliza para minimizar essas barreiras?				Sem comentário
15. Você consegue utilizar as informações que você busca no Portal da Transpa-			Nem sempre. As vezes preciso de perguntar para outras pessoas.	

<p>rência com facilidade? Comente sobre como você utiliza as informações adquiridas.</p>				
<p>16. Diante das informações que estão disponibilizadas no Portal da Transparência, e que são utilizadas por você para o desenvolvimento de suas atividades e para seu crescimento como servidor e cidadão, qual seu nível de satisfação referente ao processo de busca e uso informacional?</p>		<p>Ainda tenho dificuldade em entender o processo. E sempre preciso de ajuda de quem já está a mais tempo nos departamentos administrativos.</p>		